

Relatório e Contas

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

2011



Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR	7
Enquadramento na região	10
GOVERNO DA SOCIEDADE	13
Missão	13
Valores e objectivos	13
Políticas da empresa	14
Estrutura organizacional.....	15
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita.....	16
Transacções relevantes com entidades relacionadas.....	17
Outras transacções	18
Modelo de governo e órgãos sociais	18
Estatuto remuneratório	19
Obrigações de serviço público	20
Termos contratuais da prestação do serviço público.....	21
Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público	22
Sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental	24
Código de ética	26
Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo	27
Informação sobre o sistema de controlo interno	27
Prevenção de conflitos de interesse	28
Princípios relativos à divulgação de informação	28
Cumprimento das orientações legais.....	30
Objectivos de gestão	30
Gestão do risco financeiro	30
Evolução do prazo médio de pagamentos.....	30

Divulgação dos atrasos nos pagamentos	31
Deveres especiais de informação	31
Recomendações do accionista emitidas a quando da aprovação de contas de 2010	32
Das remunerações	33
Dos órgãos sociais.....	33
Do auditor externo.....	33
Dos restantes colaboradores.....	33
Da contratação pública.....	33
Da adesão ao sistema nacional de compras públicas	33
Do cumprimento do plano de redução de custos	34
Do princípio da unidade de tesouraria do estado	34
Cumprimento das orientações legais.....	35
ACTIVIDADE GLOBAL EM 2011.....	36
Evolução do movimento assistencial e dos seus indicadores	36
Consultas externas.....	38
Internamento	40
Actividade cirúrgica	41
Hospital de dia	42
Urgência	43
Evolução dos indicadores de recursos humanos.....	44
Formação	47
Qualidade.....	50
Evolução da situação económico-financeira.....	52
Proveitos operacionais	53
Prestações de serviços por entidade	54
Custos operacionais.....	54
Situação financeira e patrimonial.....	63
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	64
PRINCIPAIS ACTIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2011	65

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2012	68
Principais programas de actuação.....	68
Actividade assistencial prevista.....	73
Principais investimentos previstos	74
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	75
Balanço.....	76
Demonstração dos resultados.....	79
Demonstração dos fluxos de caixa	81
Mapa dos fluxos financeiros	83
Mapas de controlo orçamental.....	86
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	92
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	95
NOME	95
CARGO	95
Presidente	95
Vogal Executivo	95
Vogal Executivo	95
Directora Clínica	95
Enfermeira Directora.....	95
Vogal Executivo	95
DEPARTAMENTO	96
NOME	96
CARGO	96
Directora Departamento.....	96
Director Departamento.....	96
Directora Departamento (Demituiu-se em 28/03/2011).....	96
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	115
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	118

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Concluído mais um exercício económico cumpre-nos fazer um balanço das acções desenvolvidas no período, analisando a evolução da actividade assistencial e do desempenho económico-financeira do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. (CHMA).

A actividade desenvolvida caracterizou-se pela necessidade em continuar a assegurar a contenção da despesa, já iniciada no ano anterior e prosseguida em 2011 com a reformulação do Plano de Redução de Despesa, em acolhimento das orientações legais no âmbito do programa de ajustamento financeiro.

Demos cumprimento aos objectivos previstos no referido plano, foram conseguidas significativas reduções nas diferentes rubricas da estrutura de custos sem contudo por em causa a qualidade e a oferta de serviços, e alcançados os compromissos assumidos em Contrato Programa na generalidade das linhas de produção, com destaque para a:

- A actividade cirúrgica, desenvolvida com tempos de resposta clinicamente aceitáveis e dentro da média das demais instituições da Zona Norte, com uma mediana do tempo de espera inferior a 2 meses e uma percentagem de cirurgias de ambulatório no total de cirurgias programadas a atingir os 65% (excedendo em grande margem o objectivo de 56%). Foi também conseguida uma forte redução no número de doentes em espera;
- O crescimento da consulta externa, com as primeiras consultas a representarem 29% do total de consultas médicas e com grande percentagem de episódios a serem realizados dentro da prioridade normal com respeito pelo tempo máximo de resposta garantido, com redução da lista de espera em cerca de 6% e da mediana em cerca de 13% face ao ano transacto. Em linha com os objectivos definidos no contrato programa, foram desenvolvidos programas de recuperação das listas de espera nas especialidades com maiores atrasos.

Em termos económicos muito embora tenhamos atingido os objectivos orçamentados para a generalidade das linhas de produção tal não foi conseguido na actividade do internamento, com menos doentes saídos, pelo que o desvio negativo na remuneração destes serviços associado ao seu elevado peso na produção total contribuiu significativamente para a redução de 1,7% nas prestações de serviços. A redução nos custos operacionais em 3,5% melhorou o resultado orçamentado, no entanto ainda negativo.

Face ao exercício de 2010 foi muito significativa a redução de 8,7% observada nos custos totais, no entanto não reflectida nos resultados líquidos em virtude da diminuição nos proveitos, designadamente nos operacionais, apesar de termos conseguido níveis de produção muito semelhantes embora com preços para o SNS reduzidos em 5%.

O esforço de consolidação das contas públicas implicou também a necessidade em ajustar o plano de investimentos, em consequência da suspensão da aprovação pela tutela do projecto de criação de um novo

edifício para acolher o internamento médico e uma unidade de tratamentos de medicina física e de reabilitação de apoio à convalescença na Unidade de Santo Tirso, mantendo-se este projecto no plano de actividades para 2012.

O empenho dos colaboradores tem, naturalmente, sido decisivo na obtenção de um elevado nível de actividade assistencial, continuando a impor-se uma melhoria no controlo dos custos quer pelo ajustamento nos processos de trabalho quer pela eliminação de alguns desperdícios, de modo a manter o Centro Hospitalar do Médio Ave como uma instituição de referência na prestação de cuidados de saúde da Região Norte.

O Conselho de Administração



APRESENTAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, possui o número de identificação de pessoa colectiva 508 093 937 e tem sede em Santo Tirso.

O CHMA constitui, de acordo com o artigo 5.º do Decreto - Lei n.º 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, um Estabelecimento Público do Serviço Nacional de Saúde, de natureza empresarial, sendo uma Pessoa Colectiva dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto - Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002 de 08 de Novembro, resultando da fusão das seguintes unidades de saúde:

- Hospital Conde de São Bento – Santo Tirso;
- Hospital S. João de Deus, E.P.E.

O CHMA integra duas unidades hospitalares: a Unidade Hospitalar de Santo Tirso, localizada no Largo Domingos Moreira, e a Unidade Hospitalar de Vila Nova de Famalicão, localizada na Rua Cupertino de Miranda.

A **lotação praticada** no CHMA, em 1 de Março de 2007 (data da sua constituição), era de 309 camas, das quais 115 na Unidade de Santo Tirso e 194 na Unidade de Vila Nova de Famalicão.

Desde a criação do CHMA a lotação praticada tem vindo a ser reduzida na sequência da concentração de serviços efectuada no âmbito de opções internas e em linha com as opções estratégicas do Ministério da Saúde.

Valências	U.Famalicão	U.Santo Tirso	CHMA
Medicina interna	52	49	101
Cirurgia geral	45	26	71
Ginecologia	10	0	10
Obstetrícia	21	0	21
Ortopedia	17	23	40
Pediatria / Neonatologia	28	0	28
Unidade de cuidados intermédios	10	0	10
Total	183	98	281
Berçario	21		21
SO	11	4	15

Bloco Operatório

A Unidade de Santo Tirso dispõe de três Salas de Bloco Operatório Central e uma Sala afectada exclusivamente à cirurgia de ambulatório na Unidade Autónoma inaugurada no início de 2008. Em 2011 a afectação é a seguinte: uma das três salas do Bloco Central exclusivamente à actividade de cirurgia de ambulatório e mais três tempos por semana de uma outra sala igualmente para cirurgia de ambulatório, com a realização do recobro fase 2 a ser efectuado na Unidade Autónoma de Cirurgia de Ambulatório. Esta Unidade com capacidade de 50 horas semana, tem uma sala de recobro fase 1 com capacidade para 11 camas e sala de recobro fase 2 com 11 cadeirões. Da parte da tarde ficam disponíveis para Cirurgia Adicional as quatro salas.

À actividade programada convencional está afectada uma sala e mais dois tempos semana de uma outra sala do Bloco Central.

A Unidade de Famalicão está dotada de 4 salas de Bloco Operatório Central, uma afectada ao serviço de urgência e outra, das 14,00 às 24,00 horas, de segunda a sexta, afectada à urgência de ginecologia/obstetrícia. Nas restantes salas são disponibilizados 10,5 tempos operatórios para cirurgia convencional e 4,5 tempos para cirurgia de ambulatório. Ficarão disponíveis duas salas do Bloco para a Cirurgia Adicional de 2.ª a Sexta.

Está ainda disponível desde o primeiro trimestre de 2010 um novo espaço, com recobro 2 e 3, de apoio à sala de cirurgia de ambulatório. Esta nova área cumpre as funções de admissão e preparação de doentes, com acesso directo ao bloco operatório e circuitos de circulação de doentes totalmente independentes dos do internamento.

No que concerne à **Consulta Externa**, a actual oferta por especialidades é a seguinte:

Especialidades Médicas

- | | |
|-------------------------------------|------------------------|
| ▪ Anestesiologia | ▪ Oftalmologia |
| ▪ Cardiologia | ▪ Oncologia médica |
| ▪ Cirurgia geral | ▪ Neurologia |
| ▪ Medicina interna | ▪ Imuno-hemoterapia |
| ▪ Obstetrícia | ▪ Pneumologia |
| ▪ Ginecologia | ▪ Otorrinolaringologia |
| ▪ Ortopedia | ▪ Gastrenterologia |
| ▪ Pediatria | ▪ Saúde Mental |
| ▪ Medicina física e de reabilitação | |

Especialidades não Médicas

- Psicologia clínica
- Dietética / Nutrição

Ao nível dos **Meios complementares de diagnóstico e terapêutica**, a actual oferta, a seguir identificada, assegura o funcionamento das duas Unidades, com capacidade para vir a prestar serviços ao exterior, para o que se admite a promoção e dinamização da respectiva oferta. No âmbito do equipamento da Nova Urgência Médico Cirúrgica na Unidade de Famalicão, em funcionamento desde o início de 2009, o CHMA foi dotado de equipamento de mamografia, equipamento de ecografia com capacidade de processamento DOPPLER, equipamento de radiologia digital - permitindo aquisições digitais com detector plano de alta resolução para a excelência do diagnóstico - e equipamento de tomografia axial computadorizada (TAC). Foi recentemente adquirido no âmbito do mesmo projecto um Ecógrafo - de forma a responder a situações de diagnóstico criadas pela urgência de ginecologia e obstetrícia – e de um Ecocardiógrafo, equipamento para responder a casos de patologia cardiovascular, designadamente Enfartes Agudos do Miocárdio, insuficiências cardíacas de etiologia múltipla, tromboembolismo pulmonar e Acidentes Vasculares Cerebrais.

É a seguinte, a actual oferta:

- Patologia Clínica
- Imagiologia
- Imuno-hemoterapia
- Medicina física e de reabilitação
- Cardiologia
- Oftalmologia
- ORL
- Ginecologia / Obstetrícia
- Neurologia
- Gastrenterologia

Ambas as Unidades Hospitalares dispõem de **Serviço de Urgência**, médico cirúrgica na Unidade de Famalicão – nova construção, com entrada em funcionamento em Janeiro de 2009- e urgência básica na Unidade de Santo Tirso, com reabertura no actual espaço desde o início de Setembro de 2009 após a realização de obras de requalificação.

A unidade de Vila Nova de Famalicão dispõe de um **Bloco de partos** e de um Serviço de Neonatologia.

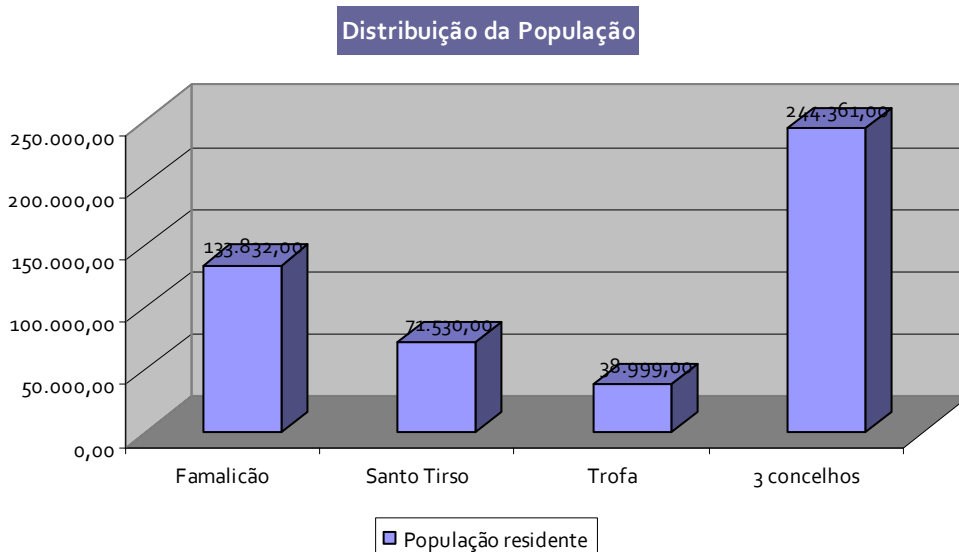
O **Hospital de Dia** assegura o serviço de imuno-hemoterapia na Unidade de Famalicão e os serviços de quimioterapia, pediatria e psiquiatria em ambas as Unidades.

Enquadramento na região

A área de influência do Centro Hospitalar inclui os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa, e os utentes referenciados pelos Centros de Saúde de Famalicão, de Santo Tirso, da Trofa e de Negrelos.

No concelho da Trofa existe uma Unidade Hospitalar privada e no concelho de Famalicão, na localidade de Riba de Ave, uma Unidade Hospitalar da Misericórdia local.

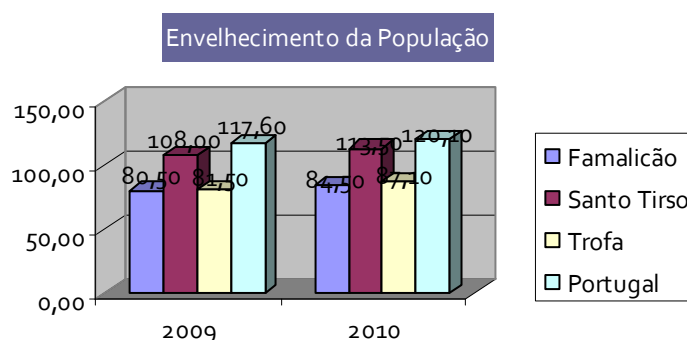
A população residente é de cerca de 244.000 habitantes, segundo Censos de 2011 do INE, assim distribuída:



Face aos registos de 2007 verificou-se uma diminuição de 740 pessoas na população dos três concelhos, tendo o crescimento registado no concelho de Santo Tirso de 1.103 pessoas sido anulado pelas diminuições observadas nos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Trofa.

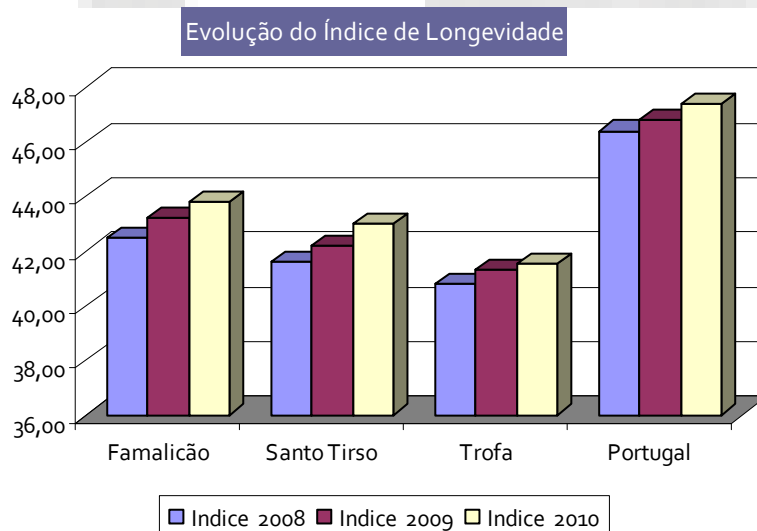
Continua a verificar-se um elevado índice de envelhecimento da população em 2010 tendo-se agravado em cerca de 5%, face ao ano anterior, nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso e em cerca de 7% no concelho da Trofa, percentagens de crescimento muito superiores ao crescimento de 2,1% no país, no entanto ainda

aquém dos valores médios nacionais como se observa no gráfico seguinte, elaborado segundo projecção de Indicadores Demográficos do INE para 2010, actualizados em Dezembro de 2011:



O índice de envelhecimento relaciona a população idosa e a população jovem, sendo que a nível nacional, para cada 120,1 idosos com mais de 65 anos existem 100 jovens com menos de 15 anos. Nos três concelhos de referência do Centro Hospitalar apenas no concelho de Santo Tirso se verifica uma superioridade da população idosa, sendo que nos outros dois concelhos os jovens com menos de 15 anos superarem o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Por sua vez o índice de longevidade, que relaciona a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos, tem vindo a crescer nos três concelhos (acompanhando a subida da média nacional) como se observa no gráfico seguinte:



A percentagem de população mais idosa é superior no concelho de Santo Tirso com um crescimento de 1,9% face ao ano anterior, superior ao crescimento próximo de 1,3% da média nacional, seguindo-se Famalicão com 1,4% e Trofa com 0,5%. Comparativamente à média nacional este indicador é contudo inferior em cada um dos três concelhos.

Refira-se ainda a evolução decrescente das taxas de natalidades de 2005 a 2010, segundo estimativas com actualização em Dezembro de 2011, observada no quadro seguinte para os três concelhos e o país:

Descrição	Taxa de natalidade bruta					
	2005	2006	2007	2008	2009	2009
Famalicão	10,5	10,2	9,5	9	8,9	8
Santo Tirso	8,5	7,7	7,8	9,3	7,2	7,2
Trofa	10,1	9,7	9,5	9,1	7,8	8,7
Portugal	10,4	10	9,7	9,8	9,4	9,5

Os valores são inferiores à média nacional nos anos em análise, excepto no concelho de Famalicão que até 2006 registou valores superiores.

Verifica-se um crescente envelhecimento da população, com aumento do índice de longevidade e uma diminuição da taxa de natalidade, aumentando deste modo as necessidades em cuidados de saúde e o desafio do Centro Hospitalar na adaptação das suas estruturas e funcionamento para melhor responder à crescente procura de serviços.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Missão

Nos termos do art.º 4.º do Regulamento Interno, o CHMA assume como Missão, prestar cuidados de saúde diferenciados, com qualidade e eficiência, em articulação com outros serviços de saúde e sociais da comunidade, apostando na motivação e satisfação dos seus profissionais, com um nível de qualidade, efectividade e eficiência elevadas.

Na prossecução da sua missão, o CHMA tem a finalidade da promoção da saúde, da prevenção da doença, do ensino e da investigação, nos termos em que vierem a ser convencionados.

É, por fim, missão do CHMA, a investigação e o desenvolvimento científico em todas as áreas das ciências da saúde.

Valores e objectivos

O desenvolvimento da actividade do CHMA rege-se pelos seguintes valores:

- Transparência nas acções e ética nos relacionamentos;
- Orgulho e sentimento de pertença;
- Qualidade na acção, assegurando os melhores níveis de resultados e de serviço;
- Total respeito pela Dignidade e Direitos da Pessoa Humana;
- Espírito de colaboração e cortesia profissional, no relacionamento com os utentes e com os restantes colegas de trabalho.

Os princípios estruturais e duradouros que guiam o comportamento e a actuação do CHMA são:

- Atitude centrada no doente e na promoção da saúde na comunidade;
- Cultura do conhecimento como um bem em si mesmo;
- Cultura de excelência técnica e do cuidar;
- Cultura interna de multidisciplinaridade e trabalho em equipa.

Na sua actuação, o CHMA pauta-se pela prossecução dos seguintes objectivos:

- Prestação de cuidados de saúde de qualidade, acessíveis e em tempo oportuno;

- Aumento da eficácia técnica e de eficiência, num quadro de desenvolvimento económico e financeiro sustentável;
- Implementação e desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde.

Políticas da empresa

Estão em implementação práticas de melhoria contínua de qualidade ao nível organizacional, que irão permitir o aumento da eficiência económica, da efectividade clínica e a minimização de riscos estruturais, ocupacionais e clínicos, no âmbito do processo de acreditação, formalizado em Outubro de 2011, segundo as normas do Programa de Acreditação Internacional CHKS.

A informação gerada pelo CHMA é gerida de forma eficaz, sendo utilizada para melhorar os cuidados prestados aos utentes e promover aumentos de eficácia e eficiência e melhoria do desempenho individual e global.

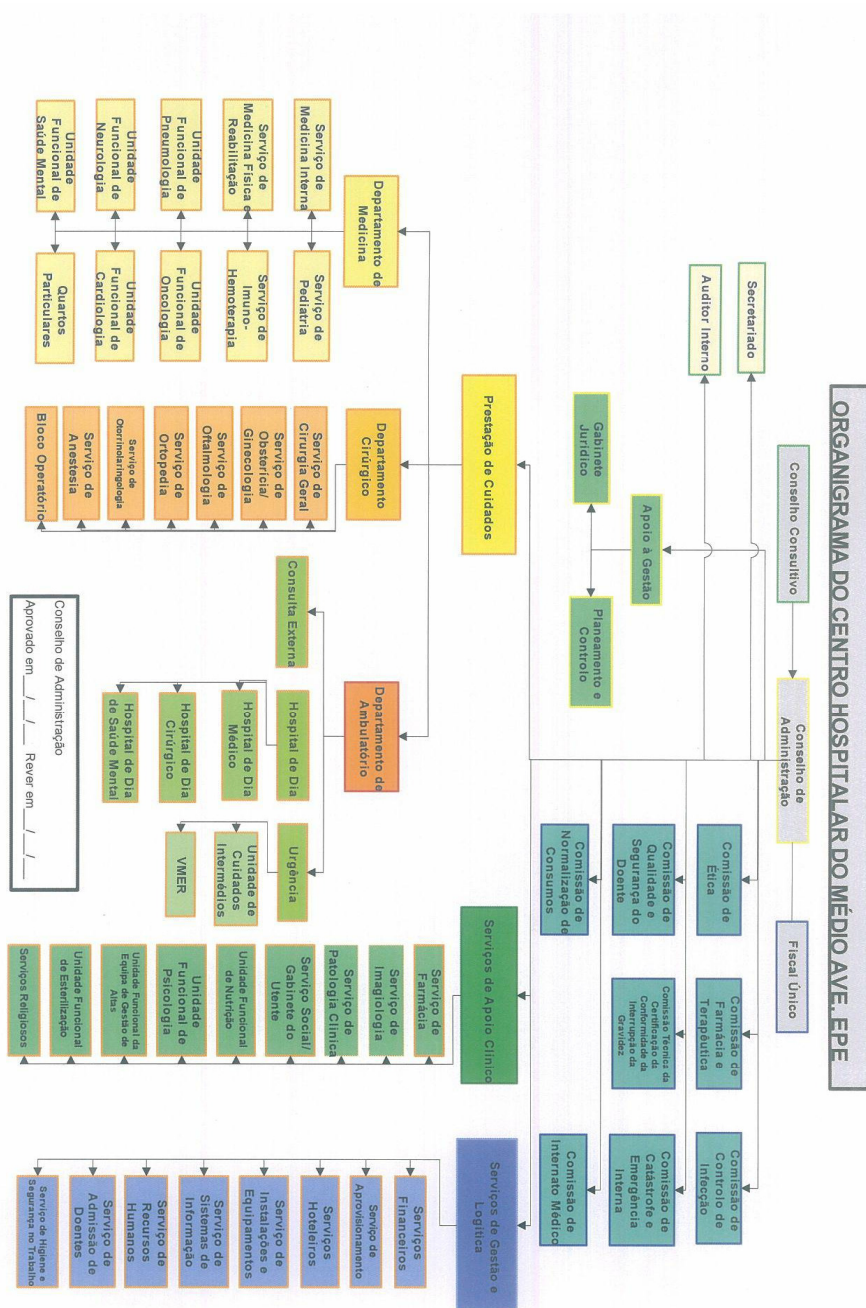
O CHMA possui um modelo de monitorização periódica de avaliação do grau de execução do Contrato Programa, através de um conjunto de indicadores de desempenho económico e assistencial e de qualidade e eficiência.

O CHMA dispõe de um Gestor do Risco, tendo em vista a definição de um Sistema de Gestão do Risco que integre todas as áreas do risco, geral e clínico.

O CHMA tem na sua organização um Auditor Interno como meio de apoio para que todo o pessoal executivo disponha de informação razoavelmente verdadeira, que lhe permita controlar as operações em que são responsáveis.

Estrutura organizacional

A estrutura organizacional do CHMA encontra-se detalhadamente descrita no Regulamento Interno e representada no organograma abaixo.



Destaca-se a organização por Departamentos (de Medicina, Cirúrgico e de Ambulatório) que são dirigidos por equipas próprias em ligação directa com o Conselho de Administração.

Dada a diversidade e complexidade dos problemas a gerir e ao corpo da Instituição – com duas Unidades fisicamente distintas – foi decidido reforçar o Conselho de Administração com órgãos especializados de apoio que asseguram os estudos e a fundamentação para as decisões a tomar e que prolongam a acção daqueles órgãos, sempre actuando em seu nome e mandatados por eles.

Como previsto nos Estatutos o Conselho de Administração nomeou um Auditor Interno, a quem compete proceder ao controlo interno no domínio contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, bem como fornecer ao Conselho de Administração, análises e recomendações sobre as actividades revistas para a melhoria do funcionamento dos serviços.

A actividade do CHMA divide-se, complementarmente, em duas grandes áreas: Área Clínica (serviços de prestação de cuidados e serviços de apoio) e Área de Gestão e Logística (serviços financeiros, administrativos e Logística).

Sendo as actividades da área clínica a razão de ser do CHMA, as mesmas só poderão ser racionalmente bem desenvolvidas com o devido suporte financeiro, administrativo e logístico, garantindo meios, recursos e soluções organizacionais essenciais ao bom cumprimento daquelas actividades e sem os quais não haverá prestação de cuidados de saúde de qualidade.

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

O Regulamento Interno do CHMA¹ estabelece os princípios de gestão e de funcionamento do CHMA, a respectiva estrutura organizativa e as competências das áreas funcionais que o integram.

A estrutura organizativa está, de forma resumida, explicada em ponto próprio deste Relatório.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, o Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE, integra o Sector Empresarial do Estado desde 1 de Março de 2007. De acordo com os estatutos publicados no anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29/Dez, e nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto, conjugados com o artigo 18º do anexo da Lei nº 2/2002, de 8 de Novembro, o CHMA é uma pessoa colectiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira.

¹ A versão integral do Regulamento Interno está disponível no site do CHMA: www.chma.pt

De entre a legislação que enquadra a orgânica e funcionamento do CHMA, destacam-se:

- Constituição do CHMA
Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de Fevereiro
- Estatutos e Regime Jurídico das Entidades Públicas Empresariais
Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro
- Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas
Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto
- Regime Jurídico da Gestão Hospitalar
Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro
- Estatuto do Serviço Nacional de Saúde
Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de Janeiro

Transacções relevantes com entidades relacionadas

A aquisição de bens e serviços pelo CHMA rege-se pelas normas de Direito Privado, sem prejuízo da aplicação do regime comunitário relativo à contratação pública.

Em qualquer caso, tem obrigatoriamente de ser assegurado e garantido o cumprimento dos princípios gerais da livre concorrência, transparência e boa gestão, nomeadamente através da fundamentação das escolhas efectuadas.

A aquisição de bens e serviços é efectuada com base em Regulamento Próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que assegura a efectivação dos princípios referidos no número anterior e estabelece a disciplina aplicável a:

- Empreitadas cujo valor seja inferior ao referido na alínea c) do artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 1177/2009 de 30 de Novembro de 2009;
- De locação ou de aquisição de bens e moveis e de aquisição cujo valor seja inferior ao referido na alínea b) do artigo 2.º do artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 1177/2009 de 30 de Novembro de 2009.

As transacções mais relevantes que são levadas a cabo com entidades relacionadas, são as decorrentes dos serviços assistenciais prestados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde. As regras de remuneração decorrem da aplicação do Contrato-Programa, sendo a facturação inerente à actividade assistencial prestada a utentes do SNS emitida à Administração Central do Sistema de Saúde. Por outro lado, no âmbito da actividade desenvolvida, são prescritos, em ambulatório, alguns fármacos, cujos encargos têm vindo a ser assumidos pela Administração Regional de Saúde do Norte.

Outras transacções

Há a considerar as transacções com outras Instituições do Ministério da Saúde e Instituições Privadas, inerentes a serviços prestados e a subcontractações de serviços diversos.

Finalmente, no âmbito do cumprimento de obrigações de natureza fiscal (Finanças: IRS, IRC, TSU e descontos para a CGA e Segurança Social) existem transacções com outras entidades públicas.

Modelo de governo e órgãos sociais

O modelo de governo da sociedade é o definido no DL n.º 233/2005 e compreende os seguintes órgãos sociais:

- O Conselho de Administração
- O Fiscal Único
- O Conselho Consultivo

Nos termos do Despacho n.º 13503/2010 foi nomeado o actual Conselho de Administração, com início de funções em 1 de Março de 2010.

Os órgãos sociais para o triénio de 2010-2013 são os seguintes:

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr. José Maria Dias		2010-2012
Vogal Executivo (1)	Eng. Victor Manuel Oliveira Araújo Boucinha		2010-2012
Vogal Executivo (2)	Dr. Luís Manuel Pereira de Almeida Costa		2010-2012
Vogal Executivo (3)	Dr. Silvestre Ivo Sá Machado		2010-2012
Directora Clínica	Dra. Maria Helena Rodrigues		2010-2012
Enfermeira Directora	Enf.ª Deolinda Maria Correia do Vale		2010-2012

Fiscal Único

Efectivo	João Araújo & Associados, SROC 142, representada por Dr. João Luís Almeida Mendes de Araújo, ROC nº 933 Despacho SETF nº 8737/2010, de 07 de Maio de 2010	2010-2012
Suplente	Santos Carvalho & Associados, SROC 71, representada por Dr. António Augusto dos Santos Carvalho, ROC nº 16	2010-2012

Conselho Consultivo

Presidente	Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes	2010-2012
------------	-------------------------------------	-----------

Estatuto remuneratório

Fixado pelo Despacho Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde, de 05 de Fevereiro de 2012.

Conselho Administração

Presidente – Remuneração de 4.834,81 euros, a abonar 14 vezes por ano;

Vogais Executivos – Remuneração de 4.065,58 euros a abonar 14 vezes por ano.

Fiscal Único

Fixada nos termos do n.º 2 do Despacho SETF n.º 8737/2010, de 07 de Maio, a remuneração anual ilíquida do fiscal único efectivo será a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Médio Ave e o fiscal único, com o limite máximo equivalente a 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento de base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar.

A remuneração do Fiscal Único em 2011 foi de 11.333,33 euros, tendo sido aplicado o artigo 22º da Lei nº 55-A/2011.

Remunerações e outras regalias — 2011

Em euros

	Presidente	Dir. Clínica	Enfa. Dir	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
1. Remuneração						
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€) 1)	85.014,66	85.054,26	56.918,12	56.918,12	56.918,12	56.918,12
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	2.603,30	2.263,80	2.263,80	2.263,80	2.263,80	2.263,80
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	8.241,14	8.279,05	5.246,60	5.246,60	5.246,60	5.246,60
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.-1.2.-1.3.) (€)	74.170,22	74.511,41	49.407,72	49.407,72	49.407,72	49.407,72
1.5. Senha de presença (€)						
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)						
1.7. Remuneração variável (€)						
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)						
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)						
2. Outras regalias e compensações						
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	323,74	99,20	284,87	1.644,46	1.800,00	234,45
2.3. Subsídio de deslocação (€)	10.166,04	1.205,76	1.195,20	11.160,36	3.453,84	10.656,36
2.4. Subsídio de refeição (€)	1.029,07	1.058,96	1.067,50	1.016,26	1.054,69	1.029,07
2.5. Outras (Despesas Representação) (€) 2)	14.058,12	10.478,16	10.499,16	10.499,16	10.499,16	10.499,16
3. Encargos com benefícios sociais						
3.1. Regime de Proteção Social (€)	-6.612,34	-7.038,50	-4.359,46	-3.959,44	-3.959,44	-3.959,44
3.2. Seguros de saúde (€)						
3.3. Seguros de vida (€)						
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)						
3.5. Outros (ADSE) (€)	-901,73	-959,83	-594,44			
4. Parque Automóvel						
4.1. Marca	NA	NA	Audi	NA	Audi	NA
4.2. Modelo	NA	NA	A4	NA	A3	NA
4.3. Matrícula	NA	NA	47-61-VZ	NA	97-FU-50	NA
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	o	o	30.000	o	29.599	o
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	NA	NA	2004	NA	2008	NA
4.6. Ano Início						
4.7. Ano Termo						
4.8 N.º prestações (se aplicável)						
4.9. Valor Residual (€)						
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)						
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	o	o	2.470,59	o	4.292,41	o
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€) *			3.600		3.600	
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	o	o	2.099,27	o	2.884,67	o
5. Informações Adicionais						
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	sim	sim	Não	Não	Não	Não
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)	69.394,50	73.359,86				
5.3. Regime de Proteção social						
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
5.3.2. Outro (indicar)	CGA	CGA	CGA			
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)						
5.5. Outras (identificar detalhadamente)						

* Litros/ano

1) Inclui despesas de representação

2) Incluído no ponto 1.1 sem redução

Obrigações de serviço público

As obrigações de serviço público no sector da Saúde decorrem da legislação aplicável. Os preceitos legais mais relevantes neste âmbito estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases da Saúde.

Ainda com relevância estrutural, ao nível da organização do Serviço Nacional de Saúde, o Centro Hospitalar obriga-se a garantir o acesso às prestações de saúde, nos termos do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, a todos os beneficiários do SNS.

No acesso às prestações de saúde, o Hospital deve respeitar o princípio da igualdade, assegurando aos beneficiários o direito de igual acesso, obtenção e utilização das prestações de saúde realizadas e o direito de igual participação, devendo os utentes ser atendidos segundo um critério de prioridade clínica definido em função da necessidade de prestações de saúde.

O Centro Hospitalar obriga-se ainda a realizar todas as prestações de saúde aos beneficiários do SNS para que tenha capacidade técnica, garantindo, nesta medida, a universalidade das prestações de saúde que cabe ao SNS assegurar.

Termos contratuais da prestação do serviço público

Tendo por base o enquadramento legal anteriormente referido, a remuneração do serviço público prestado pelo CHMA foi assim estabelecido:

- Com o Acordo Modificativo as Partes prorrogam para 2011 o Contrato-Programa celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, a Administração Central do Sistema de Saúde, IP, e o CHMA, relativamente à prestação de serviços assistenciais de saúde prestados a utentes que se identifiquem como beneficiários do SNS aplicável a cerca de 95% da actividade assistencial global;
- Portaria legal, relativamente à prestação de serviços assistências de saúde prestados a utentes que se identifiquem como beneficiários de outros subsistemas bem como de quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Sem constituir remuneração pela actividade assistencial propriamente dita, de referir ainda:

- Taxas moderadoras relativamente ao acesso aos serviços assistenciais, como mecanismo de moderar o acesso aos estabelecimentos de saúde, aplicáveis a todos os utentes (salvaguardando as isenções aplicáveis nos termos da legislação em vigor).

O contrato-programa está disponível no site da ACSS (www.acss.pt) e dele destacamos, resumidamente, as seguintes obrigações:

- a) Políticas de melhoria – o CHMA obriga-se a estabelecer políticas de melhoria de forma a garantir níveis de serviço e indicadores de qualidade crescente, pondo especificamente em

prática políticas efectivas de redução dos tempos de internamento inapropriados, tendo em vista a obtenção de um nível elevado de utilização de recursos.

- b) Articulação com a Rede de Cuidados Primários – a actividade exercida pelo CHMA no âmbito do contrato-programa deve respeitar a continuidade de cuidados e a articulação funcional definida no âmbito do SNS.
- c) Articulação com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – o CHMA obriga-se a garantir a correcta e a adequada articulação com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.
- d) Qualidade dos serviços – no exercício da sua actividade, o CHMA fica obrigado a assegurar elevados parâmetros de qualidade dos serviços de saúde prestados, quer no que respeita aos meios e processos utilizados quer no que respeita aos resultados.
- e) Avaliação da satisfação dos utentes e profissionais - como parte integrante da sua política de qualidade, o CHMA obriga-se a promover periodicamente, inquéritos de satisfação dos utentes e dos profissionais nas grandes áreas de actividade.

Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público

O financiamento subjacente à prestação do serviço público baseia-se na remuneração dos actos e serviços efectivamente prestados, cumpridas as obrigações definidas no contrato-programa, formalmente firmado envolvendo o CHMA e as Entidades referidas no ponto anterior.

O financiamento resultante do contrato-programa estabelece metas de produção assistencial nas seguintes linhas:

- Internamento
- Consulta externa
- Ambulatório (cirúrgico e médico)
- Urgência
- Hospital de dia
- IG medicamentosa
- Diagnóstico pré-natal-protocolo I
- Visitas domiciliárias

A remuneração é variável, em função das quantidades (com limites relativamente aos desvios, que resultam em “produção marginal”), preços e complexidade (prevista) da actividade assistencial.

Incentivos institucionais

Está prevista a atribuição de um incentivo em função do cumprimento de objectivos de qualidade e eficiência institucionais e de metodologia em sede de acompanhamento da execução do Contrato Programa.

Fluxos económicos e financeiros

Mensalmente são recebidos adiantamentos provenientes da ACSS, que são objecto de acerto de contas com a facturação emitida pelo CHMA e conferida pela ACSS.

No início do ano seguinte, e após apuramento da Produção Marginal, é apurado o saldo entre o CHMA e a ACSS, para posterior liquidação.

No âmbito dos serviços prestados aos subsistemas e da cobrança das taxas moderadoras são gerados os correspondentes fluxos económicos e financeiros.

Informação relevante

O Conselho de Administração do CHMA adopta a política de divulgar publicamente, designadamente através de um sítio da Internet: "sítio das empresas do Estado", criado pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, as informações de que tenha conhecimento que sejam susceptíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial, ou as suas condições de prestação de serviço público, agindo de forma idêntica à que se encontre estabelecida para a prestação deste tipo de informação aos accionistas por parte das empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado, salvo quando o interesse público ou o interesse de empresa impuserem a sua não divulgação, designadamente em caso de informação estratégica ou confidencial, segredo comercial ou industrial ou na protecção de dados pessoais.

Daquele sítio bem como do sítio www.chma.pt consta também, designadamente, informação financeira histórica e actual da CHMA, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais. Adicionalmente é nesses sítios disponibilizada informação clara, relevante e actualizada sobre a actividade do CHMA, incluindo designadamente as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado. O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio das empresas do Estado e do CHMA é livre e gratuito.

Gabinete do utente

Existe no CHMA uma unidade funcional denominada “Gabinete do Utente / Gabinete do Cidadão”, ao qual compete, designadamente, receber, analisar e encaminhar as sugestões, queixas e reclamações apresentadas pelos utentes e pelo público em geral. Funciona, portanto, como elo de ligação entre o CHMA e o público em geral.

Sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental

Sustentabilidade económica

O CHMA foi criado por fusão do Hospital S. João de Deus E.P.E. e do Hospital Conde de S. Bento pertencente ao Sector Público Administrativo. Esta transformação conduziu a um novo modelo organizacional, com o aproveitamento do que de melhor se fazia em cada uma das Unidades, visando:

- Uniformizar, centralizar e agilizar processos, no sentido de melhorar a eficiência;
- Incrementar o controlo interno, designadamente nos processos de aquisição de bens e serviços e controlo orçamental;
- Aproveitar as sinergias resultantes da concentração de serviços.

Para o efeito foram concentrados os serviços de aprovisionamento de produtos farmacêuticos e de materiais diversos, possibilitando a negociação de maiores quantidades com resultados económicos evidentes não só em termos de melhores preços de aquisição como sob a forma de rappel.

Os serviços de recursos humanos foram organizados de acordo com uma nova estrutura funcional, compreendendo secção de estudos e planeamento e secção de pessoal, com alguma economia de recursos.

Os serviços financeiros e de contabilidade foram concentrados, eliminando uma série de anteriores procedimentos internos entre as duas Unidades, com obtenção de substanciais ganhos de eficiência.

O tratamento de roupa é prestado por Entidade externa, cobrindo todas as necessidades do Centro Hospitalar.

Foram ainda implementadas outras iniciativas que visam aproveitar a complementaridade de recursos, nomeadamente ao nível do Laboratório de Patologia Clínica – concentração do serviço e reafecção dos recursos humanos - e dos meios complementares de diagnóstico (aquisição de equipamentos de imagiologia) no sentido de minimizar a subcontratação e obter resposta através da capacidade instalada no CHMA.

Também em termos assistenciais a integração permitiu diversas vantagens na utilização dos recursos com a concentração dos serviços de obstetrícia e neonatologia, internamento de Pediatria na Unidade de Famalicão, bem como o investimento no sistema PACS facilitando a mobilidade da informação ao nível da imagem.

A criação de valor está implícita neste aumento de eficiência e ganhos de produtividade, que conduziram também a ganhos em saúde e acessibilidade aos cuidados.

Sustentabilidade social

Um dos factores impulsionadores de sucessos é o desenvolvimento de projectos de responsabilidade social.

A sustentabilidade é enquadrada na estratégia e políticas adoptadas, sendo analisada na vertente interna (Profissionais) e externa (Comunidade).

Profissionais

O CHMA trata com respeito e integridade os seus profissionais, contribuindo activamente para a sua valorização profissional, com a realização de acções internas de formação em diferentes áreas e a possibilidade de participação em algumas acções externas.

O CHMA adopta um plano de igualdade tendente a alcançar uma igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação de vida pessoal, profissional e familiar.

Comunidade

O Regulamento Interno prevê a articulação do CHMA com a comunidade:

- 1 - O CHMA, através dos seus órgãos e serviços, proporcionará um relacionamento dinâmico com a comunidade que serve, através das suas estruturas organizadas.
- 2 - Igualmente deverão desenvolver-se programas que fomentem tal relacionamento, abrindo o CHMA à comunidade.

Têm sido estabelecidos protocolos diversos com entidades locais, nomeadamente estabelecimentos de ensino.

Em cooperação com a Sociedade Portuguesa de Acidente Vascular Cerebral os Serviços de Medicina organizaram em Março a comemoração do dia nacional do doente com AVC, com abertura ao público na participação de sessão na Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão e rastreio à população.

Com organização do serviço de medicina e colaboração da casa das artes de Vila Nova de Famalicão foi, em 14 de Novembro, comemoração o Dia Nacional da Diabetes.

Sustentabilidade ambiental

A gestão ambiental é considerada uma preocupação importante para a actuação do CHMA. Neste âmbito, têm vindo a ser adoptadas medidas que permitam uma maior eficiência energética a par da minimização do impacto ambiental da sua actividade assistencial.

O CHMA cumpre com toda a legislação em vigor a nível ambiental.

Foram eliminados os resíduos dos efluentes provenientes dos banhos de fixação e revelação produzidos nos serviços de imagiologia do CHMA, com a adopção de um sistema PACS.

São cumpridas as normas relativas à recolha e tratamento adequado de resíduos hospitalares, assim como é usado o gás natural para aquecimento, em alternativa ao fuel, reduzindo a emissão de gases.

Em termos de melhoria da eficiência no consumo de recursos energéticos e naturais já aderimos à energia solar, numa primeira fase com a instalação de painéis solares para aquecimento das águas sanitárias utilizadas nos Serviços de Urgência do CHMA, proximamente iremos alargar a instalação de painéis solares a outros serviços no âmbito das obras a realizar de requalificação da consulta externa na Unidade de Famalicão e do novo edifício de internamento na Unidade da Santo Tirso.

Foi concluído o projecto de reencaminhamento de todas as águas pluviais da Unidade de Santo Tirso para a rede pública de águas pluviais, enquanto até então as referidas águas eram encaminhadas para a rede pública de saneamento.

Está em curso o projecto Paper Free para todo o processo clínico através da solução ALERT® PFH, iniciado em 2009 no serviços de urgência (urgência médico cirúrgica da Unidade de Famalicão e urgência básica da Unidade de Santo Tirso) e na consulta externa, estando em curso a instalação do software ALERT® no internamento e no bloco operatório do CHMA.

Código de ética

O CHMA dispõe de Código de Ética, já aprovado em 2012. Não dispondo de Código de Ética no exercício económico findo em 31 de Dezembro, o CHMA regeu-se pelos princípios de ética definidos na Carta de Ética da Administração Pública e no Regulamento Interno, que no art.º 18º define as principais competências da Comissão de Ética: Deverá ponderar, em particular, no estabelecido na lei, nos códigos deontológicos e nas declarações e directrizes internacionais existentes sobre matérias a apreciar, bem como:

- a) Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores morais dentro da instituição nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade dos doentes;
- b) Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, de diagnóstico e tratamento, e no respeito pela confidencialidade;
- c) Pronunciar-se sobre práticas correctas de investigação e ensino que envolvam doentes ou tenham impacto nos princípios morais porque se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

Para além do Conselho Consultivo e do Fiscal Único, órgãos sociais que apreciam e promovem internamente os princípios do bom governo da sociedade, o CHMA dispõe de Auditor Interno e de Gestor de Risco, entidades com competências próprias no mesmo domínio.

É nossa convicção serem cumpridos os Princípios de Bom Governo estabelecidos, na medida em que:

- Toda a actividade, funcionamento e organização é balizada pelo cumprimento da legislação e regulamentação em vigor;
- É cumprida a missão, valores e objectivos do CHMA, sendo divulgados no respectivo site: <http://www.chma.pt>;
- São elaborados planos e relatórios de actividade e outros documentos de interesse relevante, amplamente divulgados no site do CHMA;
- É reportada informação periódica ao Ministério da Saúde e Ministério das Finanças que permite avaliar os níveis de desempenho na perspectiva assistencial e económico-financeira;
- É divulgada toda a informação de interesse para os colaboradores pelos meios de comunicação internos, designadamente através de intranet;
- Todas as políticas de recursos humanos, são definidas com base em critérios de respeito, integridade, equidade e igualdade, produtividade e eficiência.

Informação sobre o sistema de controlo interno

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. (CHMA) tem na sua organização uma estrutura de Planeamento e Controlo de Gestão, um Auditor Interno, e algumas Comissões de Apoio Técnico. Foi também nomeado um Gestor do Risco.

Foram elaborados Manuais de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos com customização à realidade do CHMA, nas seguintes áreas:

- Contabilidade e tesouraria
- Compra de medicamentos
- Contas a pagar
- Farmácia (logística)
- Produção
- Recursos Humanos
- Gestão de compras de materiais

O Conselho de Administração formaliza as suas estratégias, explicitadas na missão, visão, objectivos e planos de acção, nos seguintes documentos:

- Plano de negócios plurianual de actividades, de investimento e financeiros;
- Planos anuais de actividades, de investimentos e financeiros;
- Orçamentos anuais de investimento, de exploração e de tesouraria;
- Contratos programa externos
- Contratualização interna.

O Centro Hospitalar aplica métodos e procedimentos de controlo interno que, na generalidade, vão ao encontro dos objectivos definidos no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, e que garantem a segregação de funções, a legalidade e a regularidade das operações administrativas e contabilísticas.

Prevenção de conflitos de interesse

Todos os membros do Conselho de Administração remeteram à Procuradoria-Geral da República Declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos onde constam todos os elementos necessários à verificação do cumprimento da lei.

Todos os membros do Conselho de Administração se abstêm de intervir na aprovação de despesas por si realizadas.

Princípios relativos à divulgação de informação

No portal do CHMA (www.chma.pt) procedemos à divulgação e actualização da seguinte informação:

Informação no Site do CHMA	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	S			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			
Organigrama	S			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	S			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	S			
Identificação de comissões existentes na sociedade	S			
Identificar sistema de controlo de riscos	S			
Remuneração dos órgãos sociais				
Regulamentos internos e externos	S			
Transações fora das condições de mercado				
Transações relevantes com entidades relacionadas				
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental				
Código de Ética		N		Carta de ética da administração pública
Relatório e Contas	S			
Provedor do Cliente			NA	

legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

No portal das empresas do SEE (www.dgtf.pt) pode ser observada a informação identificada no quadro seguinte:

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados	S			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			
Ficha síntese da empresa	S			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig.serv.público e modelo de financiamento	S			
Modelo de Governo / Ident. Orgãos Sociais:	S			
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	S			
Estatuto remuneratório fixado	S			
Remunerações auferidas e demais regalias	S			
Regulamentos e Transacções:	S			
Regulamentos internos e externos	S			
Transações relevantes com entidades relacionadas	S			
Outras transacções	S			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S			
Avaliação do cumprimento dos PBG	S			
Código de Ética		N		Carta de ética da administração pública
Informação financeira histórica e actual	S			
Esforço Financeiro do Estado	S			

legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

Cumprimento das orientações legais

Objectivos de gestão

Na elaboração das ferramentas de gestão para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, designadamente o Plano de Desempenho, o Plano de Actividade e Orçamento e o Plano de Redução de Custos, foram consideradas as orientações estratégicas do SEE para 2011 e as orientações gerais para o sector da saúde divulgadas no Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde, de 26 de Outubro de 2010, e no Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 30 de Novembro de 2010.

- Redução na massa salarial em linha com a redução preconizada para a Administração Pública (5%);
- Variação dos FSE em linha com os objectivos globais de redução dos custos operacionais da SEE (15%).

Gestão do risco financeiro

Em Dezembro de 2008 foi contraído pelo CHMA um financiamento no âmbito da adesão ao Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde (FASPSNS).

Ao montante de financiamento inicial de 17.102.609,02€ foram efectuadas amortizações assim como um reforço no montante de 1.553.763,06€, em Julho de 2009. O capital em dívida em 31 de Dezembro de 2011 era de 13.365.777,40€.

Evolução da taxa média anual de financiamento:

Em euros

Rubricas	2008	2009	2010	2011
Juros de financiamento	17.661,16	276.713,76	266.308,64	275.454,35
Capital em dívida	15.102.609,02	13.365.777,40	13.365.777,40	13.365.777,40
Taxa média anual de financiamento	0,12%	2,07%	1,99%	2,06%

Taxa média anual = (Juros ano n / capital em dívida ano n)

Evolução do prazo médio de pagamentos

Prazo médio de pagamentos a fornecedores calculados nos termos da RCM nº 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009.

2010

		1T 2010	2T 2010	3T 2010	4T 2010
Dívidas a Fornecedores		12.315.445	13.936.890	15.651.528	13.245.551
Aquisições Trimestrais		4.758.224	5.070.987	4.850.484	5.537.414
PMP					
Ponderado - Publicação	Média das Dívidas a Fornecedores	150	168	207	249
	Somatório das Aquisições Trimestrais				

2011

		1T 2011	2T 2011	3T 2011	4T 2011
Dívidas a Fornecedores		13.525.402	15.023.761	14.408.894	13.121.552
Aquisições Trimestrais		3.540.212	8.010.565	12.834.973	17.086.755
PMP					
Ponderado - Publicação	Média das Dívidas a Fornecedores	255	267	258	299
	Somatório das Aquisições Trimestrais				

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2011 dos pagamentos em atraso, nos termos do Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de Maio.

Em euros

Pagamentos em atraso	0-90 dias	90-180 dias	180-360 dias	>360 dias
Fornecedores Estado	192.732,28	161.267,73	91.760,03	2.710.906,53
Fornecedores Externos	2.741.698,56	2.783.158,28	4.759.900,42	940.642,61
Total	2.934.430,84	2.944.426,01	4.851.660,45	3.651.549,14

Deveres especiais de informação

Nos termos do nº 1 do Despacho nº 14277/2008, de 23 de Maio, reportamos à DGTF e à IGF os seguintes elementos relativos ao exercício de 2011:

Plano anual de actividades e orçamento e relatórios trimestrais do órgão de fiscalização.

Recomendações do accionista emitidas a quando da aprovação de contas de 2010

Foram emitidas as recomendações seguintes aquando da aprovação das contas de 2010:

- a) *Recomenda-se ao Conselho de Administração do CHMA, E.P.E., que promova a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores tendo em vista o cumprimento da RCM nº 34/2008, de 22 de Fevereiro;*
- b) *Reitera-se a recomendação ao Conselho de Administração do CHMA, E.P.E., no sentido de:*
 - b.1) *Desencadear medidas com vista ao reforço dos sistemas de controlo interno nas rubricas clientes, fornecedores e outros devedores e credores, devendo apresentar, nos termos do nº 6 do artigo 17º dos Estatutos do CHMA, E.P.E., Relatório elaborado pelo Auditor Interno, que evidencie as medidas encetadas e os resultados obtidos; e*
 - b.2) *Diligenciar o cumprimento integral dos Princípio de Bom Governo, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, promovendo, designadamente, a elaboração do Código de ética.*

O Despacho Conjunto da aprovação do relatório de gestão e contas relativo ao exercício de 2010 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde, de 5 de Fevereiro de 2012, foi recepcionado no CHMA em 5 de Março p.p., tendo o Conselho de Administração efectuado uma cuidada análise ao seu teor tendo em vista o acolhimento das suas recomendações.

Quanto ao prazo médio de pagamentos, muito embora os esforços efectuados não foi possível a sua redução.

Relativamente ao reforço do sistema de controlo interno, foram elaborados e divulgados Manuais de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos do Serviço de Aprovisionamento e Serviços Financeiros, tendo em vista a adopção de bons princípios e procedimentos dos colaboradores dos serviços, no exercício das suas funções.

Ainda relativamente à alínea b.1), o Auditor Interno concluiu uma acção de auditoria às aquisições de bens e serviços efectuadas pelo Serviço de Aprovisionamento, em cumprimento do Plano de Actividades de Auditoria Interna para 2011, tendo formulado algumas recomendações, como a que se transcreve:

- *Efectuar uma utilização controlada e cuidada, da conta 228 – "fornecedores – facturas em recepção e conferência", encurtando o prazo de conferência, e de preferência conciliar, com a periodicidade a definir entre os responsáveis pelo serviço de aprovisionamento e os serviços financeiros, o respectivo saldo.*

Neste âmbito e em aprofundamento do sistema de controlo interno nos termos da recomendação de aprovação do R&C de 2010, o Conselho de Administração aprovou algumas medidas cuja implementação

estamos certos irão contribuir para que os saldos das diferentes contas de terceiros reflectam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do CHMA.

Relativamente à recomendação da alínea b.2) o Conselho de Administração tem diligenciado pelo cumprimento dos Princípios do Bom Governo, como se pode observar no ponto Governo da Sociedade do presente Relatório de Gestão, tendo elaborado o Código de Ética à luz dos princípios de ética definidos na Carta de Ética da Administração Pública.

Das remunerações

Dos órgãos sociais

Não foi atribuído qualquer prémio de gestão, mantém-se a aplicação da redução remuneratória nos termos do artº 19 da Lei nº 55-A/2010 bem como a redução de 5% prevista no artº 19º da Lei nº 55-A/2010, por aplicação do artº 12º da Lei nº 12-A/2010.

Ver quadro de remunerações de 2011 na pág. 20

Do auditor externo

Foi aplicada a redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010.

Dos restantes colaboradores

Foi aplicada a redução das remunerações dos colaboradores, em conformidade com o do artº 19 da Lei nº 55-A/2010.

Da contratação pública

O Serviço de Aprovisionamento procedeu às suas aquisições de bens e serviços de acordo com o regulamento interno de contratação de bens, serviços e empreitadas, aprovado em 14.02.2011, pelo CA do CHMA. O Serviço está registado no <http://www.catalogo.min-saude.pt/>.

Da adesão ao sistema nacional de compras públicas

No serviço de Farmácia foram efectuados procedimentos de consulta ao mercado, sempre que o valor não ultrapassou os limites exigidos para abertura de concurso público.

No entanto, foi efectuada consulta ao catálogo da ACSS em todas as aquisições. A compra foi efectuada ao abrigo deste catálogo, sempre que o preço se demonstrou vantajoso para o CHMA, ou efectuada ao valor mais baixo conseguido nas consultas aos fornecedores, mas mesmo nestas aquisições foi feita consulta e arquivo do preço do Catálogo (de forma que em qualquer momento podemos demonstrar que a

aquisição não foi feita ao abrigo do Concurso Público, porque o preço a que estávamos a adquirir era inferior).

Do cumprimento do plano de redução de custos

O plano de redução de custos para 2011 elaborado conforme Despacho nº 155/2011-MEF, de 28 de Abril, foi cumprido e foram excedidos todos os objectivos propostos.

Quadro resumo

Variável de Actuação	Finalidade da medida	Redução de custos verificada à data de 2011-12-31	Redução de custos esperada até final de 2011
Custos com mercadorias e materiais consumidos	Reduzir os custos em 11,3% face a 2009	-1.563.603,95	-1.150.267,03
Custos com fornecimentos e serviços externos	Reduzir os custos em 19,51% face a 2009	-2.430.648,06	-2.289.422,31
Custos com o pessoal	Redução massa salarial em 5% face a 2010	-3.085.647,84	-1.729.425,48
Custos com horas extraordinárias	Reduzir os custos em 10,7%	-597.432,39	-295.042,42
Total		-7.079.899,85	-5.169.114,82
Redução de horas extraordinárias já considerada nos custos com o pessoal			

Do princípio da unidade de tesouraria do estado

Ainda não cumprimos na totalidade o princípio da unidade de tesouraria do estado em virtude de ainda termos algumas contas em instituições financeiras pertencentes ao sector privado. Oportunamente iremos proceder ao encerramento das mesmas – duas contas que até Outubro estavam associadas ao recebimento de taxas moderadoras através de TPA's e que a partir dessa data o serviço passou a ser efectuado através de conta do IGCP - estando para o efeito em curso a alteração da domiciliação de algumas despesas para contas do IGCP. No entanto iremos manter uma conta associada ao débito de despesas com portagens, através da Via Verde, por este serviço não estar disponível no IGCP.

Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Objectivos de gestão:				
Reduzir os custos com FSE em 15,0% face a 2009	S			20,7%
Redução massa salarial em 5,0% face a 2010	S			8,93%
Reduzir os custos com horas extra em 10,7% face a 2010	S			21,7%
Redução custos operacionais em 8,07% face a 2009	S			11,3%
Reduzir os custos com consumos em 11,3% face a 2009	S			15,4%
Gestão de risco financeiro			NA	
Evolução dos PMP a fornecedores		N		20,0%
Atrasos nos pagamentos (Arrears)				2.934.430,84
Deveres especiais de informação			NA	
Recomendações do accionista na aprov contas				ver pág. 34
Redução do prazo médio de pagamentos		N		299
Reforço sistema controlo interno	S			Em implementação
Elaboração código ética	S			Em implementação
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão			NA	
Órgãos sociais-redução rem nos termos do artº 19º Lei 55-A/2010	S			37.506,59€
Órgãos sociais-redução de 5% aplic artº 12º Lei 55-A/2010	S			13.922,30€
Auditor externo-redução rem nos termos artº 22º Lei 55-A/2010	S			2.111,15€
Restantes trabalhadores-redução rem artº 19º Lei 55-A/2010	S			1.351.356,75
Adesão ao sistema nacional de compras públicas	S			
Limite de crescimento de endicidamento			NA	
Plano de Redução de Custos				
Custos com o pessoal (face a 2009)	S			13,5%
Fornecimentos e serviços externos (face a 2009)	S			21,8%
Princípio da unidade de tesouraria *				78,4%

* 15,5% FASPSNS e 6% Bancos

ACTIVIDADE GLOBAL EM 2011

Evolução do movimento assistencial e dos seus indicadores

No actual quadro de fortes restrições orçamentais a actividade assistencial respondeu de forma positiva à procura de serviços, tendo melhorado consideravelmente os níveis de acesso e de eficiência. Aumentamos a percentagem de cirurgias de ambulatório no total de cirurgias programadas realizadas, mantivemos o peso das primeiras consultas no total de episódios de consultas médicas, dentro de razoáveis tempos máximos de espera para cirurgia e primeiras consultas.

Foi atingida a globalidade dos objectivos previstos, à excepção da linha de produção internamento em que se verificou um desvio próximo dos 3% nos doentes saídos.

Nas demais linhas de actividade verificou-se a seguinte evolução:

- Alinhamento na actividade cirúrgica (não incluindo pequenas cirurgias), com um incremento de 1,95% na actividade programada convencional e uma diminuição de 2,3% na actividade de ambulatório cirúrgico; em actividade cirúrgica urgente foram realizadas menos 32 intervenções;
- Crescimento de 2% na consulta externa, com desvio de -2,5% nas primeiras e de mais 3,9% de consultas subsequentes, e desvio negativo inferior a 4% na “% de primeiras consultas face às consultas totais”;
- Acréscimo de 3.005 episódios de urgência (em média de 362/dia, mais 8 utentes/dia que o previsto), o que representa um crescimento de 2,3%;
- Crescimento nas sessões de hospital de dia, com um desvio de 3,2% em imunohemoterapia e significativos incrementos em psiquiatria, pediatria e em oncologia (sessões que não gerem GDH médicos de ambulatório);
- Desvio de 2,5% nos GDH’s de internamento, a reflectir a variação já observada nas altas, com actividade aquém do previsto quer nos médicos quer nos cirúrgicos. Os GDH de ambulatório também registam desvios negativos, de 2,5% nos cirúrgicos e de 4,4% nos médicos;
- A actividade de partos regista mais 39 partos que o previsto e mais 10 que em igual período de 2010. A percentagem de cesarianas foi de 37,6%, mais 13% que o previsto no orçamento e em linha com o registo de 2010.

Face ao período homólogo de 2010 a evolução é semelhante à verificada relativamente ao orçamento, com desvio negativo nos doentes saídos e nos GDH de ambulatório, cirúrgicos e médicos, e valores superiores nas restantes linhas de actividades.

Globalmente verificou-se um alinhamento dos objectivos propostos com a actividade realizada, com significativos acréscimos na urgência e no ambulatório médico, como no quadro seguinte se observa.

Produção total e SNS

Descrição	Orçamento			Realizado		
	Produção Total	Produção SNS	% Doentes SNS	Produção Total	Produção SNS	% Doentes SNS
Consultas Externas						
N.º Total Consultas Médicas	168.495	166.489	98,81%	171.872	170.685	99,31%
Primeiras Consultas	51.120	50.152	98,11%	49.839	49.306	98,93%
Consultas Subsequentes	117.375	116.337	99,12%	122.033	121.379	99,46%
Internamento						
GDH Médicos	9.151	8.950	97,80%	8.959	8.674	96,82%
GDH Cirúrgicos	5.183	5.065	97,72%	5.009	4.856	96,95%
GDH Cirúrgicos - Programados	3.250	3.167	97,45%	3.108	3.064	98,58%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1.933	1.898	98,19%	1.901	1.792	94,27%
Urgência						
Total de Atendimento	128.950	122.941	95,34%	131.955	124.906	94,66%
N.º de Atendimento (sem Internamento)	119.880	114.000	95,10%	123.207	116.400	94,48%
Sessões em Hospital de Dia	4.917	4.856	98,76%	8.740	8.646	98,92%
Imuno-hemoterapia	590	583	98,81%	571	571	100,00%
Psiquiatria	605	592	97,85%	2.435	2.420	99,38%
Pediatria	860	830	96,51%	1.494	1.423	95,25%
Oncologia (s/ Quimioterapia)	2.862	2.851	99,62%	4.240	4.232	99,81%
Serviços Domiciliários						
Total de Visitas Domiciliárias	408	408	100,00%	339	339	100,00%
GDH Ambulatório						
GDH Médicos (não inclui radioterapia)	2.807	2.734	97,40%	2.682	2.655	98,99%
GDH Cirúrgicos	5.670	5.403	95,29%	5.525	5.467	98,95%
Programas de Saúde						
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos I	675	675	100,00%	919	919	100,00%
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	230	230	100,00%	231	231	100,00%
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade						
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	100	100	100,00%	152	152	100,00%

Consultas externas

As consultas médicas conheceram uma evolução muito favorável ao longo dos últimos quatro anos, com um crescimento em 2011 de cerca de 23% face à produção de 2008 e de 2,2% relativamente ao orçamento.

As primeiras consultas tiveram em 2011 um incremento de 34% relativamente a 2008. Entre 2008 e 2007 já tinham aumentado cerca de 16%, o que significa um incremento de cerca de 56% entre 2007 e 2011.

Trata-se de um aumento muito significativo, quer pelo que traduz em termos de produção, quer, especialmente, pelo que significa em termos de melhoria do acesso.

De realçar o peso das primeiras consultas no total de consultas médicas, indicador a evoluir positivamente ainda que em 2011 a ficar ligeiramente aquém do previsto no Contrato Programa, garantindo deste modo ganhos de acesso dos utentes ao CHMA referenciados.

Nas consultas subsequentes também se regista crescimento embora de menor dimensão que nas primeiras.

Descrição	2008	2009	2010	2011	Previsto 2011
Consulta Externa (Cons. Médicas)					
Total Consultas	140.389	153.043	168.133	171.872	168.495
1 ^{as} Consultas	37.155	41.890	50.666	49.839	51.120
Consultas Subsequentes	103.234	111.153	117.467	122.033	117.375
% 1 ^{as} consultas	26,47	27,37	30,13	29,00	30,34

Tempo máximo de resposta garantido (in/out) ao acesso à primeira consulta da especialidade hospitalar, em Dezembro de 2011, comparativamente às demais instituições da Zona Norte:

Como critérios:

- foi assumida a prioridade normal: respeita o TMRG se o tempo de espera for menor o igual que 150 dias;
- a designação "IN TMRG" quando o tempo de espera respeita o TMRG;
- a designação "OUT TMRG" quando o tempo de espera ultrapassa o TMRG.

CH/Hospital	In TMRG Nov	In TMRG Out	Out TMRG			
			Total		Com marcação	Sem marcação
CHMA	6.485	90,4	692	9,6	435	257
Hospitais ARSN	165.178	69,2	73.674	30,8	2.656	47.108

Fonte: ARSN

O CHMA regista valores bem mais favoráveis que o total geral dos Hospitais da Zona Norte.

Relativamente ao tempo de espera (calculado pela diferença entre a data de extracção dos dados no SONHO e a data de recepção do pedido no Hospital), os valores em Dezembro do CHMA comparativamente aos Hospitais de Zona Norte são os seguintes:

CH/Hospital	Nº de inscritos	Média TE (dias)	Max TE (dias)	Mediana (dias)
CHMA	7.177	65,4	473	48
Hospitais ARSN	238.852	142,4	1.741	81

Fonte: ARSN

Os valores em 2011, por especialidades médicas, podem ser observados no quadro seguinte:

Especialidades	2008	2009	2010	2011	2011/2010
Anestesiologia	3.137	3.885	4.171	4.089	-1,97%
Cardiologia	5.215	6.539	7.389	7.540	2,04%
Cirurgia Geral	23.692	24.799	24.555	24.166	-1,58%
Diabetologia	3.114	3.209	3.275	1.371	-58,14%
Dor crónica	213	255	353	357	1,13%
Ginecologia	12.862	13.581	14.023	12.375	-11,75%
Imuno-hemoterapia	17.804	20.481	21.705	24.220	11,59%
Medicina Física e Reabilitação	4.146	4.659	5.146	4.638	-9,87%
Medicina Interna	12.067	11.473	12.827	13.803	7,61%
Nefrologia	748	582	474	0	-100,00%
Neonatologia	1.134	1.201	1.138	982	-13,71%
Neurologia	81	1.171	2.108	2.729	29,46%
Obstetrícia	3.250	3.001	4.183	4.903	17,21%
Oftalmologia	7.805	8.976	10.140	9.804	-3,31%
Oncologia Médica	6.258	7.225	6.901	5.971	-13,48%
Ortopedia	17.486	19.327	17.568	19.606	11,60%
Otorrinolaringologia	8.454	10.251	11.105	10.674	-3,88%
Pediatria	9.128	8.893	8.691	9.512	9,45%
Psiquiatria	0	204	8.617	11.911	38,23%
Pneumologia	2.706	2.730	3.159	2.675	-15,32%
Outras consultas médicas	1.089	601	605	546	-9,75%
Total Especialidades Médicas	140.389	153.043	168.133	171.872	2,21%
Psicologia	3.322	3.056	4.209	4.408	4,73%
Nutrição	2.165	2.026	2.160	2.050	-5,09%
Outras	282	679	514	3.248	531,91%
Total Especialidades não Médicas	5.869	5.761	6.883	9.706	41,01%
Total	146.258	158.804	175.016	181.578	3,75%

Internamento

Como já foi observado o internamento foi a linha de produção cuja actividade ficou aquém do contratualizado. Sem incluirmos o berçário, foi de 424 o desvio nos doentes saídos.

Os desvios em medicina interna e pediatria mais do que excedem o desvio global, que é parcialmente anulado pelos acréscimos nas especialidade cirúrgicas, apesar do incremento na actividade cirúrgica em ambulatório. Contraria no entanto esta tendência a especialidade de ORL (internamento incluído em Ortopedia) em que o desvio na actividade cirúrgica programada convencional face ao orçamento foi de 231 cirurgias.

O decréscimo próximo de 4% nos dias de internamento, conjugado com uma menor diminuição nos doentes saídos originou um alinhamento na demora média (de 6,31 objectivo de desempenho assistencial, para 6,22 realizado). Os doentes com patologias associadas ao avanço da idade, bem como os casos sociais frequentemente verificados dificultam a hipótese duma melhoria da Demora Média. Também o significativo peso da actividade cirúrgica em ambulatório contribui para a realização de cirurgias convencionais de maior complexidade e normalmente de maior demora média.

De igual modo os dados estatísticos anteriormente referidos identificam um agravamento da população idosa e um crescimento do índice de longevidade, o que significa que a população de referência do CHMA é uma população tendencialmente envelhecida, com necessidade de maiores e mais prolongados cuidados de saúde.

Descrição	2008	2009	2010	2011	Previsto 2011
Internamento					
Doentes saídos (s/ berçário)	14.261	13.764	12.827	12.460	12.884
Doentes saídos	15.624	15.065	14.326	13.969	14.334
Dias de Internamento (s/ berçário)	82.839	82.770	81.197	77.489	80.525
Dias de Internamento	86.707	86.469	85.354	81.692	84.585
Lotação Praticada	301	298	279	281	281
Demora média	5,81	6,01	6,33	6,22	6,25
Taxa de ocupação	75,40	76,10	79,73	75,55	78,51
Nº doentes saídos por cama	47	46	46	44,34	45,85
Doentes saídos (Base dados GDH)	15.603	14.901	14.309	13.968	14.334
GDH Médicos	9.497	9.454	9.062	8.959	9.151
GDH Cirúrgicos	6.106	5.447	5.247	5.009	5.183
Programados	4.239	3.634	3.254	3.108	3.250
Urgentes	1.867	1.813	1.993	1.901	1.933

Especialidades	2008	2009	2010	2011	PD 2011	2011/ PD2011
Cirurgia Geral	3.851	3.651	3.421	3.508	3.450	1,68%
Ginecologia	875	894	901	995	930	6,99%
Medicina Interna	3.266	3.330	3.527	3.345	3.530	-5,24%
Neonatologia	240	252	181	233	180	29,44%
Obstetrícia	1.877	1.808	2.008	2.035	1.980	2,78%
Ortopedia	1.805	1.640	1.631	1.466	1.634	-10,28%
Pediatria	1.701	1.531	884	738	1.000	-26,20%
Quartos Particulares	525	410	91	0	0	0,00%
U. Cuidados intermédios	121	248	183	140	180	-22,22%
Total sem Berçário	14.261	13.764	12.827	12.460	12.884	-3,29%
Berçário	1.363	1.301	1.499	1.509	1.451	4,00%
Total com Berçário	15.624	15.065	14.326	13.969	14.335	-2,55%

Actividade cirúrgica

Conforme pode ser confirmado no quadro abaixo o número de doentes operados no CHMA tem vindo a aumentar desde 2008, sendo de cerca de 22% o crescimento acumulado.

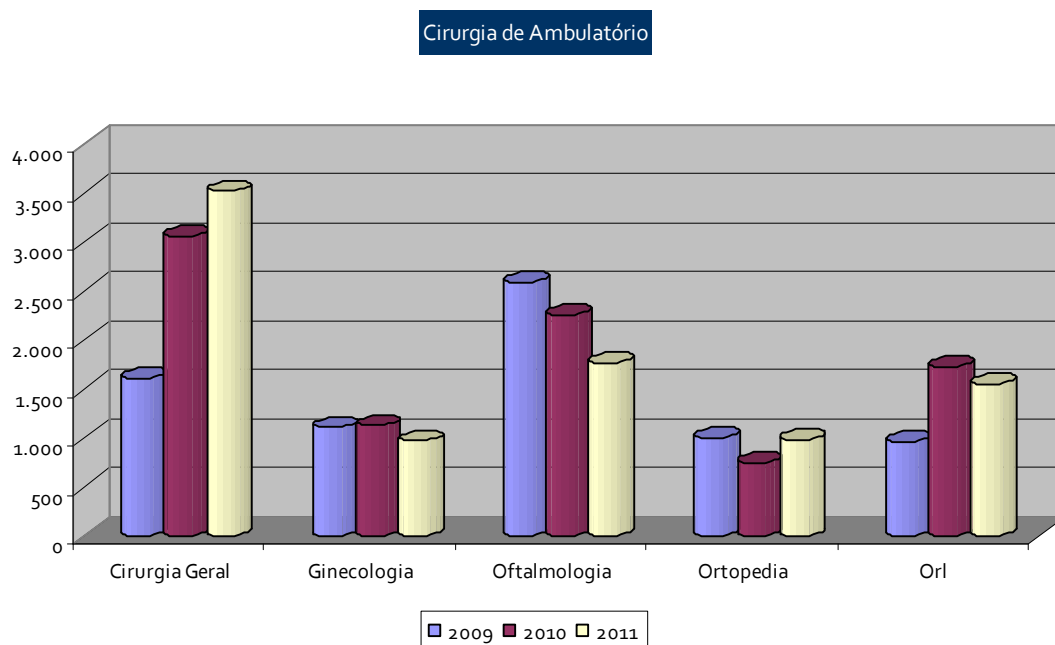
Realce para o crescimento no período de quatro anos da actividade cirúrgica em ambulatório face à actividade programada total que em 2011 representa 63,9% da actividade programada (doentes operados).

Descrição	2008	2009	2010	2011	PD 2011
DOENTES OPERADOS	9.000	10.224	10.636	11.005	10.853
Cirurgia convencional	4.433	3.831	3.212	3.359	3.250
Cirurgia ambulatória	2.719	4.516	5.423	5.703	5.670
% Cirurgias ambulatório	38,02	54,10	62,80	62,93	63,57
Cirurgia urgente	1.848	1.877	2.001	1.943	1.933

Para este resultado contribuiu significativamente a promoção da cirurgia de ambulatório no CHMA, para o que muito contribuiu a oferta proporcionada pela entrada em funcionamento em 2008 da nova Unidade de Cirurgia de Ambulatório da Unidade de Santo Tirso e a entrada em funcionamento no início de 2010 de um novo espaço de salas de recobro fase 2 e 3 na Unidade de Famalicão.

Tem sido crescente a evolução da actividade cirúrgica em ambulatório, muito próxima de 100% de em 2011 face a 2008.

Evolução da actividade cirúrgica em ambulatório, nos últimos quatro anos, por especialidades:



Hospital de dia

Tem sido crescente a evolução das sessões realizadas em hospital de dia, bem como do número de doentes tratados. Depois do significativo crescimento em 2009 do hospital de dia de pediatria, diminuiu ligeiramente o número de sessões realizadas em 2010 apesar de um pequeno crescimento de 5% no número de doentes. Em 2011 voltou a crescer o número de sessões e de doentes em virtude do encerramento do internamento de pediatria na Unidade de Santo Tirso em Junho de 2010.

Descrição	2008	2009	2010	2011	Previsto 2011
Hospital de Dia (nº de sessões)					
Nº de Sessões	5.943	6.581	7.697	8.740	4.917
Imuno	956	1.172	583	571	590
Pediatria	845	1.151	1.030	1.494	860
Psiquitria			1.616	2.435	605
Oncologia (s/ quimioterapia)	4.142	4.258	4.468	4.240	2.862
Nº de Doentes	868	908	970	1.354	752

Urgência

Com a abertura no início de 2009 das novas instalações do serviço de urgência médico-cirúrgica da Unidade de Famalicão e a oferta de novos meios complementares de diagnóstico e novas valências, e em Setembro abertura do serviço de urgência básica da Unidade de Santo Tirso após beneficiar de obras de requalificação, verificou-se nesse ano um crescimento de 11% face ao ano anterior. Nos anos seguintes continuou a crescer o número de episódios de urgência, embora em menor percentagem, apesar dos esforços desenvolvidos nos contactos com os Centros de Saúde tendo em vista a sua diminuição.

Descrição	2008	2009	2010	2011	Previsto 2011
Urgência					
Nº Urgências (Atendimento total)	115.719	128.614	130.997	131.955	128.950
Nº Urgências (s/ internamentos)	106.555	119.390	121.989	123.207	119.880
Urgências/Dia	317	352	359	362	353

A evolução observada no quadro seguinte revela alguma estabilização na procura dos serviços de urgência obstétrica e controlo no crescimento verificado até 2010 na urgência pediátrica.

Contudo na urgência geral a diminuição observada em 2010 foi contrariada em 2011, sendo igualmente excedidas as estimativas para este ano.

O número de urgências dia aumentou consideravelmente, mais 45 utentes em 2011 face a 2008.

Descrição	2008	2009	2010	2011	PD 2011	2011/PD 11
Urgência Geral	87.420	91.825	88.214	95.335	86.500	10,21%
Urgência Obstétrica	5.282	5.129	5.355	5.196	5.150	0,89%
Urgência Pediátrica	23.017	31.660	37.428	31.424	37.300	-15,75%
Total Tipos Urgência	115.719	128.614	130.997	131.955	128.950	2,33%

Evolução dos indicadores de recursos humanos

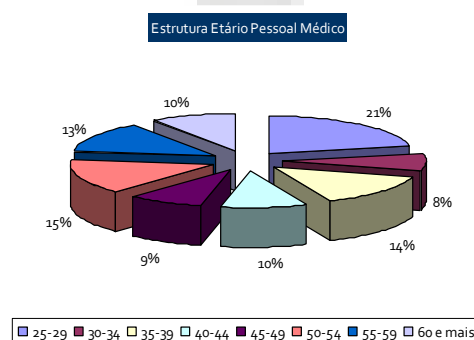
Ao longo de 2011 a expansão da actividade assistencial, a adopção de rácios enfermeiro / doente recomendados pelas melhores práticas e a progressiva adequação das equipas médico-cirúrgicas nas várias actividades clínicas desenvolvidas, justificaram alguns ajustamentos no quadro dos colaboradores do CHMA.

Grupo Profissional	2009	2010	2011
Dirigente	11	10	12
Médicos	178	182	196
Técnicos Superiores	33	32	30
Enfermeiros	393	357	364
Téc. de Diagnóstico e Terapêutica	80	81	81
Assistentes Técnicos	117	133	129
Assistentes Operacionais	307	304	300
Outro Pessoal	5	8	8
Total	1.124	1107	1120

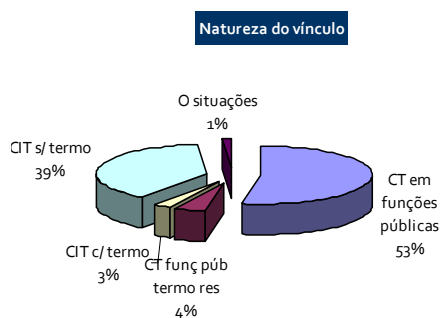
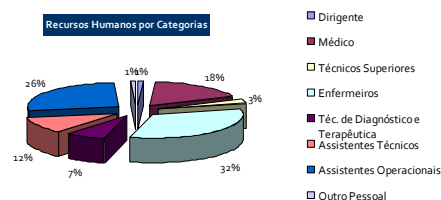
Fonte: RH

Do balanço social extraímos alguma informação relativa aos actuais recursos humanos.

A actual estrutura etária do pessoal da área médica apresenta uma grande percentagem (61,7%) de colaboradores com idade inferior a 50 anos. Cerca de 44% dos colaboradores desta área têm idades inferiores a 40 anos. Com idade superior a 50 anos 37,7% e destes 23% têm idade superior a 55 anos, incluindo-se no grupo de colaboradores que poderão pedir dispensa de efectuar serviço de urgência.



Cerca de 50% do quadro de pessoal é constituído por colaboradores nas áreas médica e de enfermagem, e 10% são técnicos (superiores e de diagnóstico e terapêutica) como se observa no gráfico ao lado.



Relativamente à relação jurídica de emprego, grande parte dos colaboradores (91,5%) mantém-se em regime de vínculo à instituição por tempo indeterminado (em funções públicas ou no âmbito do código do trabalho). Cerca de 3% dos efectivos estão no regime de contrato com termo certo, 70% dos quais da área de enfermagem.

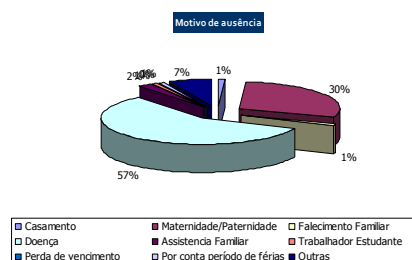
Absentismo

Conforme se pode constatar no quadro seguinte verificou-se um agravamento em cerca de 5% nos dias de absentismo relativamente ao ano transacto. A taxa de absentismo que em 2009 rondava os 9%, agravou-se para os 10,9% em 2011.

Cada colaborador faltou, em média, 24,3 dias. Na área médica, a média de faltas justificadas (9,6 dias) situa-se muito aquém da média do hospital, o mesmo não acontece nos grupos profissionais seguintes:

- 22,9 dias por ano, no caso dos assistentes técnicos;
- 33,1 dias por ano, no caso dos assistentes operacionais. Refira-se que cerca de 55% das faltas por doença se referem a

este grupo profissional. Se analisarmos os motivos de ausência, observáveis no gráfico seguinte, constata-se que cerca de 58% das ausências se devem a situações de doença (doença prolongada e outra). Dos restantes motivos, o mais significativo é protecção na paternidade (29,6%).



Descrição		Dias Absentismo		
		2009	2010	2011
Faltas justificadas	Casamento	240	260	287
	Protecção na Parentalidade	3.952	7.070	8.073
	Falecimento Familiar	284	255	218
	Doença	16.046	14.435	15.811
	Assistencia Familiar	691	723	546
	Trabalhador Estudante	352	356	220
	Perda de Vencimento	67	4	13
	Por conta período de férias	319	296	242
	Outras	1.149	2.571	1.901
Total		23.100	25.970	27.311
Taxa de absentismo		9,13	10,45	10,89

Fonte: Balanço social

Observações:

Taxa de absentismo = nº dias de ausência / Total anual de dias trabalháveis

Total anual de dias trabalháveis = [(52 semanas x 5 dias úteis) – (13 feriados + 25 dias de férias)] x nº efectivos

O nº de dias de ausência exclui "por conta do período de férias".

Formação

Tendo em consideração a estratégia e os objectivos do Centro Hospitalar para o ano de 2011, foram realizadas 49 acções de formação e/ou informação, promovidas pela Unidade Funcional de Formação.

O projecto de formação desenvolvido foi em parte co-financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano.

As actividades realizadas visaram o desenvolvimento de competências dos colaboradores do CHMA e tiveram como finalidade a concretização dos seguintes objectivos:

- Colaborar no desenvolvimento do programa de acreditação do CHMA;
- Contribuir para a melhoria das relações interpessoais nas equipas de saúde.
- Facilitar o desenvolvimento de competências dos assistentes operacionais
- Aumentar a eficiência e eficácia dos serviços;
- Prestar cuidados de qualidade com especial relevo nas áreas de suporte básico de vida;
- Colaborar com Comissões/ Equipas nomeadas institucionalmente, na realização e desenvolvimento das acções de formação / informação, inscritas no plano de actividades.

Relativamente ao projecto co-financiado foi o mesmo realizado tal como aprovado, num total de 7 cursos com 20 acções.

Relativamente às acções não inscritas em plano, mas que foram realizadas durante 2011, as mesmas foram autorizadas pelo Conselho de Administração e resultaram de pedidos expressos da Comissão de Controlo de Infecção e dos responsáveis da VMER. Foram pedidos inseridos em áreas estratégicas do CHMA. As acções realizaram-se nas Unidades de Famalicão e Santo Tirso.

Com todas as acções realizadas foi possível envolver um conjunto significativo de colaboradores no desenvolvimento de competências em diferentes áreas e contribuir para o desenvolvimento de projectos organizacionais.

Na avaliação realizada no final das acções de formação (avaliação da reacção /satisfação dos formandos) foi possível obter dados que nos permitem concluir que os objectivos da formação foram atingidos, que a dinâmica e competência dos formadores foi adequada assim como as metodologias utilizadas.

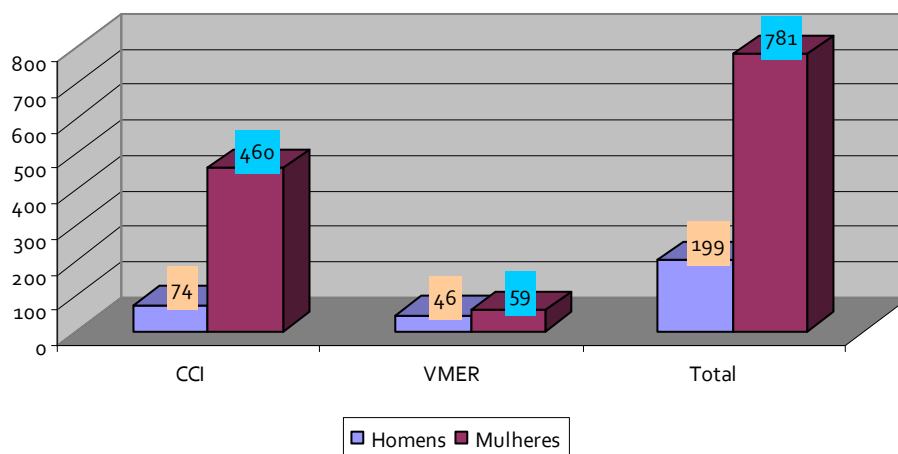
Apresentamos o quadro seguinte com a síntese das actividades desenvolvidas em 2011.

Resumo da formação realizada em 2011

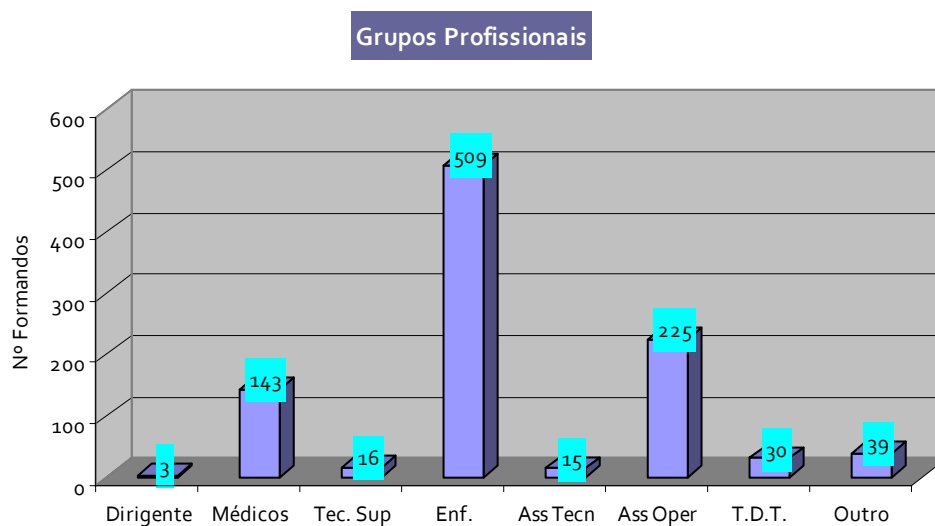
Curso	N.º de Acções	Total /Hora/ Formação(n.º acções*n.º hoas)	N.º. / Formandos / Grupo profissional									Formadores
			Dirigente	Médicos	Tec.Sup	Enf.	Ass Tecn	Ass Ope	T.D.T.	Outro	Total Formandos	
Métodos e ferramentas da qualidade	4	32	1	19	1	26	1	1	8	5	62	1
Segurança do doente	4	32		2	2	37		27	3		71	1
Auditoria da qualidade	4	32	1	14	5	39	1		7	4	71	1
Trabalho em equipa nos serviços de Saúde	1	16				8			2	5	15	1
Suporte Básico de Vida	2	8		28							28	5
Suporte Básico de Vida – nível 3	4	16	1		1	28	13	11	4	9	67	5
Formação contínua A/O (ex AAM)	2	120						27			27	13
CCI - Desinfectantes e antissépticos	2	4	0	0	3	19	0	50	6	0	78	4
CCI - Infecção do local cirúrgico	2	3	0	0	0	29	0	0	0	2	31	4
CCI - Higienização do ambiente	4	4	0	0	0	40	0	47	0	0	87	5
CCI - Higienização das mãos	9	14	0	27	3	89	0	39	0	13	171	12
Microbiologia	2	2	0	34	0	11	0	0	0	0	45	2
Colheitas de espécimes	4	4	0	1	0	61	0	0	0	1	63	5
Higienização do Material Específico	1	1	0	0	1	35	0	23	0	0	59	3
VMER – Intoxicações e envenenamentos	1	2		3		31					34	1
VMER – Emergências obstétricas	1	3		4		12					16	1
VMER – Emergências neurológicas	1	2		4		17					21	1
VMER – Intervenções em catástrofes	1	2		7		27					34	1
Total	49	297	3	143	16	509	15	225	30	39	980	66

No ano de 2011 as actividades da Unidade Funcional de Formação envolveram 980 profissionais de diferentes grupos, sendo 199 Homens e 781 Mulheres. Esta discrepância de género está associada ao facto da população do CHMA ser maioritariamente constituída por mulheres.

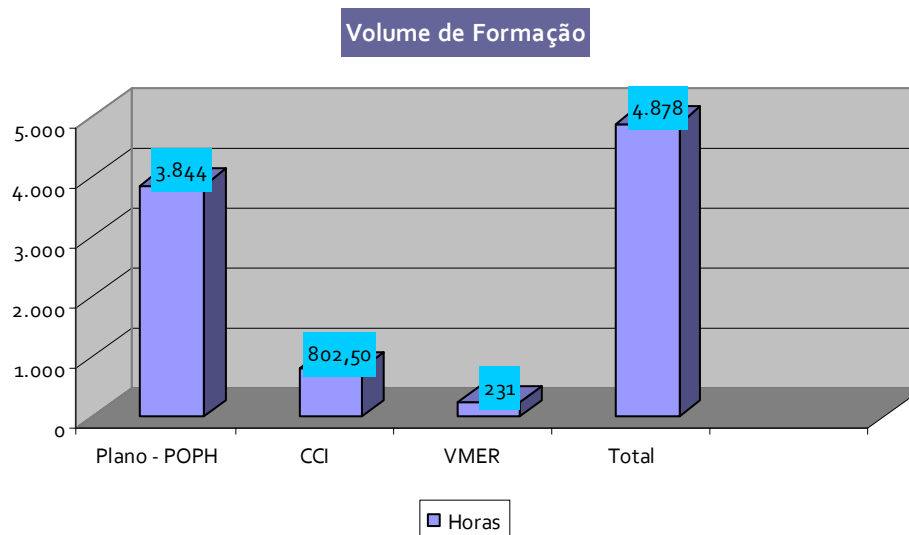
Género dos formandos



Podemos ainda observar pelo gráfico seguinte a participação em acções de formação distribuída por grupos profissionais:



Foram realizadas 4.878,5 horas em actividades de formação co-financiada e não co-financiada, sendo o maior volume utilizado em acções de formação co-financiada (3.844 horas).



Qualidade

Tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos utentes do CHMA têm vindo a ser desenvolvidas várias acções, na estrutura e nos processos, de que são exemplos:

1. Estrutura

- 1.1 Nova unidade de cirurgia de ambulatório na Unidade Hospitalar de Santo Tirso
- 1.2 Nova unidade de recobro 2 e 3 na Unidade de Famalicão
- 1.3 Novo internamento de traumatologia, com capacidade para 17 camas, na Unidade de Famalicão
- 1.4 Centralização de serviços de apoio: recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e farmácia
- 1.5 Abertura de uma unidade de endoscopia na Unidade de Vila Nova de Famalicão
- 1.6 Sistema electrónico de controlo da assiduidade
- 1.7 Aquisição de programa informático para gerir o controlo de visitas

2. Processos

- 2.1 Implementação de manuais de qualidade
- 2.2 Implementação da prescrição electrónica em todo o CHMA
- 2.3 Implementação do sistema electrónico de “pedidos Web” (aprovisionamento)
- 2.4 Implementação do sistema de Triagem de Manchester
- 2.5 Concentração da ortopedia na Unidade de Santo Tirso e da traumatologia na Unidade de Vila Nova de Famalicão
- 2.6 Concentração da actividade cirúrgica em ambulatório nas especialidades de oftalmologia e ORL na Unidade de Santo Tirso
- 2.7 Concentração da Patologia Clínica na Unidade de Famalicão
- 2.8 Consolidação das Equipas de Gestão de Altas (EGA) nas duas Unidades Hospitalares
- 2.9 Realização interna de todos os pedidos de radiologia de intervenção

2.10 Foi iniciado o programa de acreditação do CHMA no âmbito das Normas de Acreditação do Programa de Acreditação Internacional CHKS, tendo o processo sido formalizado em Outubro através da assinatura de contrato com Auditores do CHKS.

Ainda no âmbito da melhoria dos processos foi implementada a prática de reuniões mensais de monitorização e avaliação dos serviços prestados, reuniões que envolvem o Conselho de Administração e os Responsáveis de Departamento, onde para além dos aspectos relacionados com a gestão dos Departamentos, designadamente produção, produtividade e controlo de custos, confrontando-os com os objectivos previstos no Plano de Desempenho, são também avaliados aspectos relacionados com a qualidade do acto clínico e da satisfação dos utentes.

Evolução da situação económico-financeira

A análise dos indicadores apresentados traduz a evolução dos resultados do CHMA de 2009 ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2011. A sua leitura deverá ser complementada com as Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo, incluídas no presente relatório.

Os resultados líquidos são negativos, no entanto francamente melhores que o orçamentado, com um EBITDA ainda não nulo mas muito próximo e mais favorável do que o obtido no anterior exercício (diminuição de 1,26 M€ face a 2010). Este resultado foi conseguido através de uma redução de 8,7% nos custos totais, face a 2010, ainda que os proveitos totais também tenham registado uma diminuição de 10,5%. O nível de actividade até foi globalmente superior em 2011, no entanto a diminuição nos preços dos serviços prestados ao SNS para a generalidade das linhas de produção e a diferenciação nos preços para a remuneração dos episódios na urgência médico cirúrgica e básica, provocaram uma quebra de 7,3% na prestação de serviços.

Também relativamente ao orçamento conseguimos melhorar o desempenho, com custos totais inferiores em 2,2%, diminuição correspondente a menos 1,23 M€, conseguida nas três grandes rubricas de custos operacionais, o que permitiu um desagravamento de 38% nos resultados desta natureza.

Rubricas	2009	2010	Em euros			
			2011			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Proveitos operacionais	51.402.665,71	52.979.012,34	49.340.972,34	49.950.788,94	-609.816,60	-1,22%
Custos operacionais	57.922.366,55	56.143.076,51	51.373.355,09	53.246.581,75	-1.873.226,66	-3,52%
Resultado operacional	-6.519.700,84	-3.164.064,17	-2.032.382,75	-3.295.792,81	1.263.410,06	-38,33%
Proveitos Financeiros	136.877,70	147.136,44	57.176,79	55.000,00	2.176,79	3,96%
Custos Financeiros	280.710,77	272.064,05	300.318,78	391.472,22	-91.153,44	-23,28%
Resultado Financeiro	-143.833,07	-124.927,61	-243.141,99	-336.472,22	93.330,23	-27,74%
Proveitos Extraordinários	2.072.226,05	3.492.858,58	1.277.857,07	1.017.901,35	259.955,72	25,54%
Custos Extraordinários	863.937,53	1.729.861,66	1.425.617,82	691.895,24	733.722,58	106,05%
Resultado extraordinário	1.208.288,52	1.762.996,92	-147.760,75	326.006,11	-473.766,86	-145,32%
Imposto sobre o rendimento	14.336,92	14.242,07	28.851,78	0,00	28.851,78	0,00%
Resultado Líquido do Exercício	-5.469.582,31	-1.540.236,93	-2.452.137,27	-3.306.258,92	854.121,65	-25,83%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	-3.855.316,90	-1.300.499,31	-39.947,01	-1.348.727,95	1.308.780,94	-97,04%

Os resultados financeiros têm-se agravado em consequência dos juros suportados com a adesão ao Fundo FASP-SNS. Os resultados extraordinários contrariam a tendência dos dois últimos exercícios, pelo agravamento de custos em resultado de correcções relativas a exercícios anteriores e diminuição de proveitos pelo efeito das transferências de capital inerentes a projectos de investimento co-financiados.

Proveitos operacionais

Em euros

Rubricas	2009	2010	2011			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Prestações Serviços	50.581.095,18	52.519.120,94	48.665.910,83	49.487.994,37	-822.083,54	-1,66
Proveitos Suplementares	64.767,00	59.431,96	51.994,32	61.917,42	-9.923,10	-16,03
Transferências e subsídios	11.321,61	6.012,87	6.249,07	11.040,39	-4.791,32	-43,40
Outros proveitos operacionais	745.481,92	394.446,57	616.818,12	389.836,76	226.981,36	58,22
Total Proveitos e Ganhos Operacionais	51.402.665,71	52.979.012,34	49.340.972,34	49.950.788,94	-609.816,60	-1,22

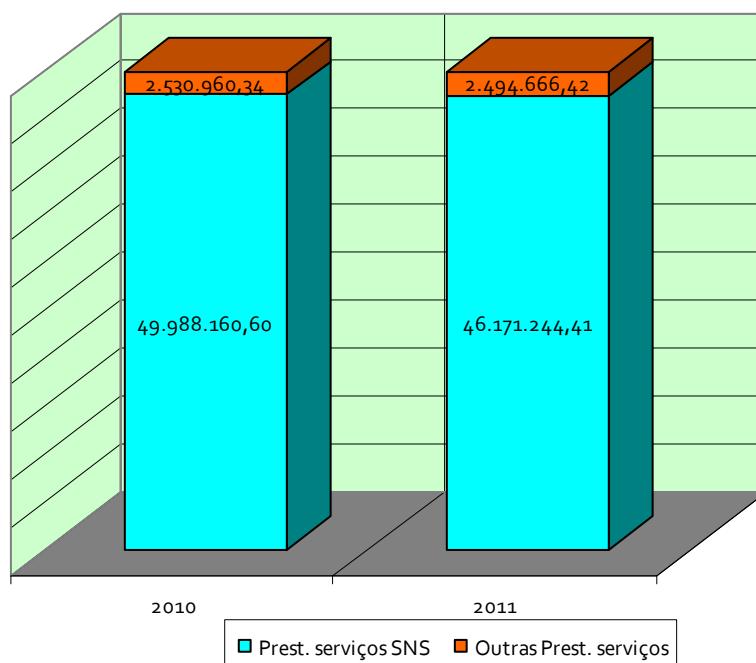
A diminuição nos proveitos, face ao orçamento, está associada a alguma quebra na actividade, designadamente na linha de produção internamento e nos GDH de ambulatório, e também à diferenciação da produção do serviço de urgência, com quebra na actividade na urgência básica e penalização no acréscimo de produção da urgência médico cirúrgica, com remuneração de apenas 10% da produção adicional ao preço marginal de 10% do preço contratado.

A prestação de serviços por linhas de produção pode ser observada no quadro seguinte, com evolução de 2009 a 2011 e comparativamente ao orçamento. Destaque para o crescimento das taxas moderadoras, porventura associado à disponibilização de meio de através da rede Multibanco quando o mesmo não é efectuado no momento da prestação do serviço.

Em euros

Rubricas	2009	2010	2011			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Internamento	22.765.547,38	21.318.951,04	19.881.188,84	20.626.681,06	-745.492,22	-3,61%
Consultas Externas	10.700.317,92	12.099.204,84	11.548.864,20	11.565.082,24	-16.218,04	-0,14%
Urgências	8.280.864,50	8.768.988,46	7.389.285,70	7.529.289,34	-140.003,64	-1,86%
Quartos Particulares	198.435,18	166.266,18	161.688,14	165.000,00	-3.311,86	-2,01%
Hospital de Dia	1.107.760,61	39.771,36	314.587,95	352.164,87	-37.576,92	-10,67%
MCDT	122.595,00	86.938,15	138.011,81	88.000,00	50.011,81	56,83%
Taxas Moderadoras	814.315,61	665.135,38	839.501,13	675.000,00	164.501,13	24,37%
GDH de Ambulatório	4.413.707,75	6.456.818,08	6.247.309,68	6.208.123,47	39.186,21	0,63%
Outras Prestações de Serviços	2.177.551,23	2.917.047,45	2.145.473,38	2.278.653,39	-133.180,01	-5,84%
Total	50.581.095,18	52.519.120,94	48.665.910,83	49.487.994,37	-822.083,54	-1,66%

Prestações de serviços por entidade



A produção para o SNS no âmbito do Contrato Programa tem um grande peso na produção total, ligeiramente desagravado em 2011 com a produção não SNS a crescer em 5,1% face ao registo de 2010.

Custos operacionais

Rubricas	2009	2010	2011			Em euros	
			Realizado	Previsto	Desvio		
Custo das matérias consumidas	10.175.566,74	9.289.279,54	8.611.962,79	9.025.299,71	-413.337	-4,58%	
Fornecimentos e serviços externos	11.734.786,68	10.436.777,85	9.304.138,62	9.445.364,34	-141.226	-1,50%	
Custos com pessoal	33.309.899,91	34.538.413,33	31.452.765,49	32.808.987,85	-1.356.222	-4,13%	
Outros custos operacionais	37.729,28	15.040,93	12.052,45	19.864,99	-7.813	-39,33%	
Amortizações	2.552.907,61	1.863.564,86	1.670.174,70	1.862.064,86	-191.890	-10,31%	
Provisões	111.476,33	0,00	322.261,04	85.000,00	237.261	279,13%	
Total Custos e Perdas Operacionais	57.922.366,55	56.143.076,51	51.373.355,09	53.246.581,75	-1.873.227	-3,52%	

É registada uma significativa diminuição de 8,5% nos custos operacionais face a 2010, em consequência da adopção das orientações de gestão, das medidas específicas previstas no Plano de Redução de Custos e da aplicação da redução remuneratória no âmbito da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Em menor percentagem mas igualmente significativo é também o decréscimo, próximo de 3,5%, observado face ao orçamento, com uma redução de 1,87 M€.

Consumo das matérias consumidas

em euros

Descrição	2009	2010	2011			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Matérias de Consumo	10.175.566,74	9.289.279,54	8.611.962,79	9.025.299,71	-413.336,92	-4,58
Produtos Farmacêuticos	6.776.037,04	6.099.802,80	5.808.274,63	6.038.060,63	-229.786,00	-3,81
Medicamentos	4.786.210,08	4.390.570,20	4.304.742,36	4.469.404,00	-164.661,64	-3,68
Reagentes e prod diagnóstico rápido	1.763.015,21	1.494.444,32	1.281.996,35	1.369.456,66	-87.460,31	-6,39
Outros produtos farmacêuticos	226.811,75	214.788,28	221.535,92	199.199,97	22.335,95	11,21
Material consumo clínico	2.915.020,96	2.687.541,28	2.365.220,22	2.494.776,16	-129.555,94	-5,19
Produtos alimentares	7.794,07	5.543,34	1.413,60	8.293,29	-6.879,69	-82,95
Material de consumo hoteleiro	171.797,71	208.580,65	171.546,10	203.341,03	-31.794,93	-15,64
Material de consumo administrativo	204.881,77	199.041,12	189.917,74	189.119,08	798,66	0,42
Material de manutenção e conservação	100.035,19	88.770,35	75.590,50	91.709,52	-16.119,02	-17,58

A diminuição nos consumos já tinha sido observada em 2010, com uma quebra de 9,1% face ao ano anterior, e confirmada agora com uma diminuição de 7,3% face a 2010.

Destaque para o consumo de material clínico com menos 19% e os medicamentos com menos 10%, nas duas rubricas comparativamente aos consumos registados em 2009.

Relativamente aos materiais de consumo clínico, o plano de redução de custos para 2011 manteve algumas das medidas incluídas no Plano de 2010, de normalização de consumos e de abertura de procedimentos para a aquisição de alguns materiais de que resultaram preços mais favoráveis, tendo também sido implementadas algumas medidas de controlo interno nos serviços de aprovisionamento e de urgência associadas à reposição de materiais.

Quanto ao consumo de reagentes, que representam em 2011 cerca de 22% dos consumos de produtos farmacêuticos, teve uma diminuição de 6,4% face ao orçamento e mais expressiva relativamente a 2009. Apesar do aumento de actividade, também associado à realização de um conjunto de análises mais diferenciadas no laboratório de patologia clínica centralizado na Unidade de Famalicão, a utilização de

produtos a preços mais económicos, em resultado de novos procedimentos de aquisição, permitiu a registada redução nos consumos em 27% face a 2009.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução dos consumos de medicamentos por serviço, com diminuições nos consumos na generalidade das rubricas face a 2009.

Também relativamente a 2010 ainda é verificada uma redução próxima dos 2%, contrariando a tendência de crescimento global de 1,3% registada pelas 57 Unidades Hospitalares do SNS, segundo o Relatório do Infarmed de Dezembro.

Consumo de medicamentos por serviço

Descrição	em euros			
	2009	2010	2011	Var %
Internamento/consulta/urgência	1.861.583,59	1.594.197,68	1.483.608,90	-6,94
Hospital de dia de oncologia	1.225.969,61	1.213.743,94	1.218.849,33	0,42
Dispensa gratuita em ambulatório	1.282.803,80	975.775,11	1.086.487,14	11,35
Outros	415.853,08	606.853,47	515.796,99	-15,00
Total	4.786.210,08	4.390.570,20	4.304.742,36	-1,95

Por serviços, destaque, pela positiva, para a diminuição próxima dos 7% nos serviços de internamento, na urgência e na consulta externa, e nos restantes serviços com diminuição média próxima dos 15%.

No hospital de dia de oncologia, apesar do aumento no número de sessões e no número de doentes os consumos estão alinhados com os do ano anterior.

Relativamente aos medicamentos de cedência gratuita em ambulatório, em que apenas o montante de 108.413,60 euros é financiado através do Contrato Programa, sendo os demais da responsabilidade financeira do CHMA, cresceram de forma significativa, designadamente no grupo de artrite reumatóide e hepática B.

Consumo de medicamentos por grupos terapêuticos

Ao nível dos grupos terapêuticos destacam-se dois grupos responsáveis pelo crescimento, não só pela variação percentual face ao ano anterior como pelo peso nos consumos totais: os Imunomoduladores (+20,52) e os Antiviricos (+6,57%). Nos antiviricos o crescimento devesse à maior utilização de associações fixas para o tratamento do VIH.

Com tendência de decréscimo mais acentuado destacam-se os seguintes grupos terapêuticos da despesa: Factores estimulantes da hematopoiese (-60,97%), os analgésicos e antipiréticos (-52,12%), os citotóxicos (-42,52%) e os antibacterianos (-18,09%).

Este decréscimo devesse essencialmente à introdução e maior utilização de medicamentos genéricos e biossimilares para substâncias com um elevado peso na despesa (ex. Docetaxel e Filgastrim). O decréscimo observado nestes quatro subgrupos contribuiu para a diminuição na despesa em 2011.

Descrição	Em euros			
	2009	2010	2011	Var %
Antibacterianos	448.111,74	304.613,19	249.512,76	-18,09
Antivíricos	373.437,65	401.857,66	428.275,66	6,57
Analgésicos e antipiréticos	141.469,46	114.818,22	54.973,80	-52,12
Anticoagulantes e antitrombóticos	180.044,19	140.479,92	138.459,39	-1,44
Anti-hemorrágicos	390.984,13	15.999,01	16.750,19	4,70
Factores estimulantes da hematopoiese	60.969,74	38.727,81	15.114,15	-60,97
Citotóxicos	432.410,54	414.133,78	238.033,27	-42,52
Hormonas e anti-hormonas	124.594,27	119.543,65	93.029,23	-22,18
Imunomoduladores	1.063.618,26	1.199.607,50	1.445.707,09	20,52
Imunoglobulinas	170.486,71	130.257,33	102.838,13	-21,05
Correctivos da volémia	407.046,31	390.752,12	384.575,39	-1,58
Anestésicos	117.759,79	131.825,28	135.363,31	2,68
Nutrição	56.717,46	53.595,16	64.226,81	19,84
Psicofarmacos	0,00	103.416,14	143.057,70	38,33
Contraste radiológico	0,00	75.364,66	72.614,64	-3,65
Outros	818.559,83	755.578,77	722.210,84	-4,42
Total	4.786.210,08	4.390.570,20	4.304.742,36	-1,95

Fornecimentos e serviços externos

Em euros						
Rubricas	2009	2010	2011			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Subcontratos	3.572.761,23	2.818.238,53	2.378.715,33	2.549.842,67	-171.127,34	-6,71
Meios Complementares de Diagnóstico	2.438.362,81	1.878.451,25	1.495.482,80	1.699.056,34	-203.573,54	-11,98
Meios Complementares de Terapêutica	484.458,40	457.959,37	451.095,39	410.845,46	40.249,93	9,80
Internamentos e Transporte de Doentes	649.940,02	481.827,91	407.223,91	439.940,87	-32.716,96	-7,44
Fornecimentos e Serviços	8.162.025,45	7.618.539,32	6.925.423,29	6.895.521,67	29.901,62	0,43
Fornecimentos e Serviços I	1.048.854,84	1.179.282,87	1.107.524,03	1.021.467,82	86.056,21	8,42
Fornecimentos e Serviços II	4.115.277,85	3.187.255,99	2.543.546,77	3.062.133,29	-518.586,52	-16,94
Honorários	3.911.010,32	2.978.664,42	2.366.532,33	2.891.554,88	-525.022,55	-18,16
Fornecimentos e Serviços III	2.734.405,69	3.124.401,09	3.157.656,54	2.703.024,21	454.632,33	16,82
Trabalhos especializados	1.768.197,98	2.120.299,84	2.222.172,43	1.857.089,43	365.083,00	19,66
Outros Fornecimentos e Serviços	263.487,07	127.599,37	116.695,95	108.896,34	7.799,61	7,16
Total FSE	11.734.786,68	10.436.777,85	9.304.138,62	9.445.364,34	-141.225,72	-1,50

Diminuem em cerca de 21% os serviços subcontratados e os outros fornecimentos e serviços relativamente a 2009.

Apesar do restritivo orçamento para 2011, ainda assim foram conseguidas diminuições nos meios complementares de diagnóstico e no transporte de doentes, e um alinhamento nos outros fornecimentos e serviços com aumentos em algumas rubricas - alguns aumentos associados a incrementos nos preços de mercado de alguns serviços, designadamente electricidade, combustíveis, comunicação e outros fluido - e destaque para a diminuição nos honorários, com ajustamentos nas equipas do serviço de urgência em consequência da aplicação das medidas do plano de redução de custos a influenciar a referida diminuição.

No transporte de doentes foram renegociados e celebrados novos protocolos com as entidades de transportadoras registando-se uma diminuição de 16,5% face a 2010, sendo que o encargo com o transporte não urgente (279.088,61 €) apenas representa cerca de 69% do encargo total. Não dispomos desta informação relativamente a 2010 para a necessária medição da redução 1/3 prevista na Circular Normativa nº 17/2011/UOGF da ACSS com o transporte não urgente.

Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal foram ajustados pela aplicação da redução remuneratória, em conformidade com o artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, à generalidade dos trabalhadores e aos membros do Conselho de Administração, tendo ainda, relativamente a estes, sido mantida a redução de 5% prevista no artigo anterior por aplicação do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho.

Na sequência da aplicação das medidas específicas previstas no Plano de Redução de Custos para 2011 ao trabalho extraordinário, a remuneração de horas extraordinárias diminuiu cerca de 21,7% relativamente a 2010 e ainda 12,3% face ao valor orçamentado.

Pela suspensão do pagamento em 2012 do subsídio de Férias nos termos do artigo 21º da Lei nº 64-B/2011, o valor processado em 2011 ficou aquém do orçamentado em cerca de 43%.

Também os outros suplementos remuneratórios diminuíram em consequência da menor actividade cirúrgica adicional realizada no âmbito do SIGIC.

Verificou-se, contudo, um agravamento nos encargos sobre remunerações pelo aumento nas contribuições para a ADSE em 2,5% bem como pelo alargamento da base de incidência contributiva, nos termos da Lei nº 110/2009, (código contributivo) a algumas rubricas, designadamente às despesas de representação e ajudas de custo sujeitas a descontos para a segurança social. Diminuem no entanto pela não consideração do encargo com o subsídio de férias de 2012, por o mesmo não ser pago nos termos da Lei do Orçamento.

Em euros

Rubricas	2009	2010	2011			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Remunerações Órgãos Directivos	415.842,61	413.968,49	362.103,18	382.792,61	-20.689,43	-5,40
Remunerações de Pessoal	28.034.398,02	28.544.293,89	25.683.500,34	27.294.748,28	-1.611.247,94	-5,90
Remunerações Base do Pessoal	17.015.963,67	18.010.482,18	17.519.644,85	17.739.938,49	-220.293,64	-1,24
Suplementos de Remunerações	7.505.398,90	7.077.109,75	6.328.732,38	6.231.070,91	97.661,47	1,57
Horas Extraordinárias	3.061.911,62	2.751.891,19	2.154.458,80	2.456.848,77	-302.389,97	-12,31
SIGIC	1.609.008,32	937.176,50	653.220,94	625.000,00	28.220,94	4,52
Prestações Sociais Directas	505.212,75	270.688,44	65.007,98	241.052,00	-176.044,02	-73,03
Subsídio de Férias e de Natal	3.007.822,70	3.186.013,52	1.770.115,13	3.082.686,88	-1.312.571,75	-42,58
Pensões	780.887,79	781.457,76	550.697,69	758.195,19	-207.497,50	-27,37
Encargos sobre Remunerações	3.972.306,18	4.504.693,82	4.572.896,66	4.101.100,28	471.796,38	11,50
TOTAL	33.309.899,91	34.538.413,33	31.452.765,49	32.808.987,85	-1.356.222,36	-4,13

Custos unitários directos

Os custos unitários directos têm evoluído de forma diversa nas diferentes linhas de produção. No internamento aumentam, face a 2010, o custo unitário dia de internamento e o custo unitário da alta, em consequência do aumento nos custos directos e diminuição nas altas e nos dias de internamento.

Em pediatria diminuiram em cerca de 5% os custos directos, no entanto a diminuição nos doentes saídos foi próxima dos 9% e nos dias de internamento de 5,6% (variação nula no custo unitário de dia de internamento).

Descrição	2010		2011		Var custo alta 2011/2010	Var custo dia intern 2011/2010
	custo unitário alta	custo unitário dia intern	custo unitário alta	custo unitário dia intern		
Medicina interna	1.277,95	128,64	1.411,03	142,52	10,41%	10,79%
Cirurgias	922,64	148,33	1.044,18	159,03	13,17%	7,21%
Obstetricia/Ginecologia	616,22	196,01	639,35	212,65	3,75%	8,49%
Pediatria	1.651,52	422,09	1.708,88	422,11	3,47%	0,00%
Total Internamento	1.013,36	159,44	1.098,08	171,77	8,36%	7,73%

No Hospital de Dia o custo unitário por sessão diminuiu significativamente o mesmo acontece com o custo unitário por doente tratado, com a variação no número doentes superior à variação no número de sessões, com diminuição de 4,4% nos custos directos.

Descrição	2010		2011		Var c. doente 2011/2010	Var c. sessão 2011/2010
	custo unitário doente	custo unitário sessão	custo unitário doente	custo unitário sessão		
Hospital de Dia	2.246,41	294,79	1.265,22	196,01	-43,68%	-33,51%

Nos Serviços de Urgência verificou-se em 2011 um desagrevamento dos custos unitários directos por episódio, em resultado da diminuição nos custos directos nos dois serviços de urgência: básica (apesar da diminuição na actividade) e médico cirúrgica, neste caso com aumento na actividade.

Descrição	2010	2011	Var custo episodio 2011/10
	custo unitário episódio	custo unitário episódio	
Urgência UF	77,27	60,42	-21,81%
Urgência UST	93,09	76,11	-18,25%
Urgência CHMA	81,46	64,32	-21,04%

Na Consulta Externa verifica-se uma diminuição nos custos unitários directos em cerca de 4% e um aumento na actividade em 2,2%, diminuindo o custo unitário por consulta.

Descrição	2010	2011	Var custo consulta 2011/10
	custo unitário consulta	custo unitário consulta	
Consulta externa UF	34,12	28,90	-15,29%
Consulta externa UST	26,44	29,65	12,11%
Consulta externa CHMA	31,05	29,19	-5,98%

Situação financeira e patrimonial

Balanço

Descrição	Em euros		
	2010	2011	Var 11/10
Activo			
Imobilizado Líquido	15.193.862,62	13.936.869,80	-0,08
Activo Circulante	18.162.655,99	14.560.665,98	-0,20
Acréscimos e Diferimentos	6.855.719,66	6.413.972,12	-0,06
Total do Activo	40.212.238,27	34.911.507,90	-0,13
Fundos Próprios e Passivo			
Total Fundos Próprios	-4.344.028,16	-6.796.165,43	0,56
Passivo			
Curto Prazo	35.141.478,43	35.448.661,27	0,01
Acréscimos e Diferimentos	9.414.788,00	6.259.012,06	-0,34
Total Fundos Próprios e Passivo	40.212.238,27	34.911.507,90	-0,13

Apesar dos investimentos realizados em 2011, de manutenção e conservação e requalificação das instalações existentes, de montante aproximado dos 425.000,00 euros, o imobilizado líquido diminuiu.

No activo circulante destaca-se a diminuição das aplicações de tesouraria e nos outros devedores (instituições do ministério da saúde).

Acréscimos e diferimentos referem-se a estimativa da Produção Marginal de 2010, bem como ao incentivo institucional, previsto no Contrato Programa em função do cumprimento dos objectivos de qualidade e eficiência, estimativa de facturação do internato médico e despesa com medicamentos prevista no Contrato Programa bem como produção SNS não facturada.

Variação nos capitais próprios em função dos resultados líquidos negativos do exercício e transitados dos exercícios anteriores e da não realização da totalidade do capital estatutário.

O passivo de curto prazo aumenta com a dívida a fornecedores e diminuem os adiantamentos de clientes, saldo ainda não anulado em consequência de algum atraso na validação da facturação por parte da ACSS, e a dívida a fornecedores de imobilizado.

Apesar de continuarmos a aguardar a realização da última fase do capital estatutário do CHMA, cujo reforço é de 2 M€, a situação económica e financeira é, sem dúvida, um motivo de justificada preocupação. O prazo médio de pagamentos em 2008 aproximou-se dos noventa dias, após contracção de financiamento no âmbito da utilização do empréstimo do FASP-SNS, no entanto tem desde então vindo a degradar-se, encerrando o ano de 2011 com 299 dias.

Naturalmente só a inversão dos resultados da exploração permitirá resolver, de forma sustentada, esta importante dificuldade, no entanto será também necessário reforçar o capital estatutário além do previsto.

Indicadores económico financeiros

Descrição		2010	2011
Indicadores de financiamento			
Fundo de Maneio	Activo Circulante-Exigências de cp	-16.978.822,44	-20.887.995,29
Cobertura do Imobilizado	Cap.Permanentes / Imobilizado Líquido	-0,29	-0,49
Solvabilidade	Cap. Próprios / Cap. Alheios	-0,10	-0,16
Indicadores de funcionamento			
Rotação do Activo	Vendas+Prest de Serv / Activo	1,31	1,39
Permanência de stocks	Existências / Mat. Cons)*365	34,29	35,19
Prazo médio de recebimentos	Saldo de Clientes / (Vendas+Prest Serv)*365	53,66	60,75
Prazo Médio de Pagamentos *	Saldo Méd Fornç / Compras)*365	235,00	299,00
Indicadores de liquidez			
Liquidez Geral	Activo Circul / Pass Circulante	0,52	0,41
Liquidez Reduzida	(Act Circul - Exist) / Pass Circulante	0,49	0,39
Liquidez Imediata	(DO + Caixa) / Pass Circulante	0,18	0,09
Indicadores de estrutura operacional			
Rendibilidade operacional	(Res. Operacionais / Vendas) *100	-6,02	-4,18

* Calculado de acordo com RCM nº 34/2008, de 22 de Fevereiro e o Despacho nº 9870/2009, de 13 de Abril

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Apurado um resultado líquido negativo no valor de 2.452.137,27 €, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja levado à conta de Resultados Transitados.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2011

Em termos das estruturas físicas não se verificaram neste exercício económico significativas alterações, apenas algumas obras de conservação e manutenção, muito por força da necessidade de alinhar os projectos previstos com os recursos financeiros necessários à sua execução. O plano de investimentos previstos para 2011 foi na sua globalidade ajustado para 2012.

Foi dada continuidade ao processo de informatização total dos serviços clínicos através da aplicação ALERT® OUTPATIENT, após conclusão da informatização dos serviços de consulta externa e da urgência, tendo-se iniciado, com algum atraso face ao cronograma inicialmente previsto, a informatização dos serviços de internamento e do bloco operatório, ainda a decorrer.

Foi iniciado o programa de acreditação do CHMA no âmbito das Normas de Acreditação do Programa de Acreditação Internacional CHKS, tendo o processo sido formalizado em Outubro através da assinatura de contrato com Auditores do CHKS.

Foi elaborado, aprovado e divulgado internamente o Plano de Prevenção do Risco e Infracções Conexas para 2012.

Evolução dos investimentos realizados

Em euros							
Código	Designação	2007	2008	2009	2010	2011	Total
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:							
421	Terrenos e recursos naturais						
422	Edifícios e outras construções	1.486.184,24	934.896,84	2.040.833,37	449.994,14	241.900,42	5.153.809,01
423	EQUIPAMENTO BÁSICO:						
4231	Médico-cirúrgico	304.878,85	348.574,16	696.658,88	645.269,98	34.648,15	2.030.030,02
4232	De imagiologia	0,00	742,90	117.573,49	0,00	698,25	119.014,64
4233	De laboratório	7.739,00	364,79	0,00	0,00	0,00	8.100,79
4234	Mobiliário hospitalar	80.514,57	15.980,82	318.170,67	81.342,57	13.925,45	509.934,08
4235	De desinfecção e esterilização	0,00	2.128,06	20.983,32	0,00	0,00	23.111,38
4236	De hotelaria	3.332,62	11.867,94	31.281,42	18.115,57	6.567,57	71.165,12
4239	Outro	56.293,80	57.493,79	146.721,05	160.838,17	31.400,02	452.746,83
	Total da conta 423	452.758,84	437.149,46	1.331.388,83	905.566,29	87.239,44	3.214.102,86
424	De transporte	0,00	29.599,44	312,00	0,00	0,00	29.911,44
425	Ferramentas e utensílios	861,80	735,25	270,00	129,23	34,50	2.030,78
426	EQUI. ADMIN. e INFORMÁTICO						
4261	Equipamento administrativo	22.433,94	66.474,32	89.759,61	20.462,60	14.146,68	213.277,15
4262	Equipamento informático	398.114,71	402.519,25	549.594,50	325.288,90	64.098,56	1.739.615,92
	Total da conta 426	420.548,65	468.993,57	639.354,11	345.751,50	78.245,24	1.952.893,07
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras	18.019,16	18.533,04	0,00	0,00	0,00	36.552,20
	Total de Imobilizações Corpóreas	2.378.372,69	1.889.907,60	4.012.158,31	1.701.441,16	407.419,60	10.389.299,36
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
43	Imobilizações incorpóreas	0,00	23.908,34	3.600,00	13.890,30	13.337,44	54.736,08
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO							
44	Imobilizações em curso	0,00	3.921.937,29	612.414,70	450.305,04	4.428,00	4.989.085,03
TOTAL GERAL		2.378.372,69	5.835.753,23	4.628.173,01	2.165.636,50	425.185,04	15.433.120,47

Fontes de financiamento dos investimentos realizados

em euros							
Designação	2007	2008	2009	2010	2011	Total	
Capitais Próprios	1.311.781,23	4.334.232,56	2.410.027,61	422.508,92	209.309,09	8.687.859,41	
FEDER	842.935,46	0,00	947.745,55	1.606.036,43	215.875,95	3.612.593,39	
PIDDAC	223.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223.656,00	
ACSS	0,00	0,00	1.270.399,85	137.091,15	0,00	1.407.491,00	
Fornecedores e imobilizado	0,00	1.501.520,67	0,00	0,00	0,00	1.501.520,67	
Total	2.378.372,69	5.835.753,23	4.628.173,01	2.165.636,50	425.185,04	15.433.120,47	

Verifica-se que cerca de 70% dos valores de investimentos realizados nos últimos exercícios foram financiados por recurso a capitais próprios, ou seja, auto financiamento. Os referidos fundos próprios tiveram como fonte o capital estatutário subscrito no âmbito da criação do Centro Hospitalar.

O financiamento pelo PIDDAC foi obtido no âmbito de verba atribuída em 2006 ao Hospital Conde de São Bento para a concretização do Projecto de criação da Unidade de Cirurgia de Ambulatório, apenas iniciado em 2007. Este projecto foi ainda co-financiado pelo FEDER no âmbito do PO Saúde XXI.

Em 2009 recebemos uma verba da ACSS para o co-financiamento do projecto de Triagem de Manchester no serviço de urgência básica assim como uma primeira tranche para co-financiamento do projecto de recobro 2 e 3 da Cirurgia de Ambulatório da Unidade de Famalicão. Recebemos ainda a primeira tranche de um co-financiamento do FEDER no âmbito do PO ON2 relativo ao projecto da nova urgência médico cirúrgica.

Em 2010 foram recebidas mais duas tranches relativas ao co-financiamento FEDER no âmbito do PO ON2 bem como uma última tranche do co-financiamento da ACSS no âmbito do projecto recobro 2 e 3 da Cirurgia de Ambulatório da Unidade de Famalicão.

Em 2011 recebemos uma última tranche relativa a co-financiamento do FEDER no âmbito do PO ON2 relativo ao projecto da nova urgência médico cirúrgica (temos ainda cativa uma verba correspondente a 5% do financiamento atribuído a libertar oportunamente visto já ter sido efectuada a verificação física de execução do projecto).

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2012

Principais programas de actuação

Continuaremos a perseguir o objectivo estratégico reflectido na visão, do CHMA ser uma *Unidade de Saúde de referência pela capacidade de resposta às necessidades dos utentes e pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados, de forma a pertencer ao conjunto dos melhores hospitais do Serviço Nacional de Saúde.*

Mantêm-se assim prioritários os seguintes objectivos:

1. **Melhorar a qualidade global**, assegurando a implementação de políticas de gestão centradas no utente e na prestação de serviços de qualidade que proporcionem efectivos ganhos em saúde;
2. **Melhorar a eficiência operacional**, assegurando a adopção das melhores práticas e promovendo programas de melhoria de eficiência operacional;
3. **Incrementar o desenvolvimento e a motivação dos recursos humanos**, através da definição de objectivos para todos os Departamentos e Serviços e Unidades Funcionais, instituindo uma verdadeira política de responsabilização por resultados, apostando na qualificação e motivação dos colaboradores;
4. **Optimizar a eficiência económico-financeira**, caminhando de forma determinante para o equilíbrio económico-financeiro dos Departamentos e Serviços com monitorização regular da sua *performance*.

Para o efeito irão ser levadas a cabo as seguintes medidas operacionais e concretas de modo a incrementar a capacidade e a flexibilidade de resposta às necessidades das populações e aumentar a eficiência do CHMA na vertente operacional.

Qualidade de cuidados prestados

Continuar as necessárias intervenções ao nível das instalações e equipamentos não só no sentido de melhorar as condições de trabalho, mas também orientadas para melhorar as condições de segurança, protecção da privacidade, conforto e comodidade de utentes, visitas e colaboradores em geral, nomeadamente:

Início do projecto de criação de um novo edifício na Unidade de Santo Tirso para acolher um novo internamento de medicina interna, com 49 camas, para substituição do actual com o mesmo número de

camas, um hospital de dia para doentes oncológicos, uma unidade de cuidados de convalescença, com 21 camas, integrada na Rede Nacional de Cuidados de Continuados Integrados, um serviço de medicina física e de reabilitação de apoio a esta unidade, e um serviço de psiquiatria, com 21 camas, programado de acordo com o Plano Nacional de Saúde Mental.

Reorganização de toda a área dos vários cuidados de ambulatório da Unidade de Famalicão, compreendendo a Consulta Externa, Hospital de Dia de Saúde Mental, a Unidade de Gastrenterologia e Unidade de Diagnóstico Pré-natal e os serviços de oftalmologia e ORL;

Remodelação dos Serviços de Internamento de Medicina Mulheres e de Cirurgia Mulheres da Unidade de Famalicão, quer ao nível infraestrutural quer de equipamentos, compreendendo substituição integral de todo o mobiliário hospitalar;

Informatização dos serviços de internamento e do bloco operatório, no âmbito da informatização total dos serviços clínicos, complementando o ciclo iniciado e já concluído nos Serviços de Urgência e na Consulta Externa, de modo a possibilitar o registo e a interligação com outros sistemas informáticos, nomeadamente o SONHO, e a reutilização e a análise de toda a informação clínica relacionada com a realidade do Centro Hospitalar;

Reorganização dos serviços de aprovisionamento, com aquisição de módulo da CPC Health para gestão de armazéns avançados com possibilidade de efectuar a imputação dos consumos por doente (a gestão de materiais e de produtos farmacêuticos já é efectuada com esta aplicação);

Aquisição de equipamento para distribuição e controlo electrónico dos medicamentos, no sentido de automatizar o armazenamento/gestão e dispensa de medicamentos nos Serviços Clínicos do CHMA, promovendo uma maior articulação entre a Farmácia e os restantes Serviços;

Remodelação das cozinhas e refeitórios e armazéns de serviços de aprovisionamento;

Planeamento e reforço dos meios de prevenção do risco e segurança tendo em vista o aumento da eficiência económica, da efectividade clínica e a minimização de riscos estruturais, ocupacionais e clínicos, no âmbito da Acreditação do CHMA pela metodologia do CHKS – Healthcare Accreditation & Quality Unit, integrada no Programa Nacional de Acreditação de Hospitais;

Elaborar um Plano de Acção do CHMA em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), bem como um “Manual de Procedimentos de SHST”;

Identificar e analisar as principais causas das readmissões, estabelecendo processos que permitam a sua redefinição e controlo;

Optimizar a codificação através da formação de um auditor para a área cirúrgica;

Continuação do trabalho já iniciado de implementação de práticas conducentes a uma política de qualidade, que implicará, entre outras acções, a elaboração de Manuais de Qualidade, de Procedimentos e de Funções e de Regulamentos Internos.

Acessibilidade

Prosseguir a modernização das instalações e equipamentos, com a concretização dos projectos em curso e a implementação de novos projectos;

Aumentar/facilitar o acesso aos cuidados de saúde, principalmente na área de cirurgia e consulta externa, através da redução sustentada dos tempos médios de espera por parte dos utentes;

Incrementar o desenvolvimento de protocolos de relação com os Centros de Saúde da área do Centro Hospitalar, nas várias especialidades e na prestação de cuidados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Produtividade e eficiência

Optimizar a gestão dos recursos humanos, através da racionalização dos horários e da redução das horas extraordinárias, dando continuidade às medidas previstas no plano de redução de custos de recursos humanos para 2010 e no plano actualizado de 2011;

Continuar a apostar na promoção da Cirurgia de Ambulatório e no desenvolvimento de técnicas anestésicas que permitam a racionalização do consumo de anestésicos;

Continuar a reforçar os níveis de gestão intermédia, induzindo o desenvolvimento de verdadeiras unidades autónomas de gestão, fomentando a descentralização, o aumento da responsabilidade e a interacção entre os Serviços;

Optimizar os recursos farmacêuticos, através da racionalização dos custos com os medicamentos e do estabelecimento de protocolos terapêuticos; efectivar a implementação do protocolo celebrado com o IPO Porto para a preparação de citotóxicos, para consumo do CHMA, obtendo assim uma garantia de qualidade na utilização destes fármacos, com redução do desperdício inerente à actual preparação em cada uma das Unidades do CHMA.

Melhorar a comunicação e interligação com os Centros de Saúde e respectivas extensões, nomeadamente com o Serviço de Imagiologia e o Laboratório de Patologia Clínica a disponibilizar os meios humanos para que se efectuem as colheitas nos Centros de Saúde;

Desenvolvimento e motivação dos recursos humanos

Definir objectivos para todos os departamentos, serviços e unidades funcionais, competências para todos os colaboradores e construir o Manual de Avaliação de Desempenho para a implementação de sistema de avaliação;

Elaborar plano integrado de formação, resultante das necessidades identificadas pelos responsáveis das diferentes áreas;

Considerar a generalização da aplicação do SIADAP a todo o CHMA, submetendo todos os colaboradores à avaliação pelo SIADAP de modo a aumentar a responsabilidade de todos os intervenientes nas diversas actividades;

Avaliação permanente das necessidades de recursos humanos identificando áreas deficitárias e excedentárias, promovendo a mobilidade interna, a requalificação dos recursos e a sua formação pessoal e profissional;

Divulgar o Plano de Actividades dos Departamentos e Serviços, monitorizando o seu cumprimento;

Ao nível da saúde no trabalho, aumentar a adesão a exames de vigilância da saúde, através da sensibilização dos responsáveis para a sua importância.

Reforço da gestão

Assegurar o cumprimento dos objectivos contratualizados bem como a sustentabilidade económico-financeira;

Continuar a intervenção ao nível dos sistemas de informação não só em termos físicos para garantir a integridade e segurança dos dados residentes, mas também para otimizar e melhorar as ferramentas de apoio à actividade clínica e não clínica;

Continuar a monitorização periódica da actividade, à execução orçamental e ao controlo dos objectivos, de modo a que a informação produzida seja consistente e atempada e torne exequível a condução e controlo das actividades do Centro Hospitalar;

Continuar a reforçar os níveis de gestão intermédia, induzindo o desenvolvimento de verdadeiras unidades autónomas de gestão, fomentando a descentralização, o aumento da responsabilidade e a interacção entre os Serviços;

Criar e implementar metodologia de elaboração e aprovação de Planos de Actividade dos Departamentos, numa perspectiva verticalizada, tendo como referencia as metas do Plano Estratégico do CHMA;

Institucionalizar a contratualização interna (verticalizada) com os Departamentos, negociando principalmente objectivos de actividade, de qualidade e de eficiência, incluindo a económico-financeira;

Racionalizar os custos com os consumos clínicos e não clínicos, através da análise da informação sobre os consumos, do ajustamento dos níveis dos stocks e da monitorização da sua utilização, em estreita colaboração da Comissão de Normalização de Consumos com os Serviços de Aprovisionamento;

Dar seguimento ao plano de redução da cedência de medicamentos em ambulatório (nomeadamente, para os doentes com HIV / Sida, hemofílicos e insuficientes renais crónicos) no âmbito de protocolos a celebrar com outras unidades hospitalares, que integram também a radioterapia;

Encontrar financiamento para a actividade do Serviço de Medicina Física e de Reabilitação, nomeadamente através do incremento de protocolos com os Centros de Saúde para o encaminhamento dos utentes;

Encontrar resposta para actuar ao nível da precária situação financeira de modo a reduzir os prazos médios de pagamento, em cumprimento dos objectivos definidos com a tutela e em adquirir capacidade de negociação nas aquisições a efectuar;

Aumentar a eficiência na utilização dos recursos, através da continuação da racionalização dos custos com material de consumo clínico e não clínico, horas extraordinárias e transporte de doentes;

Reduzir o tempo médio do processo de facturação, através da optimização do processo de codificação, da promoção do controlo sistemático de processos não codificados e do aumento dos processos codificados pelo pessoal clínico;

Melhorar o processo de cobrança, através do desenvolvimento e implementação do processo de contencioso sistemático, da negociação do pagamento das dívidas com grandes clientes (seguradoras), e continuar a utilização de operadores especializados, nomeadamente SIBS, para efectuar a cobrança das taxas moderadoras.

Actividade assistencial prevista

A actividade assistencial prevista para 2012 foi definida tendo em consideração as orientações aprovadas por Despacho Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde, designadamente em termos da necessidade de manter o controlo de custos do CHMA e da redução do nível de financiamento através do contrato programa como reflexo da redução do *plafond* de financiamento global do SNS.

Foram ainda consideradas as “orientações para o preenchimento do Plano de Desempenho de 2012” produzidas pela ACSS, onde se considera obrigatória a redução de custos operacionais em pelo menos 5% face a 2011, de forma a garantir um orçamento equilibrado, traduzido num valor de EBITDA tendencialmente nulo.

Foi também considerado o documento da ACSS “Metodologia para a definição de preços e fixação de objectivos do Contrato Programa para 2012”.

A actividade prevista para 2012 – ainda em fase de contratualização com a tutela – é a seguinte:

Descrição	Produção Total	Produção SNS	% Doentes SNS
Consultas Externas			
Nº Total Consultas Médicas	168.404	166.670	98,97%
Primeiras Consultas	50.520	50.000	98,97%
Consultas Subsequentes	117.884	116.670	98,97%
Internamento			
GDH Médicos	9.152	8.951	97,80%
GDH Cirúrgicos	5.198	5.078	97,69%
GDH Cirúrgicos - Programados	3.378	3.286	97,28%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1.820	1.792	98,46%
Urgência			
Total de Atendimentos	130.187	124.432	95,58%
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	121.792	116.400	95,57%
Sessões em Hospital de Dia	9.430	9.300	98,62%
Imuno-hemoterapia	800	800	100,00%
Psiquiatria	2.530	2.500	98,81%
Pediatria	1.835	1.805	98,37%
Oncologia (s/ Quimioterapia)	4.265	4.195	98,36%
Serviços Domiciliários			
Total de Visitas Domiciliárias	400	400	100,00%
GDH Ambulatório			
GDH Médicos (não inclui radioterapia)	2.780	2.750	98,92%
GDH Cirúrgicos	5.320	5.250	98,68%
Programas de Saúde			
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos I	1.000	1.000	100,00%
VIH/Sida - Doentes Transitados (naif)	40	40	100,00%
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	250	250	100,00%
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade			
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	160	160	100,00%

Principais investimentos previstos

Os principais investimentos previstos no Plano de Actividades para 2012 são os seguintes:

INVESTIMENTOS	Em euros		
	Total	Financ externo	Financ próprio
1. Criação novo edifício para MFR e Internamentos Médicos na UST	2.040.000	1.565.000	475.000
2. Remodelação dos Internamentos de Medicina e Cirurgia da UVNF	800.000		800.000
3. Equipamentos para distribuição e controlo electrónico dos medicamentos	200.000		250.000
4. Remodelação das cozinhas, refeitórios e armazéns dos serviços de aprovisionamento	200.000		200.000
5. Informatização dos serviços clínicos	200.000		200.000
6. Informatização dos serviços de Aprovisionamento/logística	150.000		150.000
7. Planeamento e reforço dos meios de prevenção do risco e segurança	150.000		150.000
8. Acreditação do Centro Hospitalar	40.000		40.000
16. Outros equipamentos	35.000		35.000
TOTAL	3.815.000	1.565.000	2.300.000

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Fluxos de Caixa

Mapa dos Fluxos Financeiros

Mapas de Controlo Orçamental



Balanço

BALANÇO ANALITICO em 31 de Dezembro de 2011

ACTIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2011		2010	
		Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
	IMOBILIZADO				
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas ..	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens patrim.históric, art. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens domínio público.....	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imob. em curso bens domínio pública..	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantam. p/conta bens dom.pub.....	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total bens de domínio público ...	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....	79.727,70	79.727,70	0,00	14.614,63
432	Despesas invest.e desenvolvimento.....	176.687,11	146.407,35	30.279,76	52.622,46
443	Imobilizações em curso Imob. Incorp....	1.618.010,40	0,00	1.618.010,40	1.711.123,23
449	Adiantam. p/conta imob. Incorp.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total imobilizações incorpóreas ...	1.874.425,21	226.135,05	1.648.290,16	1.778.360,32
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais.....	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções.....	13.246.255,97	4.153.261,05	9.092.994,92	8.945.044,98
423	Equipamento básico.....	13.584.685,70	11.304.484,62	2.280.201,08	2.988.926,91
424	Equipamento de transporte.....	125.422,99	114.452,15	10.970,84	14.709,77
425	Ferramentas e utensílios.....	22.865,43	20.812,92	2.052,51	3.098,68
426	Equip.administrativo e informático.....	5.549.825,33	4.794.858,41	754.966,92	1.257.560,53
427	Taras e vasilhame.....	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas.....	838.626,25	695.660,88	142.965,37	206.161,43
442	Imobilizações em curso.....	4.428,00	0,00	4.428,00	0,00
448	Adiantamento p/conta imob. Corp.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total imobilizações corpóreas ...	33.372.109,67	21.083.530,03	12.288.579,64	13.415.502,30
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras.....	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobiliz. em curso invest.financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantam.p/conta invest.financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total investimentos financeiros ...	0,00	0,00	0,00	0,00
	CIRCULANTE				
	EXISTÊNCIAS :				
36	Matérias-primas, subs.e de consumo.....	830.263,22	0,00	830.263,22	872.663,68
34	Subprodutos, desp., resíduos e refugos.....	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias.....	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras.....	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das existências	830.263,22	0,00	830.263,22	872.663,68

BALANÇO ANALITICO em 31 de Dezembro de 2011

ACTIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2011		2010	
		Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
	DIVIDAS TERCEIROS-Méd.longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
	DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	2.047.943,28	0,00	2.047.943,28	2.746.320,86
213	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
215	Instituições do Ministério da Saúde	6.052.138,59	0,00	6.052.138,59	4.975.231,37
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa	851.655,40	654.543,44	197.111,96	260.491,84
251	Devedores p/execução do orçamento.....	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	91.097,74	0,00	91.097,74	23.029,80
2619	Adiantamento a fornec. Imobilizado	0	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	318.976,00	0,00	318.976,00	248.976,00
262/3/4+			0,00	0,00	0,00
267/8	Outros devedores.....	1.807.044,10	0,00	1.807.044,10	2.645.620,74
	Total dividas a terceiros.....	11.168.855,11	654.543,44	10.514.311,67	10.899.670,61
	TITULOS NEGOCIAVEIS				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	5.500.000,00
	Total títulos negociáveis	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	5.500.000,00
	DEPOSITOS INST.FINANC./CAIXA				
13	Conta no Tesouro	1.020.384,09	0,00	1.020.384,09	785.385,09
12	Depósitos em inst. Financeiras	193.374,73	0,00	193.374,73	99.740,03
11	Caixa	2.332,27	0,00	2.332,27	5.196,58
	Total de depósitos e caixa	1.216.091,09	0,00	1.216.091,09	890.321,70
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acrescimos de Proveitos	6.413.972,12	0,00	6.413.972,12	6.855.719,66
272	Custos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total acréscimos e diferimentos	6.413.972,12	0,00	6.413.972,12	6.855.719,66
	Total de amortizações		21.309.665,08		
	Total de ajustamentos		654.543,44		
	TOTAL DO ACTIVO	56.875.716,42	21.964.208,52	34.911.507,90	40.212.238,27

BALANÇO ANALÍTICO em 31 de Dezembro de 2011

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO	
		2011	2010
	FUNDO PATRIMONIAL		
51	Património	26.642.791,00	26.642.791,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	RESERVAS		
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	32.868,85	32.868,85
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00	0,00
	Total das reservas	32.868,85	32.868,85
59	Resultados transitados	-31.019.688,01	-29.479.451,08
88	Resultado líquido do exercício	-2.452.137,27	-1.540.236,93
	Total do Fundo Patrimonial	-6.796.165,43	-4.344.028,16
	PASSIVO		
	PROVISÕES		
291	Provisões para cobrança duvidosa	0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
	Total de provisões	0,00	0,00
	DIVIDAS TERCEIROS - Médio e longo prazo	0,00	0,00
	DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e Inst.Min.Saúde ..	3.170.891,87	4.601.402,89
221	Fornecedores c/c	10.039.034,11	8.117.060,38
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	19.121,13	735,60
2311	Empréstimos obtidos	13.365.777,40	13.365.777,40
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	1.031.682,45	1.674.168,92
24	Estado e Outros Entes Públicos	1.070.853,41	1.079.847,20
262/3/4+ 267/8	Outros Credores	6.751.300,90	6.302.486,04
	Total de dívida a terceiros	35.448.661,27	35.141.478,43
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de custos	3.634.630,66	5.135.533,02
274	Proveitos diferidos	2.624.381,40	4.279.254,98
	Total de acréscimos e diferimentos	6.259.012,06	9.414.788,00
	TOTAL DO PASSIVO	41.707.673,33	44.556.266,43
	TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO	34.911.507,90	40.212.238,27

O Tecn.Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS por natureza em 31 de Dezembro de 2011

CUSTOS E PERDAS

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2011		2010	
61	CUSTOS MERCAD.VENDIDAS M.CONSUMIDAS:				
612	Mercadorias	0,00			
616	Matérias de consumo	8.611.962,79	8.611.962,79	10.175.566,74	9.289.279,54
62	Fornecimentos e Serviços Externos		9.304.138,62		10.436.777,85
64	CUSTOS COM O PESSOAL:				
641	Remunerações dos órgãos directivos	362.103,18		413.968,49	
642	Remunerações base de pessoal	25.683.500,34		28.544.293,89	
643	Pensões	550.697,69		781.457,76	
645	Encargos sobre remunerações	4.572.896,66		4.504.693,82	
646	Seguros de acid. De trabalho e doenças Prof.	41.060,06		35.790,14	
647	Encargos sociais voluntários	121.091,39		149.181,46	
648	Outros custos com pessoal	121.416,17	31.452.765,49	109.027,77	34.538.413,33
63	Transf. Correntes conc. e prest. Soc.		0,00		0,00
66	Amortizações do exercício	1.670.174,70		1.863.564,86	
67	Provisões do exercício	322.261,04	1.992.435,74	0,00	1.863.564,86
65	Outros custos e perdas operacionais		12.052,45		15.040,93
	(A)		51.373.355,09		56.143.076,51
68	Outros custos e perdas financeiras		300.318,78		272.064,05
	(C)		51.673.673,87		56.415.140,56
69	Custos e perdas extraordinárias		1.425.617,82		1.729.861,66
	(E)		53.099.291,69		58.145.002,22
86	Imposto s/rendimento do exercício		28.851,78		14.242,07
	(G)		53.128.143,47		58.159.244,29
88	Resultado Líquido do Exercício		-2.452.137,27		-1.540.236,93
			50.676.006,20		56.619.007,36

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS por natureza em 31 de Dezembro de 2011

PROVEITOS E GANHOS

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2011		2010	
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:				
711	Vendas	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	48.665.910,83	48.665.910,83	50.581.095,18	52.519.120,94
72	Impostos, taxas e outros		0,00		
75	Trabalhos para a própria Entidade		0,00		
73	Proveitos suplementares		51.994,32		59431,96
74	TRANSF. SUBSID. CORRENTES OBTIDOS:				
741	Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
742	Transferências correntes obtidas	6.249,07		6.012,87	
743	Subsid.correntes obtidos - Outros Ent.Públicos	0,00		0,00	
749	De outras entidades	0,00	6.249,07	0,00	6.012,87
76	Outros proveitos /ganhos operacionais		616.818,12		394.446,57
	(B)		49.340.972,34		52.979.012,34
78	Proveitos e ganhos financeiros		57.176,79		147.136,44
	(D)		49.398.149,13		53.126.148,78
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.277.857,07		3.492.858,58
	(F)		50.676.006,20		56.619.007,36
RESUMO:					
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A)=			-2.032.382,75		-3.164.064,17
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A)=			-243.141,99		-124.927,61
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =			-2.275.524,74		-3.288.991,78
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO: (F)-(G) =			-2.452.137,27		-1.540.236,93

O Tecn. Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 Método directo

Descrição	Em euros	
	2011	2010
Actividades operacionais		
Recebimento de Clientes	46.399.993,15	51.443.146,73
Pagamento a fornecedores	-16.654.920,18	-16.638.389,64
Pagamento a pessoal	-33.091.957,16	-34.435.078,89
Fluxos gerados pelas operações	-3.346.884,19	369.678,20
Pagamento de IRC	-46.864,36	-68.622,51
Outros pagamentos/Recebimentos operacionais	988.400,90	-198.934,49
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	941.536,54	-267.557,00
Recebimentos extraordinários	136.270,43	
Pagamentos extraordinários	-1.228,39	-1.020,35
Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias	135.042,04	-1.020,35
Fluxos das actividades operacionais	-2.270.305,61	101.100,85
Actividades de investimentos		
Recebimentos provenientes de		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas Imobilizações Incorpóreas		
Subsídios de Investimento	215.875,95	2.031.105,43
Juros e proveitos similares	137.694,92	47.661,05
Dividendos		
Pagamentos respeitantes a		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	-1.046.800,60	-2.778.035,54
Imobilizações incorpóreo	-13.337,44	-13.890,30
Imobilizações em curso	-168.337,32	-416.572,06
Fluxo das actividades de Investimento	-874.904,49	-1.129.731,42
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de		
Empréstimos Obtidos		
Aumentos de Capital		
Subsídios e doações		
Venda de acções próprias		
Cobertura de prejuízos		
Pagamentos respeitantes a		
Empréstimos Obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	-29.026,51	-71.570,88
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções próprias		
Fluxo de actividade de financiamento	-29.026,51	-71.570,88
Variação de caixa	-3.174.236,61	-1.100.201,45
Caixa no início do período	6.390.327,70	7.490.529,15
Caixa no fim do período	3.216.091,09	6.390.327,70

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em euros

Descrição	2011	2010
Numerário	2.332,27	5.197,58
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.213.758,82	885.125,12
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes		
Outras Aplicações de Tesouraria	2.000.000,00	5.500.001,00
Disponibilidades constantes do balanço	3.216.091,09	6.390.323,70

Mapa dos fluxos financeiros

Fluxos Financeiros de Receita

Janeiro a Dezembro de 2011

Em Euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Cobrados	A cobrar	Total
	- Caixa	5.196,58		5.196,58
	- Depósitos	6.385.125,12		6.385.125,12
	I - SALDO INICIAL:	6.390.321,70		6.390.321,70
15	Titulos negociáveis			
18	Outras aplicações de tesouraria			
	Total das contas 15/18:			
219	Adiantamentos de clientes	43.318.067,16	0,00	43.318.067,16
229	Adiantamentos a fornecedores	1.035.107,67	91.097,74	1.126.205,41
24	Estado e outros entes públicos	8.515.260,53	318.976,00	8.834.236,53
261	Adiantamentos a fornecedores de	0	0,00	0,00
262	Adiantamentos ao pessoal	45.121,06	9.573,01	54.694,07
263	Sindicatos	51.673,05	0,00	51.673,05
264	Regularização de dívidas por ordem do	0	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	132.572,38	3.156.251,58	3.288.823,96
	Total das receitas de fundos alheios:	53.097.801,85	3.575.898,33	56.673.700,18
23	Empréstimos obtidos	0		
2745	Subsidios de investimento	215.875,95	0	215.875,95
2748/9	Outros proveitos diferidos	0		
	Total da conta proveitos diferidos:	215.875,95		215.875,95
28	Empréstimos concedidos	0	0	0
51	Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0	0,00
575	Subsidios	0	0	0
576	Doações	0	0	0
	Total da conta de reservas:	0	0	0
711	Vendas	0	0	0
712	Prestações de serviços	41.706.658,40	6.959.252,43	48.665.910,83
72	Impostos e taxas	237,2	0	237,20
73	Proveitos suplementares	38.751,31	13.243,01	51.994,32
741	Transferências do Tesouro	0	0	0,00
742	Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
743	Subsidios correntes obtidos-Outros	6.249,07	0,00	6.249,07
749	Subsidios correntes obtidos-De outras	0,00	0	0,00
76	Outros proveitos e ganhos	70.539,31	546.278,81	616.818,12
78	Proveitos e ganhos financeiros	56.951,88	224,91	57.176,79
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	136.270,43	746.760,59	883.031,02
	Total dos proveitos do exercicio:	42.015.657,60	8.265.759,75	50.281.417,35
	II - RECEITAS DO EXERCICIO:	95.329.335,40	11.841.658,08	107.170.993,48
797	Correcções relativas a exercicios	6.219.823,36	271.256,96	6.491.080,32
	III - RECEITAS EXERCIC.	6.219.823,36	271.256,96	6.491.080,32
	TOTAL GERAL:	107.939.480,46	12.112.915,04	120.052.395,50

Fluxos Financeiros de Despesa

Janeiro a Dezembro de 2011

Em Euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Pagos	Em dívida	Total
219	Adiantamentos de clientes	44.748.578,18	3.170.891,87	47.919.470,05
229	Adiantamentos a fornecedores	1.103.175,61	0	1.103.175,61
24	Estado e outros entes públicos	8.741.023,31	1.070.853,41	9.811.876,72
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizad	0	0,00	0,00
262	Adiantamentos ao pessoal	50.917,18	0,00	50.917,18
263	Sindicatos	51.573,05	107,14	51.680,19
264	Regularização de dívidas por ordem Tesouro	1.604,59	0,00	1.604,59
268	Devedores e credores diversos	117.889,13	1.797.471,09	1.915.360,22
Total da despesa de de fundos alheios:		54.814.761,05	6.039.323,51	60.854.084,56
23	Empréstimos obtidos	0	13.365.777,40	13.365.777,40
272	Custos Diferidos	0	0	0,00
28	Empréstimos concedidos (Concessão)	0	0	0,00
312	Mercadorias	0	0	0,00
3161	Produtos farmacêuticos	130.558,89	5.715.050,15	5.845.609,04
3162	Material de consumo clínico	71.145,68	2.290.284,82	2.361.430,50
3163	Produtos alimentares	1.043,79	370,00	1.413,79
3164	Material de consumo hoteleiro	94.020,50	80.907,78	174.928,28
3165	Material de consumo administrativo	102.228,11	68.863,17	171.091,28
3166	Material de manutenção e conservação	26.973,58	49.635,69	76.609,27
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
Total da conta de compras:		425.970,55	8.205.111,61	8.631.082,16
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas	71.756,93	329.758,67	401.515,60
43	Imobilizações incorpóreas	13.337,44	0,00	13.337,44
44	Imobilizações em curso	10.332,00	0,00	10.332,00
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Total da conta de imobilizações:		95.426,37	329.758,67	425.185,04
6211	Assistência ambulatoria	0,00	0,00	0,00
6212	Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
6213	Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6214	Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
6215	Internamentos	0,00	0,00	0,00
6216	Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
6217	Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6218	Trabalhos executados no exterior	482.250,03	2.378.715,33	2.860.965,36
6219	Outros sub-contratos	0,00	0,00	0,00
Total da conta de subcontratos:		482.250,03	2.378.715,33	2.860.965,36
6221	Fornecimentos e serviços I	997.454,84	1.107.524,03	2.104.978,87
6222	Fornecimentos e serviços II	2.520.961,14	2.543.546,77	5.064.507,91
6223	Fornecimentos e serviços III	1.633.736,44	3.157.656,54	4.791.392,98
6229	Outros serviços	85.115,37	116.695,95	201.811,32
Total da conta de Fornec. Serviç. Terceiros:		5.237.267,79	6.925.423,29	12.162.691,08

Fluxos Financeiros de Despesa

Janeiro a Dezembro de 2011

Em Euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Pagos	Em dívida	Total
63	Transferências corrent. conc. e prest. sociais	0	0,00	0,00
641	Remunerações dos órgãos directivos	342.156,68	19.946,50	362.103,18
6421	Remunerações base do pessoal	16.050.236,84	1.469.408,01	17.519.644,85
6422	Suplementos de remunerações	6.414.989,95		6.414.989,95
6423	Prestações sociais directas	58.316,78	6.691,20	65.007,98
6424	Subsidio de férias e natal	1.576.320,65	193.794,48	1.770.115,13
6425	Prémios de desempenho:	0		0,00
643	Pensões	456.380,94	94.316,75	550.697,69
645	Encargos sobre remunerações	3.871.634,28	701.262,38	4.572.896,66
646	Seguros e acidentes no trabalho	32.592,29	8.467,77	41.060,06
647	Encargos sociais voluntários	121.091,39	0,00	121.091,39
648	Outros custos com pessoal	116.317,06	5.099,11	121.416,17
	Total da conta de despesas com pessoal:	29.040.036,86	2.498.986,20	31.539.023,06
65	Outros custos e perdas operacionais	11.992,45	60,00	12.052,45
68	Custos e perdas financeiras	28.606,89	271.711,89	300.318,78
691	Transferências de capital concedidas	0	0	0,00
693	Perdas em existências	0	0	0,00
694	Perdas em imobilizações	0	0	0,00
695	Multas e penalidades	1.126,70	2.250,00	3.376,70
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	0,00
	Total conta custos/perdas extraordinários:	1.126,70	2.250,00	3.376,70
86	Imposto s/ rendimento do exercício(PC)			
	IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:	90.137.438,69	40.017.117,90	130.154.556,59
69764	C.R.E.A. - Despesas com pessoal	4.046.124,18	0,00	4.046.124,18
697...	C.R.E.A. - Outros	10.539.826,50	1.361.256,98	11.901.083,48
	V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES:	14.585.950,68	1.361.256,98	15.947.207,66
	Caixa	2.332,27		2.332,27
	DEPÓSITOS INSTIT. FINANCEIRAS:			0,00
	Depósitos à ordem	193.374,73		193.374,73
	Depósitos a prazo	0		0,00
	Outros Depósitos	1.020.384,09		1.020.384,09
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:			
	OUTRAS APLICAÇ. TESOURARIA:	2.000.000,00		2.000.000,00
	VI - SALDO FINAL:	3.216.091,09		3.216.091,09
	TOTAL GERAL:	107.939.480,46	41.378.374,88	149.317.855,34

Mapas de controlo orçamental

Mapa de controlo do orçamento de compras

Mapa de controlo do orçamento económico – custos e perdas

Mapa de controlo do orçamento económico – proveitos e ganhos

Mapa de controlo do orçamento de investimentos



Mapa de Controlo do Orçamento de Compras

Janeiro a Dezembro de 2011

Em euros

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
	COMPRAS:					
312	Mercadorias					
	PRODUT. FARMACÊUTICOS:					
31611	Medicamentos	4.511.566,91	4.293.505,76	4.293.505,76	4.275.204,08	127.391,73
31612	Reagentes e prod. diag. rápido		1.381.121,89	1.381.121,89	1.359.862,48	3.494,27
31619	Outros produtos farmacêuticos	1.577.983,07	212.616,00	212.616,00	211.631,48	53,32
3162	Material de consumo clínico	2.819.660,45	2.418.705,16	2.418.705,16	2.361.430,50	71.678,71
3163	Produtos alimentares	8.289,11	1.458,41	1.458,41	1.413,79	1.027,76
3164	Material consumo hoteleiro.	202.767,47	185.259,18	185.259,18	174.928,28	94.417,64
3165	Material consumo administrativo.	188.356,12	174.387,40	174.387,37	171.091,28	102.427,07
3166	Material manutenção e conservação	117.905,16	82.878,13	82.878,13	76.609,27	27.080,36
3169	Outro material de consumo					
	TOTAL DAS COMPRAS:	9.426.528,29	8.749.931,93	8.749.931,90	8.632.171,16	427.570,86
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	0,00			110.495,41	
318	DESCONT. ABATIM. COMPRAS.	0,00			54.082,58	
	TOTAL GERAL:	9.426.528,29	8.749.931,93	8.749.931,90	8.467.593,17	427.570,86

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

Janeiro a Dezembro de 2011

Em euros

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONS.:					
612	Mercadorias					
6161	Produtos farmacêuticos	6.038.060,63			5.808.274,63	
6162	Material de consumo clínico	2.494.776,16			2.365.220,22	
6163	Produtos alimentares	8.293,29			1.413,60	
6164	Material consumo hoteleiro	203.341,03			171.546,10	
6165	Material consumo administrativo	189.119,08			189.917,74	
6166	Material manutenção/conservação	91.709,52			75.590,50	
6169	Outro material de consumo					
	Total da conta 61	9.025.299,71	0,00	0,00	8.611.962,79	0,00
	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
	Sub contractos:					
6211	Assistência ambulatoria					
	Meios complement. diagnóstico:					
62121	Patologia clínica					
62122	Anatomia patológica					
62123	Imagiologia					
62124	Cardiologia					
62125	Electroencefalografia					
62126	Medicina nuclear					
62127	Endoscopia Gástrica					
62128	Pneumologia / Imunoalergologia					
62129	Outros					
	Total da conta 6212	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

Janeiro a Dezembro de 2011

Em euros

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
	Meios complement. terapêutica:					
62131	Hemodiálise					
62132	Medicina física e reabilitação					
	Total da conta 6213	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6214	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.					
6215	Internamentos					
6216	Transporte de doentes					
6217	Aparelhos complem. Terapêutica					
	Trabalhos executados exterior:					
	Em entidades Ministério Saúde:					
621811	Assistência ambulatoria	31.163,70	38.207,83	38.207,83	15.131,20	0,00
621812	Meios Complem. Diagnóstico	235.055,87	603.427,60	613.336,16	289.395,04	45.300,40
621813	Meios Complem. Terapêutica	342.596,40	582.107,88	582.107,88	374.270,20	94.748,00
621814	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621815	Internamentos e Transportes de Doentes	0,00	62.365,41	62.365,41	9.184,58	0,00
621819	Outros Trabalhos Exec. Exterior	0,00	166,40	166,40	166,40	0,00
	Total da conta 62181	608.815,97	1.286.275,12	1.296.183,68	688.147,42	140.048,40
	Em outras entidades:					
621891	Assistência ambulatoria	258,34	5.241,44	5.241,44	62,43	35,00
621892	Meios Complem. Diagnóstico	1.432.578,43	2.383.070,89	2.382.710,88	1.206.087,76	102.400,48
621893	Meios Complem. Terapêutica	68.249,06	169.490,29	169.490,29	76.825,19	0,00
621894	Produtos vendidos p/farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621895	Internamentos e Transportes de Doentes	439.940,87	782.764,13	782.761,13	407.223,91	239.905,51
621896	Aparelhos Complem. Terapêutica		0,00	0,00	0,00	0,00
621897	Assistência no estrangeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
621898	Termalismo Social		0,00	0,00	0,00	0,00
621899	Outros Trabalhos Exec. Exterior		0,00	0,00	368,62	0,00
	Total da conta 62189	1.941.026,70	3.340.566,75	3.340.203,74	1.690.567,91	342.340,99
	TOTAL DA CONTA 6218	2.549.842,67	4.626.841,87	4.636.387,42	2.378.715,33	482.389,39
6219	Outros subcontratos					
	Fornecimentos e serviços:					
6221	Fornecimentos I	1.021.467,82	1.817.844,79	1.817.579,60	1.107.524,03	921.067,07
6222	Fornecimentos e serviços II	3.062.133,30	2.715.996,50	2.715.996,48	2.543.546,77	2.505.177,72
6223	Fornecimentos e serviços III	2.703.024,22	5.596.747,07	5.597.173,44	3.157.656,54	1.658.765,17
6229	Outros fornecimentos e serviços	108.896,34	210.479,48	210.458,15	116.695,95	82.702,53
	Total da conta 622:	6.895.521,68	10.341.067,84	10.341.207,67	6.925.423,29	5.167.712,49
	Total da conta 62:	9.445.364,35	14.967.909,71	14.977.595,09	9.304.138,62	5.650.101,88

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

Janeiro a Dezembro de 2011

Em euros

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
63	Transferênc. Corrent. conced./Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas com o Pessoal					
	Remunerações órgãos directivos					
6411	Remunerações base	271.782,76	219.411,50	219.411,50	239.358,00	219.411,50
6412	Subsidio férias e natal	3.827,92	20.187,38	20.187,38	20.187,38	20.187,38
6413	Suplementos de remunerações	107.181,93	102.557,80	102.557,80	102.557,80	102.557,80
6414	Prestações sociais directas	0,00	4.440,24	4.440,24	0,00	4.440,24
6419	Outras remunerações		0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 641:	382.792,61	346.596,92	346.596,92	362.103,18	346.596,92
	Remunerações base do Pessoal					
64211	RCTFP por tempo indeterminado	10.983.047,38	9.478.104,75	9.478.104,75	10.320.224,17	9.478.104,75
64212	Pessoal c/contracto a termo Resolutivo	1.021.906,22	979.638,11	979.638,11	1.063.643,50	979.638,11
64213	Pessoal em Reg. Contrato Individual Trabalho	5.685.305,04	5.533.685,85	5.533.685,85	6.071.521,33	5.533.685,85
64214	Pessoal em qualquer outra situação	49.679,84	58.808,13	58.808,13	64.255,85	58.808,13
	Total da conta 6421:	17.739.938,48	16.050.236,84	16.050.236,84	17.519.644,85	16.050.236,84
	Suplementos Remuneratórios					
642211	Horas extraordinárias	2.456.848,77	2.218.653,18	2.218.653,18	2.154.458,80	2.218.653,18
642212	Prevenções	52.835,34	160.407,53	160.407,53	184.280,69	160.407,53
642221	Noites e suplementos	1.538.676,70	1.696.268,53	1.696.268,53	1.698.361,02	1.696.268,53
642222	Subsidio de turno		0,00	0,00	0,00	0,00
64223	Abono para falhas	3.031,34	2.872,48	2.872,48	2.872,48	2.872,48
64224	Subsidio de refeição	1.020.465,61	1.016.850,51	1.016.850,51	1.016.850,51	1.016.850,51
64225	Ajudas de custo	8.701,85	7.719,05	7.719,05	7.719,05	7.719,05
64226/7	Vestuário, artig pes, alim e alojamento		0,00	0,00	0,00	0,00
642281	SIJIC	625.000,00	701.249,78	701.249,78	653.220,94	701.249,78
642282 a g	Outros Suplementos	525.511,30	610.968,89	610.968,89	610.968,89	610.968,89
	Total da conta 6422:	6.231.070,91	6.414.989,95	6.414.989,95	6.328.732,38	6.414.989,95
6423	Prestações sociais directas	241.052,00	77.052,26	77.052,26	65.007,98	58.316,78
6424	Subsidio férias e natal	3.082.686,88	1.576.320,65	1.576.320,65	1.770.115,13	1.576.320,65
6425	Prémios de Desempenho		0,00	0,00	0,00	0,00
643	Pensões	758.195,19	39.041,68	39.041,68	550.697,69	39.041,68
645	Encargos s/remunerações	4.101.100,28	4.232.489,98	4.232.489,98	4.572.896,66	3.525.366,41
646	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	36.481,77	89.521,67	89.521,67	41.060,06	32.592,29
647	Encargos sociais voluntários	136.159,16	121.091,39	121.091,39	121.091,39	121.091,39
648	Outros custos com pessoal	99.510,55	120.739,51	120.739,51	121.416,17	107.317,06
	Total da conta 64:	32.808.987,83	29.068.080,85	29.068.080,85	31.452.765,49	28.271.869,97
65	Outros custos operacionais	19.864,99	12.370,45	12.370,44	12.052,45	11.950,30
66	Amortizações do exercicio	1.862.064,86			1.670.174,70	
67	Provisões do exercicio	85.000,00			322.261,04	
68	Custos e perdas financeiras	391.472,22	20.996,68	20.996,05	300.318,78	17.609,10
	Custos e perdas extraordinários:	691.895,24	318.721,08	320.105,52	1.425.617,82	14.604.598,37
691	Transferências de Capital Concedidas				0,00	
692	Dívidas Incobráveis	13.837,90			37.293,56	
693	Perdas em existências	6.918,95			11.687,42	
694	Perdas em imobilizações	10.378,42			12.003,16	
695	Multas e penalidades	3.459,50	3.376,75	3.376,75	3.376,70	1.126,70
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	
697	Correcções relat exerc anteriores	657.300,47	315.344,33	316.728,77	1.361.256,98	14.603.471,67
698	Outros custos e perd extraordin					
	Total da conta 69:	691.895,24	318.721,08	320.105,52	1.425.617,82	14.604.598,37
	TOTAL GERAL :	54.329.949,20	44.388.078,77	44.399.147,95	53.099.291,69	48.556.129,62

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Proveitos e Ganhos)

Janeiro a Dezembro de 2011

Em euros

Código	Designação	ORÇAMENTADO	EMITIDO	COBRADO
	Vendas e prestações de serviços:			
711	Vendas			
	Prestações de Serviços SNS Contrato Programa	47.007.744,37	46.171.244,41	40.106.232,49
71211	Internamento	20.174.181,06	19.451.176,06	17.738.140,58
71212	Consulta	11.525.082,24	11.513.369,28	10.489.392,72
71213	Urgência / S.A.P.	6.634.289,34	6.586.805,29	5.970.110,05
71214	Quartos particulares	0,00	0,00	
71215	Hospital de dia	317.164,87	314.587,95	277.017,73
712161	Meios Complementares de diagnóstico.	0,00	0,00	
712162	Meios Complementares de terapêutica	0,00	0,00	
71218	Outras Prestações de Serviços de Saúde	8.357.026,86	8.305.305,83	5.631.571,41
71219	Outras Prestações de Serviços	0,00	0,00	
	Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis	2.480.250,00	2.494.666,42	814.385,59
71221	Internamento	452.500,00	430.012,78	63.378,60
71222	Consulta	40.000,00	35.494,92	11.740,10
71223	Urgência / S.A.P.	895.000,00	802.480,41	206.397,72
71224	Quartos particulares	165.000,00	161.688,14	85.327,84
71225	Hospital de dia	35.000,00	0,00	0,00
712261	Meios Complementares de diagnóstico.	88.000,00	138.011,81	0,00
712262	Meios Complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
71227	Taxas moderadoras	675.000,00	839.501,13	447.541,33
71228	Outras Prestações de Serviços de Saúde	4.750,00	1.986,73	0,00
71229	Outras prestações de serviços	125.000,00	85.490,50	0,00
	Total da conta 712:	49.487.994,37	48.665.910,83	40.920.618,08
72	Impostos e taxas			
73	Proveitos suplementares	61.917,42	51.994,32	21.252,60
	Transferências e subsídios correntes obtidos:			
741	Transferências - Tesouro		0,00	0,00
	Transferências correntes obtidas:	11.040,39		
7421	Da ACSS	11.040,39		
7422	Do P.I.D.D.A.C.			
7423	EU - Fundos Comunitários Proj não co-financiados			
7424	Quotas de Financiamento			
7429	Outras transferências correntes obtidas			
743	Subsid. correntes obtidos - O. entes públicos		6.249,07	6.249,07
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades		0,00	0,00
	Total da conta 74:	11.040,39	6.249,07	6.249,07
75	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	Outros proveitos e ganhos operacionais:			
762	Reembolsos	383.927,05	616.445,72	26.769,79
763	Produtos de fabricação interna		0,00	0,00
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado		0,00	0,00
769	Outros	5.909,71	372,40	315,00
	Total da conta 76:	389.836,76	616.818,12	27.084,79
78	Proveitos e ganhos financeiros	55.000,00	57.176,79	24.741,10
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.017.901,35	1.277.857,07	322.786,23
	TOTAL GERAL:	51.023.690,29	50.676.006,20	41.322.731,87

Mapa de Controlo do Orçamento de Investimentos

Janeiro a Dezembro de 2011

Em euros

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS/COBRADAS
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
421	Terrenos e recursos naturais					
422	Edifícios e outras construções	1 550 000,00	257.866,72	257.866,72	241.900,42	17.097,73
423	EQUIPAMENTO BÁSICO:					
4231	Médico-cirúrgico	150 000,00	34.660,89	34.660,89	41.029,00	778,59
4232	De imagiologia		698,26	698,26	698,25	698,25
4233	De laboratório		0,00	0,00	0,00	0,00
4234	Mobiliário hospitalar	50 000,00	20.050,95	20.050,95	7.715,45	13.925,45
4235	De desinfeção e esterilização	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4236	De hotelaria	25 000,00	8.370,87	8.370,87	6.418,62	6.211,13
4239	Outro	250 000,00	43.877,11	43.877,11	31.378,12	4.139,77
	Total da conta 423:	500.000,00	107.658,08	107.658,08	87.239,44	25.753,19
424	De transporte		0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios		34,51	34,51	34,51	34,51
426	EQUIPAM. ADMINISTRATIVO e INFORMÁTICO					
4261	Equipamento administrativo	30 000,00	15.636,97	15.636,97	14.234,04	6.306,61
4262	Equipamento informático	575 000,00	74.857,25	74.857,25	64.011,20	22.571,57
	Total da conta 4.2.6:	605.000,00	90.494,22	90.494,22	78.245,24	28.878,18
427	Taras e vasilhame					
429	Outras					
	Total de Imobilizações Corpóreas	2.655.000,00	456.053,53	456.053,53	407.419,61	71.763,61
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
43	Imobilizações incorpóreas	100 000,00	24.644,97	24.644,97	13.337,44	13.337,44
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:					
	Imobilizações em curso	2 460 000,00	21.163,34	21.163,34	4.428,00	10.332,00
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
45	Bens de domínio público					
	TOTAL GERAL :	5.215.000,00	501.861,84	501.861,84	425.185,05	95.433,05

Santo Tirso, 30 de Março de 2012

Pel' O Conselho de Administração

(Dr. José Dias) (Eng.Victor Boucinha) (Dr.Ivo Sá Machado) (Dr. Luis Costa) (Drª Helena Rodrigues) (Enfª Deolinda Vale)

Presidente

Vogal

Vogal

Vogal

Directora Clínica

Enfª.Directora

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Introdução

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, pessoa colectiva nº 508 093 937, com sede no Largo Domingos Moreira, concelho de Santo Tirso, foi criado pelo Decreto – Lei nº. 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, por fusão do Hospital Conde de São Bento – Santo Tirso com o Hospital São João de Deus, E P E de Vila Nova de Famalicão.

Constitui uma entidade pública empresarial integrada no Serviço Nacional de Saúde, e agrega as duas referidas unidades hospitalares, tendo por objecto a prestação de cuidados de saúde de acordo com o seu grau de diferenciação e o seu posicionamento no contexto do Serviço Nacional de Saúde.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

Os valores indicados são expressos em Euros.

8.1.1 – Identificação:

CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO AVE, E P E
Largo Domingos Moreira
4780 – 371 SANTO TIRSO
Telef. 252 830 700 Fax: 252 858 986
NIPC 508 093 937
CAE nº. 85110

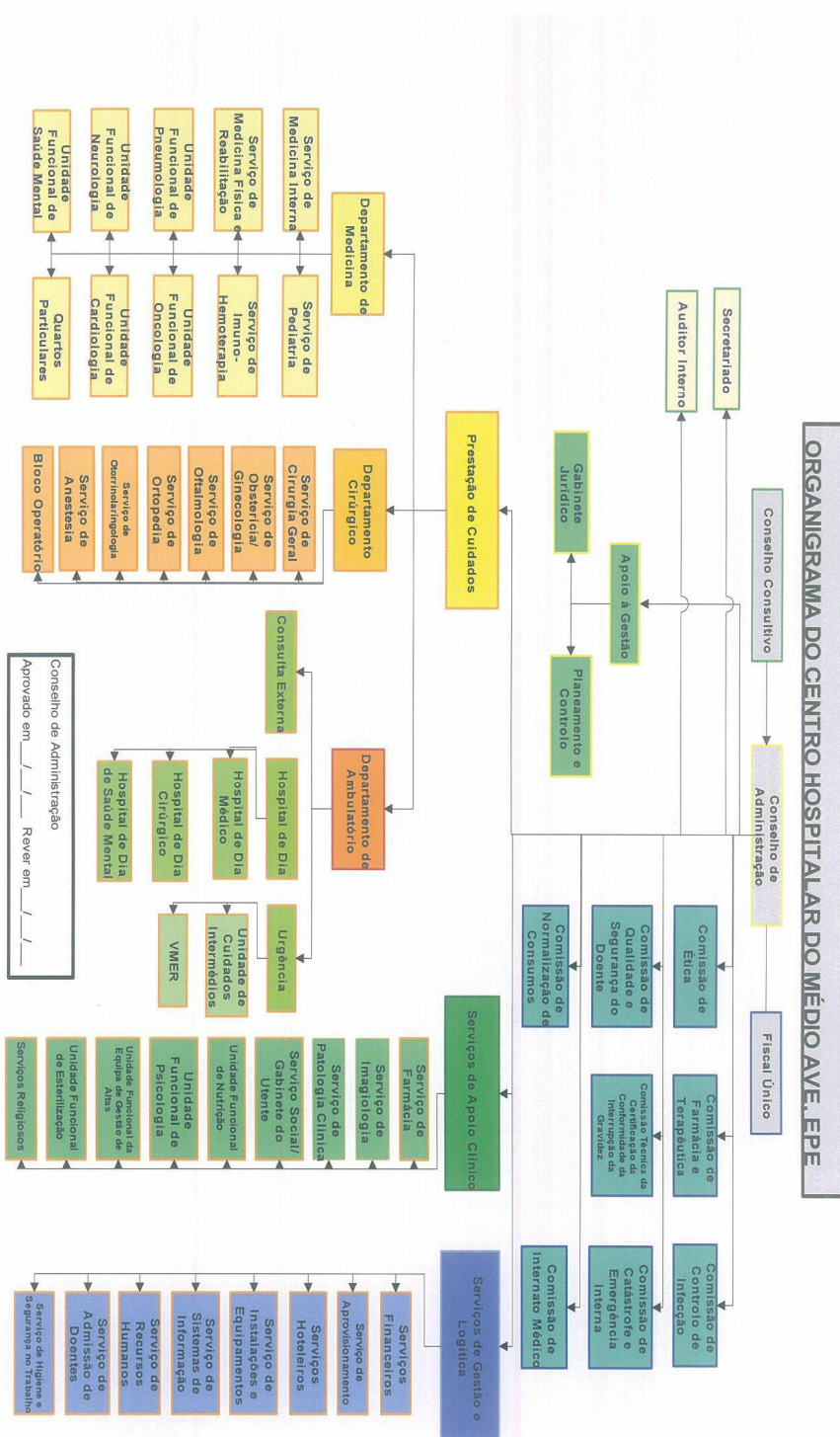
Regime: Aplica-se, com as necessárias adaptações, o regime jurídico, financeiro e de recursos humanos, constante dos capítulos II, III e IV do Decreto-Lei nº. 233/2005, de 29 de Dezembro.

8.1.2 – Legislação:

- Decreto- Lei nº. 50-A/2007 de 28 de Fevereiro;

E demais legislação aplicável às entidades públicas de natureza empresarial.

8.1.3 – Estrutura organizacional efectiva:



8.1.4 - Descrição sumária das actividades.

É um Estabelecimento de Saúde que presta cuidados de urgência, em ambulatório e em regime de internamento.

8.1.5 - Recursos humanos.

O quadro pessoal do Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE apresentava em 31/12/2011 um total de 1 120 Efectivos e 215 Prestadores de Serviços.

Regime: Contrato em Funções Públicas por tempo indeterminado

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
5	78	3	7	0	2	224	0	46	0	1	0	88	129	9	0

Regime: Contrato em Funções Públicas a termo resolutivo certo

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Regime: Contrato por tempo indeterminado no âmbito do código do trabalho

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
4	67	9	9	4	0	119	0	33	0	1	0	36	151	0	0

Regime: Contrato a termo resolutivo certo no âmbito do código do trabalho

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
0	1	0	2	0	0	21	0	1	0	0	0	2	3	0	0

Regime: Contrato a termo resolutivo incerto no âmbito do código do trabalho

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	8	0	0

Regime: Comissão de serviço no âmbito do Código de Trabalho

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
3															

Regime: Comissão de serviço no âmbito da LVCR

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Regime: Prestadores de Serviços (Tarefa)

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
0	184	1	0	0	0	27	0	3	0	0	0	0	0	0	0

Regime: Prestadores de Serviços (Avença)

Dirige	Médico	T.S.Saud	Tec.Sup.	Inform	Doc./Inv	Enferm	Tec.	Tec.D.Te	Téc.P	Relig	Chefia	Admist.	Ass.Oper	Oper.	Out
0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

LISTAGEM DE ORGÃOS/ DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DIRECTORES DE DEPARTAMENTO/SERVIÇO/RESPONSÁVEIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME	CARGO
	<ul style="list-style-type: none"> - Dr.ª José Maria Dias - Engº. Victor Manuel Oliveira Araújo Boucinha - Dr. Luis Manuel Pereira de Almeida - Drª. Maria Helena Rodrigues - Drª. Deolinda Maria Correia do Vale - Dr. Silvestre Ivo Sá Machado 	<ul style="list-style-type: none"> Presidente Vogal Executivo Vogal Executivo Directora Clínica Enfermeira Directora Vogal Executivo

DEPARTAMENTO	NOME	CARGO
• MEDICINA	- Dr.ª Maria Manuel Aguiar - Enf.ª Maria José Carneiro Ribeiro Maia - Dr.ª Maria de Fátima Figueiredo Marques	Directora Departamento Enfermeira Responsável Depart. Administradora Departamento
• CIRURGICO	- Dr. Mário Rogério Dias Oliveira Peixoto - Enf.ª Maria Teresa Dias L. B. Bacelar Fonseca - Dr.ª Cristina Maria S. C. Farinha Mourão	Director Departamento Enfermeira Responsável Depart. Administradora Departamento
• AMBULATÓRIO	- Dr.ª Maria de Fátima Campos Figueiredo - Enf.ª Maria José Rego Mendes Ribeiro - Dr. Luís Filipe Fernandes Almeida Pereira	Directora Departamento (Demitiu-se em 28/03/2011) Enfermeiro Responsável Depart. Administrador Departamento

• ANESTESIOLOGIA	- Dr.ª Maria Armanda Moreira Sousa Coelho	Directora Serviço
• BLOCO OPERATORIO	- Dr.ª Maria Armanda Moreira Sousa Coelho - Dr. José Manuel Duarte Pinheiro Cardoso	Directora Serviço Director Serviço
• CARDIOLOGIA	- Dr.ª Maria de Lurdes Costa Pimentel	Responsável Serviço
• CIRURGIA AMBULATÓRIO	- Dr. Acácio Silva Figueiredo - Dr.ª Maria de Fátima Campos Figueiredo	Director Serviço Directora Serviço
• CIRURGIA	- Dr. Acácio da Silva Figueiredo - Dr. Eduardo Pinto de Almeida	Director Serviço Director Serviço

• CONSULTA EXTERNA	- Dr. Augusto Fernando Oliveira Duarte - Dr. Manuel José Teixeira Rodrigues	Director Serviço Director Serviço
• GINECOLOGIA /OBSTETRÍCIA	- Dr.ª Margarida Maria Espiga Macedo Seabra - Dr.ª Maria Helena Coelho C. Gomes Boneco	Directora Serviço Responsável Serviço
• HOSPITAL DIA • ONCOLOGIA	- Dr.ª Marta Helena Oliveira Novais Silva	Responsável Serviço
• HIGIENE SEGURANÇA NO TRABALHO	- Eng. Nuno Alberto V. C. Carvalho	Responsável Serviço
• SAÚDE OCUPACIONAL	- Dr.ª Graça Maria Fonseca S. Martinho	Responsável Serviço
• IMAGIOLOGIA	- Dr.ª Helena Maria Guedes Homem de Melo - Dr.ª Cristiana Rodrigues Marques	Directora Serviço Administradora Serviço
• IMUNOHEMOTERAPIA	- Dr.ª Inês Maria Carneiro Fontes - Dr.ª Maria de Fátima Figueiredo Marques - Gisela Mariana Rego Moreira	Directora Serviço Administradora Serviço Coordenadora
• MED. FÍSICA REAB.	- Dr. Alexandre Gomes Azevedo Reis - Dr. Antero José S. Frias Moreira	Director Serviço Responsável Serviço

• MEDICINA INTERNA	- Dr. Augusto Fernando Oliveira Duarte - Dr. Mário Jorge Bessa Fernandes Coelho	Director Serviço Director Serviço
• OFTALMOLOGIA	- Dr. João Manuel Quelhas Agulha	Director Serviço
• ORTOPEDIA	- Dr. Vítor Manuel Silva Santos - Dr. Joaquim de Araújo Faria Vilas Boas	Director Serviço Responsável Serviço
• OTORRINO	- Dr.ª Ana Paula Ribeiro	Responsável Serviço
• PATOLOGIA CLÍNICA	- Dr.ª Helena Maria F. Ferreira Silva - Dr.ª Laurentina Maria Silva Ferreira Guedes - Dr.ª Maria de Fátima Figueiredo Marques - Gisela Mariana Rego Moreira	Directora Serviço Responsável Serviço Administradora Serviço Coordenadora
• PEDIATRIA	- Dr. José Manuel Gonçalves Oliveira - Dr. Álvaro Rui Miranda Sousa	Director Serviço Responsável Serviço
• QUARTOS PARTICULARES	- Dr. Augusto Fernando Oliveira Duarte	Director Serviço
• PNEUMOLOGIA	- Dr.ª Maria Augusta Fernandes Machado	Responsável Serviço
• ENDOSCOPIAS DIGESTIVA	- Dr.ª Helena Lomba Viana	Coordenadora

• URGÊNCIA - UFM	- Dr. Francisco José Pereira Sampaio	Director Serviço
• URGÊNCIA – UST	- Dr. Francisco José Pereira Sampaio	Director Serviço
• SU – UN. CUID. INTERMÉDIOS	- Dr. Manuel José Teixeira Rodrigues	Coordenador
• PSICOLOGIA CLÍNICA	- Dr.ª Sandra Susana Neves Santos	Responsável Serviço
• NUTRIÇÃO	- Dr. João Pedro Tente Albuquerque	Responsável Serviço
• FARMÁCIA	- Dr.ª Carla Cristina Moreira Melo - Dr.ª Ana Maria Pereira Cruz	Directora Serviço Responsável Serviço
• SERVIÇO SOCIAL E GAB. UTENTE	- Dr.ª Aurora Maria Martins Cunhal - Dr.ª Maria Júlia Silva Lopes Fonseca	Coordenadora Serviço Coordenadora Serviço
• ESTERELIZAÇÃO	- Enf. Jorge Augusto Sousa Carvalho	Coordenador Serviço
• ACESSO INFORMAÇÃO	- Dr.ª Maria de Fátima Campos Figueiredo	Responsável
• GEST.QUALIDADE	- Enf. António Carlos Santos Esteves	Responsável
• GESTÃO RISCO CLÍNICO E NÃO CLÍNICO / PLANO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	- Dr. Jorge Manuel Mira Nobre Mourão	Responsável

8.1.6 – Organização contabilística

- a) O CHMA, E P E, dispõe de Manual de Procedimentos Contabilísticos;
- b) Livros de Registos legalmente exigidos;
- c) O arquivo é mantido de acordo com os procedimentos legais em vigor e as normas internas estabelecidas para o efeito;
- d) O Sistema Informático existente no CHMA, E P E é o SIDC, aplicação desenvolvida pela ACSS;
- e) O CHMA, trimestralmente produz o Relatório Trimestral de Execução Orçamental que remete para a Direcção Geral das Finanças;
- f) Não existe descentralização Contabilística.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

8.2.1 – As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) e não são incluídas as não aplicáveis.

8.2.3 – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes e de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria 671/2000 de 17 de Abril.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, à excepção da avaliação dos bens móveis da unidade de Famalicão que não constavam do imobilizado do Hospital de S. João de Deus, EPE aquando da empresarialização dessa entidade do Sector Público Administrativo em Sociedade Anónima de acordo com o disposto no Artº.7º. do Dec.-Lei294/2002 de 11 de Dezembro. As amortizações são calculadas de acordo com a legislação fiscal, sendo utilizado o método das quotas constantes, aplicando a taxas máximas da Portaria 671/2000 de 17 de Abril, seguindo o critério para início de amortização correspondente à data de aquisição do bem.

c) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

d) Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros encontram-se devidamente balanceadas pelo seu valor esperado de realização. As provisões para cobrança duvidosa foram calculadas de acordo com a antiguidade de saldos e aplicando as taxas máximas fiscalmente aceites, tendo sido parcialmente anuladas por se manter a expectativa de recebimento dos respectivos saldos.

e) Acréscimos e Diferimentos

O registo dos custos relativos à rubrica Acréscimos e Diferimentos teve por base a sua imputação aos exercícios a que respeitam.

8.2.6 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento

Contém os valores despendidos com projectos de reestruturação e certificação de serviços.

8.2.7 – Movimentos do Activo Imobilizado

Movimentos do activo imobilizado e respectivas Amortizações e Ajustamentos a Valores do Activo, de acordo com os quadros seguintes:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavali-ção/Ajust.	Aumentos	Alienações	Tranferência Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação	79.727,70					79.727,70
Desp. Invest.Desenvolvim.	163.349,67		13.337,44			176.687,11
Prop. Ind. Outros Direitos						
Trespases						
Imobilizações em Curso	1.711.123,23		0,00		-93.112,83	1.618.010,40
Adiant.						
P/Con.Imob.Incorp.						
	1.954.200,60	0,00	13.337,44	0,00	-93.112,83	1.874.425,21
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e Rec. Naturais						
Ed. e Outras Construções:	12.942.307,11		241.900,42		62.048,43	13.246.255,96
Equip. Básico	13.503.827,11		87.239,44		-6.380,85	13.584.685,70
Equip. de Transporte	125.422,99		0,00		0,00	125.422,99
Ferramentas e Utensílios	22.830,93		34,50		0,00	22.865,43
Equip. Adm.e Informática	5.446.138,00		78.245,24		25.442,09	5.549.825,33
Taras e Vasilhame	0,00					0,00
Outras Imob. Corpóreas	838.626,25		0,00		0,00	838.626,25
Imobilizações em Curso	0,00		4.428,00			4.428,00
Adiant. p/conta Imob.						
Corp.						
	32.879.152,39	0,00	411.847,60	0,00	81.109,67	33.372.109,66

Amortizações e Ajustamentos para Valores do Activo

	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	65.113,07	14.614,63	0,00	79.727,70
Desp. Invest.Desenvolvimento	110.727,21	35.680,14	0,00	146.407,35
Prop. Ind. Outros Direitos				
Trespases				
	175.840,28	50.294,77	0,00	226.135,05
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Rec. Naturais				
Ed. e Outras Construções	3.997.262,14	155.998,91	0,00	4.153.261,05
Equip. Básico	10.514.900,20	789.584,41	0,00	11.304.484,61
Equip. de Transporte	110.713,22	3.738,93	0,00	114.452,15
Ferramentas e Utensílios	19.732,25	1.080,69	0,00	20.812,94
Equip. Administrativo	4.188.577,47	606.280,94		4.794.858,41
Taras e Vasilhame				0,00
Outras Imob. Corpóreas	632.464,82	63.196,06	0,00	695.660,88
	19.463.650,10	1.619.879,94	0,00	21.083.530,04
Investimentos Financeiros:				
Títulos e Outras Apl. Financeiras				
Outros Empréstimos Concedidos				

8.2.12 – Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Foram imobilizados bens em edifícios de propriedade alheia no valor total de 13 246 255,97 € sendo o valor de 8 510 850,45 € da Unidade de Famalicão pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de V. N. de Famalicão e o valor de 4 735 405,52 € da Unidade de Santo Tirso pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso.

8.2.17 – Outras Aplicações De Tesouraria

Os valores constantes no balanço referem-se a 5 unidades de participação no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do Serviço Nacional de Saúde (Regulamento de gestão do fundo de acordo com a portaria nº 1369-A/2009 de 28 de Novembro) e 1 500 000,00 € em certificados especiais de dívida de curto prazo no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. e constam do seguinte quadro:

Outras Aplicações de Tesouraria

	Saldo Inicial	Reforço	Resgate	Saldo Final
Fundo de Apoio Sistema de Pagamento - SNS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Outros Fundos Imobiliários - CEDIC	5.000.000,00	15.023.889,53	18.523.889,53	1.500.000,00

8.2.22 – Valores globais das existências que se encontram fora das instituições:

As existências que se encontram em poder de terceiros são no valor de 265,00 € que corresponde à factura nº.2835013364 de 30/12/2011 da Empresa TEVA.

8.2.23 – Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2011, as dívidas de cobrança duvidosa de clientes totalizaram 851 655,40 €.

8.2.31 – Provisões

Desdobramento das contas de provisões acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existência:				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
Produtos e trabalhos em curso				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos acabados e intermédios				
Mercadorias				
Dividas de terceiros:				
Clientes c/c				
Clientes – Títulos a receber				
Clientes de cobrança duvidosa	341.087,15	313.456,29		654.543,44
Empresas do grupo				
Empresas participadas e participantes				
Outros accionistas (sócios)				
Estado e outros entes públicos				
Outros devedores				
Subscritores de capital				
Títulos negociáveis:				
Ações em empresa do grupo				
Obrigações e títulos de participação em emp.do grupo				
Ações em empresas associadas				
Obrigações e títulos de participação em emp.associadas				
Outros títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria				

8.2.32 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5 “Fundo patrimonial”

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51- Capital	26.642.791,00	0,00	0	26.642.791,00
57 - Reservas				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	32.868,85	0,00	0	32.868,85
578/9 - Outras Reservas				0,00
59 - Resultados Transitados	-29.479.451,08	5.469.582,31	7.009.819,24	-31.019.688,01
				0,00
88 - Resultados Líquidos	-1.540.236,93	1.540.236,93	2.452.137,27	-2.452.137,27
				0,00
89 - Dividendos Antecipados				0,00
				0,00
TOTAL	-4.344.028,16	7.009.819,24	9.461.956,51	-6.796.165,43

8.2.33 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias - Primas Subsidiárias de Consumo
Existências Iniciais		872.663,68
Compras		8.466.485,41
Regularizações Existências		103.076,92
Existências Finais (Em Armazém)		830.263,22
Custos no Exercício	0	8.611.962,79

8.2.35 – Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviço

Conta	Nacional	EU	Outros	TOTAL
Vendas Prestações de serviços	48.665.910,83			48.665.910,83
TOTAL	48.665.910,83			48.665.910,83

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

Custos e Perdas	Exercícios	
	2011	2010
681-Juros Suportados	275.454,35	266.308,64
682-Perdas em Emp.do Grupo e Associadas		
683-Amortizações de Invest.em Imóveis		
684-Provisões para Aplicações Financeiras		
685-Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		
686-Descontos de Pronto Pagamento Concedidos		
687-Perdas na Alienação de Apl. de Tesouraria		
688-Outros Custos e Perdas Financeiras	24.864,43	5.755,41
Resultados Financeiros	-243.141,99	-124.927,61
Total	57.176,79	147.136,44
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2011	2010
781-Juros Obtidos	55.112,80	46.368,30
782-Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas		
783-Rendimentos de Imóveis		
784-Rendimentos de Participações de Capital		
785-Diferenças Câmbio Favoráveis		
786-Descontos Pronto Pagamento Obtidos	1.954,23	2.808,25
787-Ganhos na Alienação de Apl. de Tesouraria		
788-Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	109,76	97.959,89
Total	57.176,79	147.136,44

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios	
	2011	2010
691-Donativos	0,00	0,00
692-Dívidas Incobráveis	37.293,56	701.298,21
693-Perdas em Existências	11.687,42	419,86
694-Perdas em Imobilizações	12.003,16	0,00
695-Multas e Penalidades	3.376,70	918,95
696-Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00	
697-Correc. Relativas a Exercícios Anteriores	1.361.256,98	1.027.122,24
698-Outros Custos e Perdas Extraordinários	0,00	102,40
Resultados Extraordinários	-147.760,75	1.762.996,92
Total	1.277.857,07	3.492.858,58
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2011	2010
791-Restituição de Impostos		
792-Recuperação de Dívidas		
793-Ganhos e Existências	114.764,34	82.329,55
794-Ganhos em Imobilizações	0,00	0,00
795-Benefícios e Penalidades Contratuais	0,00	0,02
796-Reduções de Amortizações e Provisões	8.804,75	2.085.303,72
797-Correc. Relativas a Exercícios Anteriores	271.256,96	211.623,95
798-Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	883.031,02	1.113.601,34
Total	1.277.857,07	3.492.858,58

8.2.39 – Outras informações relevantes

Não aparecem relevadas as responsabilidades que eventualmente possam vir a existir relativamente a encargos com pensões (quota parte correspondente a responsabilidades futuras assumir por parte do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.).

- Acções judiciais em curso contra o Centro Hospitalar

1 - Processo n.º 326/08.5 BEPNF - TAF Penafiel

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR PETICIONADO: 112.473,37Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

OBS.: O processo tem julgamento marcado para o dia 27 de Setembro de 2012.

Poderá o CHMA, E.P.E. ser, em primeira linha, condenado no pagamento, mas em valor substancialmente inferior ao peticionado.

Refira-se que, deduzido o CHMA, E.P.E., nos autos o incidente da intervenção acessória dos médicos intervenientes nos procedimentos clínicos prestados. Pedido este deferido!

Tal permite ao CHMA, E.P.E. exercer o direito de regresso sobre os médicos Chamados nos autos, consubstanciado este, no direito a ser reembolsado do valor em que eventualmente venha, em primeira linha, a ser condenado.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E. ou uma responsabilidade limitada ao risco, em montante a ser definido pelo critério do Tribunal.

2 - Processo n.º 688/08.4 BEPNF - TAF Penafiel

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR PETICIONADO: 228.500,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

OBS.: O processo está ainda em fase pós articulados, não havendo previsão de data para o desfecho do mesmo.

Poderá o CHMA, E.P.E. ser, em primeira linha, condenado no pagamento, mas em valor substancialmente inferior ao peticionado.

Refira-se que, deduzido o CHMA, E.P.E., nos autos o incidente da intervenção acessória dos médicos intervenientes nos procedimentos clínicos prestados. Pedido este deferido!

Tal permite ao CHMA, E.P.E. exercer o direito de regresso sobre os médicos Chamados nos autos, consubstanciado este, no direito a ser reembolsado do valor em que eventualmente venha, em primeira linha, a ser condenado.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E. ou uma responsabilidade limitada ao risco, em montante a ser definido pelo critério do Tribunal.

3 - Processo n.º 2016/10.o BEBRG - TAF de Braga

Unidade Orgânica 1

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR PETICIONADO: 66.495,29 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

OBS.: O processo está ainda em fase de articulados, não havendo previsão de data para o desfecho do mesmo.

Poderá o CHMA, E.P.E. ser, em primeira linha, condenado no pagamento, mas em valor substancialmente inferior ao peticionado.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E. ou uma responsabilidade limitada ao risco, em montante a ser definido pelo critério do Tribunal.

4 - Processo n.º 1061/09.2 BEPRT - TAF do Porto

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR PETICIONADO: 500.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

OBS.: O processo está ainda em fase de articulados, não havendo previsão de data para o desfecho do mesmo.

Poderá o CHMA, E.P.E. ser, em primeira linha, condenado no pagamento, mas em valor substancialmente inferior ao peticionado.

Refira-se que, deduzido o CHMA, E.P.E., nos autos o incidente da intervenção acessória dos médicos intervenientes nos procedimentos clínicos prestados. Pedido este deferido!

Tal permite ao CHMA, E.P.E. exercer o direito de regresso sobre os médicos Chamados nos autos, consubstanciado este, no direito a ser reembolsado do valor em que eventualmente venha, em primeira linha, a ser condenado.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E. ou uma responsabilidade limitada ao risco, em montante a ser definido pelo critério do Tribunal.

5 - Processo n.º 2133/08.6 BELSB - Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos (Sindicato Enfermeiros)

VALOR PETICIONADO: 2.011,73 euros

FUNDAMENTO: Créditos Salariais (Suplementos na situação de Licença de Gravidez de Risco, licença por Maternidade e Total de Horas de Amamentação)

OBS.: O processo está a aguardar sentença sendo previsível nenhuma responsabilidade ser de assacar ao CHMA, EPE.

6 - Processo n.º 195/10.5 BEPNF - TAF de Penafiel

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR PETICIONADO: 610.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

OBS.: O processo está ainda em fase de articulados, não havendo previsão de data para o desfecho do mesmo.

Poderá o CHMA, E.P.E. ser, em primeira linha, condenado no pagamento, mas em valor substancialmente inferior ao peticionado.

Refira-se que, deduzido o CHMA, E.P.E., nos autos o incidente da intervenção acessória dos médicos intervenientes nos procedimentos clínicos prestados. Pedido este deferido!

Tal permite ao CHMA, E.P.E. exercer o direito de regresso sobre os médicos Chamados nos autos, consubstanciado este, no direito a ser reembolsado do valor em que eventualmente venha, em primeira linha, a ser condenado.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E. ou uma responsabilidade limitada ao risco, em montante a ser definido pelo critério do Tribunal.

7 - Processo n.º 139/10.4TBSTS - Tribunal Judicial de Santo Tirso

2º Juízo Cível

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR PETICIONADO: 70.481,24 Euros

FUNDAMENTO: Indemnização por rescisão contratual

OBS.: O processo está ainda em fase pós articulados, não havendo previsão de data para o desfecho do mesmo.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E. ou uma responsabilidade limitada à quantia de Euros 11.600,00.

8 - Processo n.º 553/11.8 BEPNF - TAF de Penafiel

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos

VALOR PETICIONADO: 44 000,00 Euros

FUNDAMENTO: Alegada ilegalidade da passagem da A. à situação de licença sem vencimento de longa duração.

OBS.: O processo está ainda em fase pós articulados, não havendo previsão de data para o desfecho do mesmo.

Afasta-se, assim, a final, qualquer responsabilidade financeira do CHMA, E.P.E.

9 - Processo n.º 14945/11.9 YYLSB – 1.º Juízo – 1.ª. Secção dos Juízos de Execução de Lisboa

NATUREZA DA ACÇÃO: Execução Comum

VALOR PETICIONADO: 58 678,46 Euros

FUNDAMENTO: Cobrança de dívida relativa a fornecimento de serviços

OBS.: Encontra-se penhorado o montante de Euros 64 546,31. O CHMA, EPE é responsável pelo pagamento de tal valor.

10 - Processo n.º 3861/10.1 JVNF – Tribunal Judicial de Santo Tirso

1.º. Juízo Cível

NATUREZA DA ACÇÃO: Execução Comum

VALOR PETICIONADO: 2 776,00 Euros

FUNDAMENTO: Indemnização por cessão vínculo laboral

OBS.: Em sede de Oposição à Execução, foi homologada transacção. A responsabilidade do CHMA, EPE, fixada por sentença é de 3 000,00 Euros, quantia liquidada em 4 prestações mensais, iguais e sucessivas de 750,00 €, cada uma.

11 - Processo n.º 956/01 do 5.º. Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

VALOR PETICIONADO: 399 038,32, acrescido de juros de mora desde 17/10/2001

a) Por ofício datado de 16/11/2009, foi notificada às partes a sentença que julgou a acção parcialmente procedente e condenou o Centro Hospitalar do Médio Ave no pagamento da quantia de 147 956,72 €, acrescidos de juros de mora à taxa legal de 16/10/2001 e ainda das quantias que se

vierem a liquidar em execução de sentença quanto a despesas com medicamentos, consultas, leite especial, sondas, seringas e gastos com visitas durante o internamento

b) Em 28/11/2009, foi interposto recurso ainda pendente

c) Em 10/2/2010, os Autores também interpuseram recurso ainda pendente

d) Por ofício datado de 7/6/2010, foi proferido despacho remetendo os autos para o Supremo Tribunal Administrativo

Santo Tirso, 30 de Março de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço de 34 911 507.90 euro e um total do fundo patrimonial negativo de 6 796 165.43 euro, incluindo um resultado líquido negativo de 2 452 137.27 euro), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Rua Júlio Dinis 247 – 5.º – E5 – 4050-324 PORTO – Portugal – Tel: (+351) 967 009 630 – E-mail: jaraujosroc@mail.telepac.pt – Pessoa colectiva n.º 503 706 582
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 142



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Não obtivemos respostas de diversos terceiros objecto de circularização de saldos. Apesar dos procedimentos alternativos por nós efectuados, não nos foi possível suprir a insuficiência de confirmações externas. Por este facto, não podemos emitir opinião sobre os saldos de clientes, fornecedores e de outros devedores e credores.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo n.º 7 acima referido, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Rua Júlio Dinis 247 – 5.º – E5 – 4050-324 PORTO – Portugal – Tel: (+351) 967 009 630 – E-mail: jaraujosroc@mail.telepac.pt – Pessoa colectiva n.º 503 706 582
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 142



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

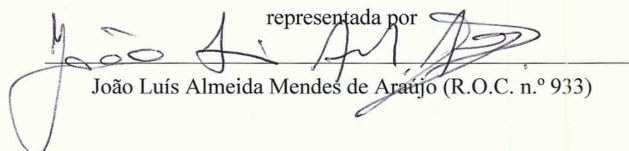
ÊNFASES

- 10.** Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 10.1** Conforme referido nas Notas ao Balanço e a Demonstração de Resultados, existem acções judiciais em curso contra o Centro Hospitalar, contingência esta que não se encontra provisionada.
- 10.2** Os Fundos Próprios do Centro Hospitalar encontram-se negativos no ano findo em 31 de Dezembro de 2011, pelo que alertámos para a necessidade de serem tomadas medidas no sentido de serem cobertos os resultados transitados negativos.

Porto, 15 de Abril de 2012

JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA - S.R.O.C., LDA.

representada por


João Luís Almeida Mendes de Araújo (R.O.C. n.º 933)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

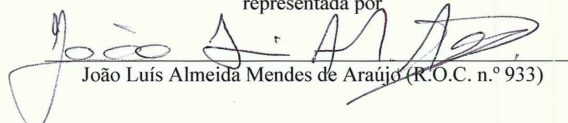
1. Em cumprimento das normas legais e estatutárias e do mandato que nos conferiam, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório de gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E.P.E.**, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Ao longo do ano, acompanhámos regularmente o desenvolvimento da actividade da Empresa, através da informação contabilística e dos esclarecimentos que nos foram sempre pontualmente prestados, quer pelo Conselho de Administração quer pelos Serviços, havendo efectuado os exames e verificações que entendemos adequados nas circunstâncias para o desempenho das nossas funções.
3. Encerrado o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos anexos.
4. Tudo devidamente considerado, somos de parecer que merecem a Vossa aprovação:
 - a) O relatório e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 15 de Abril de 2012

O Fiscal Único

JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA - S.R.O.C., LDA.

representada por


João Luís Almeida Mendes de Araújo (R.O.C. n.º 933)